

José Manuel de Oliveira Alfaiate

**Alguém te diz para onde vais?**  
**A questão social portuguesa vista pelo prisma dos sistemas**

Dissertação de Mestrado em Sociologia sob a orientação do Professor Doutor José Manuel Oliveira Mendes,  
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, Setembro de 2010



## **Agradecimentos**

Aos colegas e docentes de um Mestrado *acidental* no meu percurso, mas que me reaproximou da inquietação.

Ao Professor Doutor José Manuel Oliveira Mendes, por me orientar no caminho para esta dissertação: um trilho menos percorrido.



## Resumo

Há uma preocupação constante, presente tanto na comunicação escrita como nas expressões da subjectividade particular, sobre o destino do *Estado de bem-estar*. A ela correspondem, na linguagem comum ou nas obras filosóficas e políticas, perspectivas diversas, por vezes antagónicas, que no todo representam, simbolicamente, quer a dificuldade de ler objectivamente o real, quer a incapacidade de sobre ele e nele intervir, pela falta de estabelecimento de consensos sociais amplos. Desta forma, a questão social, que é objecto deste estudo, estilhaça-se em perspectivas díspares: da visão socializante, à liberal e à neoconservadora; do apelo à intervenção ou à reinvenção do Estado; da visão dos sujeitos como auto ou heterodeterminados; da possibilidade de uma visão política clara e afirmativa, fundada nos velhos *ismos* (comunismo, socialismo, capitalismo), ao «o que resulta é o que resulta» das *terceiras vias*, comprometidas entre uma protecção social ainda robusta e a organização capitalista da produção.

Percorrendo parte desta quase infindável colecção de visões, chegamos à perspectiva teórica estrutural-funcionalista de Niklas Luhmann, que nos propõe olhar a questão social pelos prismas dos diversos sistemas que constituem a sociedade. É um exercício de observação de observações que, pela análise das expressões dos sistemas de consciência (seres humanos), leva ao estabelecimento de distinções, relações e generalizações que não-de permitir ler a comunicação que estrutura os sistemas sociais, e que se oferece, à acção contingente dos sujeitos, sob a forma de *informação assimetrizada*.

Da leitura dessas formas de expressão dos sistemas, que observam a questão social portuguesa, resultam claras articulações semânticas, opondo *realismo* a vontade, economia a política, passado a futuro, numa amplitude de opções contingentes que, em cada momento, se dão à escolha de indivíduos, organizações e instituições, permitindo opções múltiplas, objectivadas em *programas*, num deambular esquivo e de futuro incerto, de rumo quase indecifrável, para o Estado social.



## Abstract

There is a constant concern, present both in written communication and in the expressions of subjectivity, on the fate of the *welfare state*. To that concern it corresponds, in the common language and in the philosophical and political productions, a diversity of perspectives, sometimes antagonistic, that globally represent, in symbolical terms, either the difficult objective reading of the real, either the incapacity of acting over it in the absence of large social consensus. In this way, the social question, object of this study, explode in a diversity of perspectives: from the socialistic vision to the liberal and neoconservative ones; from the appeal to the interventions of state or to its reinvention; from the perspective of individuals either as auto or hetero determinate; from the possibility of a clear and affirmative political vision, anchored in the old *isms* (communism, socialism, capitalism), to the «what works is what works», of the *third ways*, compromised between a yet robust social protection and the capitalist organization of work.

Walking through this almost infinite sum of visions that carry distinctive particularities, we arrive to the sociological functional-structuralist perspective of Niklas Luhmann that proposes a look to the social question through the prism of the different systems making part of the *system society*. It's an observation of observations exercise that, by the analysis of the verbal expressions of the systems of conscience (human beings), allows the observer to establish distinctions, relations and generalizations in an attempt to *read* the structures of social systems that are offered to the contingent action of human under the form of *asymmetric information*.

From the reading of the different ways of expression of the systems that observe the Portuguese social question, we extract clear semantic links that oppose realism to will, economy to politics, past to future, in a extensive pack of contingent options that, in any moment, are offered to the options of individuals, organizations and institutions, allowing multiple options, transformed in *programs*, in a erratic walking of uncertain future, designing an almost indiscernible direction to the social state.





## Índice

|   |    |
|---|----|
| I Partir de um Problema .....                                 | 11 |
| 2 Viagem pela temática .....                                  | 13 |
| 2.1 A emergência da questão social .....                      | 13 |
| 2.2 O modelo social – confrontando possibilidades.....        | 18 |
| 2.3 O eterno retorno do Estado .....                          | 22 |
| 2.4 Liberdade ou condicionamento.....                         | 24 |
| 2.5 A questão social pelo prisma dos sistemas .....           | 29 |
| 3 Definir e desenhar a investigação .....                     | 35 |
| 3.1 Regressar com um problema .....                           | 35 |
| 3.2 Delimitando opções metodológicas.....                     | 36 |
| 3.3 Corolários .....  | 37 |
| 3.4 Observação e hermenêutica .....                           | 39 |
| 4 Ler a Questão Social Portuguesa pela Imprensa .....         | 43 |
| 4.1 Coleccionando e relacionando observações .....            | 43 |
| Dividir para ordenar.....                                     | 43 |
| Trabalho e conflito laboral .....                             | 47 |
| Educação.....   | 53 |
| Economia.....   | 56 |
| Solidariedade .....   | 62 |
| Modernidade e tradicionalismo .....                           | 66 |
| Política e ordem .....  | 68 |
| 4.2 Programas, instituições, organizações.....                | 76 |
| 5 Conclusão em forma de arremedo final de generalização ..... | 85 |
| 5.1 Partir com um pequeno alforge de problemas .....          | 87 |
| Referências Bibliográficas .....                              | 89 |
| Anexos.....   | 97 |



## I Partir de um Problema

A discussão sobre o *modelo social europeu* dirime-se, muito, em dois campos distintos: quando se estudam as suas condições de sobrevivência, faz-se um diagnóstico negro, assente fundamentalmente nas variáveis demográfica e económica (são necessidades a mais, para muitos, sem contrapartida no aumento da produção e da produtividade); quando se fala dos seus resultados, no passado recente, fala-se de *conquistas* a preservar. A deslocação da discussão para esta segunda argumentação, *de per se* defensiva, traduz uma fragilidade argumentativa das políticas sociais do *Estado de bem-estar*: a sua *generosidade é irrealista*.

Em termos ideológicos, as *desigualdades* de que se veste a nossa sociedade podem ser vistas, ora como funcionais, premiando o mérito e fazendo a seriação dos sujeitos segundo as suas capacidades e o seu esforço, ora como meras inequidades, afastando, à partida, certos indivíduos de qualquer possibilidade de uma vida social positiva e produtiva. Elas dever-se-ão, segundo as perspectivas, ao esforço, ao funcionamento das *estruturas de reprodução social* ou, tão simplesmente, ao acaso. Pela diversidade dos contextos, pela omnipresença dos *pré-juízos*, e pela multiplicidade das abordagens teóricas, a imensa pertinência do tema contrasta com a pequena possibilidade de, sobre ele, estabelecer consensos.

A esta mesma limitação de contextualidade não escapa a pretensa veracidade da asserção de que se chegou a uma situação sem recuo: a protecção social robusta será, hoje, uma impossibilidade económica nos termos idílicos do *Estado-providência ideal-típico*.<sup>1</sup> Daí decorre esse imperativo contemporâneo que consiste em convocar a sociedade civil, o terceiro sector que esta pode providenciar e as redes primárias e secundárias que lhe estão subjacentes; a eles cabe a substituição do Estado. É uma opção inescapável, hodierna, que, porque genericamente assumida, se transformou, para muitos, no (único) horizonte possível para a protecção social. Tal abarca, necessariamente, a

---

<sup>1</sup> Hoje, ao contrário de ontem. Como referem Fitoussi e Rosanvallon (1997: 2) “no século XIX, a grande viragem consistiu numa ‘invenção do social’, que permitiu a reorganização das condições de vida em comum e o exercício da solidariedade, que nem o Estado clássico nem o mercado eram capazes de assumir”.

possibilidade do regresso à velha imagem da acção sócio-caritativa e à sua contraparte humana: o excluído-pária.<sup>2</sup>

No quadro existencial, os sujeitos, encarados, segundo as perspectivas mais radicais, como completamente autodeterminados ou como completamente condicionados, podem atribuir, ao mundo actual e às suas possibilidades de devir, diferenças de sentido consideráveis, relativamente independentes das suas posições objectivas no espaço social.<sup>3</sup>

Mas isto está, já, um passo à frente no caminho para uma discussão da temática. Sobre o objecto *questão social* devo, à partida, elaborar um problema.

Para me apresentar com uma tese (no sentido dialéctico, o enunciado inicial que dá partida ao trabalho de dissertar), sirvo-me da constatação, quase intuitiva, de que a questão social pode ser, hoje, equacionada a partir de duas premissas conflituais: primeira, de que os Estados estão a perder a capacidade para orientar políticas sociais próprias (as limitações económicas, a vitória global do modelo neoliberal, com o *fundamentalismo do livre mercado* e a *abertura de fronteiras*, conduzem à emergência de um Estado *minimalista*); segunda, de que *nenhum* Estado do *Primeiro Mundo* parece inclinado a abdicar, por completo, da prossecução do modelo social (dito) europeu.

E tenho o paradoxo que convida à pesquisa.

---

<sup>2</sup> "A ideia muito difundida de que o Estado-providência tal como hoje existe não funciona é contaminada pela representação mais concreta da famosa mãe celibatária afro-americana, como se o Estado social constituísse, em última instância, um programa destinado a acudir às mães negras celibatárias" (Zizek, 2006: 22).

<sup>3</sup> Cf. Berger, 2006: 221-223. Conjugando esta imensa pluralidade de leituras com a dependência de muitos estudos em relação à recolha de "opiniões", "atitudes" e "comportamentos" assentes nessas leituras, poderemos chegar, ainda mais radicalmente, à constação de Richard Sennett de que "a maior parte da realidade social moderna é ilegível para os que procuram descobrir o seu sentido" (Sennett, 2007: 19).

## 2 Viagem pela temática

### 2.1 A emergência da questão social

Existe algum consenso sobre a forma de caracterizar a emergência da sociedade ocidental, com as características que actualmente apresenta. Os movimentos conjugados da globalização económica e da modernização tecnológica provocaram rupturas na organização da vida social e forçaram os sujeitos a optar entre uma plêiade de ocupações que têm cada vez menos que ver com as opções dos seus antepassados.<sup>4</sup> Nas sociedades ocidentais deu-se uma metamorfose, ligada àquilo a que se denomina de terciarização do mercado de trabalho, forçada pela modernização tecnológica, pela reorganização produtiva e pela deslocalização de empresas para países menos desenvolvidos, sob os ditames das *leis das vantagens comparativas*, agora consideradas, efectivamente, a uma escala que podemos chamar de *global-total*. A sociedade altera-se. No Ocidente, as taxas de ocupação na agricultura e na indústria caem vertiginosamente, tornando-se, nalguns casos, residuais.<sup>5</sup> Quando Peter Drucker nos fala da emergência de uma sociedade *pós-capitalista*, marcada pelo conhecimento e pela terciarização, percebemos que as alterações que se vêm desenvolvendo, progressiva e paulatinamente, se traduzem em novos tipos de relação entre as *velhas* forças do trabalho e do capital. O emprego estável e as formas de regulação *fordista* deixam de constituir o modelo imperante para se transformarem, consoante as perspectivas, ainda num padrão de referência a escorar uma sociedade coesa, ou já num modelo obsoleto, economicamente lesivo do *crescimento* e da *competitividade indispensáveis* à sobrevivência na actual arquitectura dos mercados mundializados.

Para além da emergência destes traços novos, essencialmente relacionados com a economia e o trabalho, salta também à vista o redesenhar das fronteiras, com a perda de centralidade dos Estados-nação, imperantes na modernidade. Uma das perspectivas é aquela que retira importância às divisões tradicionais e, recentrando o poder, o coloca

---

<sup>4</sup> Cf. Sennett, 2007, e a diferença de percursos de *Enrico e Rico*.

<sup>5</sup> Como refere Drucker (1993: 74), entre 1960 e 1990 "a produção industrial americana cresceu mais de duas vezes e meia (...). Contudo, o emprego industrial não cresceu (...) baixando quase para metade nesses trinta anos (...). Por outro lado, durante esse tempo, a força de trabalho americana duplicou (...) mas foi absorvida por empregos que nada tinham a ver com fazer e transportar coisas".

nas cidades ditas globais – conjuntos urbanos que se afirmam contra, para lá e apesar dos Estados. Falo daquilo que Saskia Sassen denomina de *capacidade de controlo global*, referindo-se à concentração das funções de gestão, comunicação, pesquisa e finanças, em grandes cidades como Nova Iorque, Londres, Paris, Tóquio, ou Singapura, dando origem à criação de um mercado laboral de especialistas bem treinados e principescamente pagos e, à sombra dos seus rendimentos, à emergência de uma imensa mole de empregados nos mais diferentes tipos de serviços pessoais, com vista a providenciar a satisfação das sofisticadas necessidades de consumo dos primeiros.<sup>6</sup> De facto, o crescente desemprego e marginalização de certas categorias (especialmente mulheres, jovens e minorias étnicas), providencia as bases para o crescimento de formas de trabalho periféricas às – mas dependentes das – grandes companhias e dos seus escritórios e gabinetes *centrais*.

A concentração das esferas da gestão, das finanças e da criatividade, nestes centros altamente desenvolvidos, com a manutenção, na sua dependência, de serviços de bem-estar para os *quadros*, talvez não traga, ao mundo ocidental, as consequências benévolas que os arautos das *deslocalizações captivas*<sup>7</sup> continuam a proclamar: a transferência, para os países fracamente desenvolvidos, da produção industrial, e a conservação dos centros de decisão no mundo ocidental, resultaria num putativo conjunto virtuoso que, permitindo aos *países do Sul* uma primeira aragem de desenvolvimento, tornaria os Estados do Norte em sociedades libertas da preocupação de produzir bens concretos. As mais-valias, produzidas a *Sul* e apropriadas, a *Norte*, pelos quadros das grandes empresas, fariam florescer o modelo das *cidades globais*, mantendo nelas uma forma de viver que se pode chamar, à falta de melhor termo, de *cosmopolita*. A poluição industrial e os exércitos de operários seriam varridos da paisagem, e até aqueles cuja capacidade não chegara para se alandorarem à categoria de *quadros* bem remunerados poderiam ter sempre empregos, nos serviços, mais *limpos* e mais liberais do que os que os seus antepassados haviam possuído na indústria. Não discuto aqui a possibilidade de realização prática do modelo,<sup>8</sup> mas moralizo sem neutralidade: não tem este modelo, na sua

---

<sup>6</sup> Cf. Sassen, 1999.

<sup>7</sup> Para precisão do conceito, ver P. Villemus (2007: 47-53).

<sup>8</sup> Villemus (*idem*) avança a hipótese de um «tiro pela culatra» ao discernir, no médio prazo, a possibilidade de as grandes empresas *apátridas* deslocalizarem, já não exclusivamente a produção industrial, mas, também, o design, a gestão e as finanças – ou seja: tudo!

concepção do que devem ser as relações entre regiões do mundo, todos os ingredientes que caracterizam o colonialismo: o *eu* e o *outro*, o *Norte* e o *Sul*, o *capataz* e o *escravo*!

Mas devemos situar temporalmente a mudança – os vários *pós* ou *post* que hoje possamos eleger.<sup>9</sup> Hobsbawm identifica algumas das suas marcas e consequências: a *morte do campesinato*; o crescimento, a nível universal, das ocupações que exigem educação secundária e superior; a transformação dos espaços industriais (com o fim, não da condição de operário, mas das concentrações *fordistas* – na acepção gramsciana – e dos espaços de vida segregados a que estas davam origem);<sup>10</sup> e, por fim, o papel crescente das mulheres no mundo do trabalho. Há que ler, por aqui, as evoluções que partem da concepção marxista da divisão de classes para a adaptar a uma realidade histórica que não cumpriu o desígnio de criar uma classe operária distinta e politicamente activa, afirmando-se, pelo contrário, um universo do trabalho de estrutura diferente – onde ainda podemos vislumbrar *classes* –, condicionadora de novas relações e de novas mentalidades.<sup>11</sup>

A procura de um acontecimento central, que localize a mudança no tempo e no espaço, é alvo de disputa.<sup>12</sup> Elejo o meu: a criação do conceito de *sociedade de*

---

<sup>9</sup> Essa palavra que facilita a não precisão conceitual e que, de acordo com Hobsbawm, reflecte uma dificuldade dos intelectuais do séc. XX: quando “enfrentam o que o seu passado não as preparou para enfrentar, as pessoas taceiam em busca de palavras (...). O mundo, ou os seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista”. E a “maior transformação social, a mais sensacional, rápida e universal da história humana entrou na consciência das mentes pensadoras que a viveram” sob o signo destas terminologias híbridas (Hobsbawm, 2008: 284-285).

<sup>10</sup> Cf. Gramsci, 1974: 138 ss. Hobsbawm (op. cit: 284 ss.) atesta, apoiando-se em dados estatísticos, que a redução quantitativa do operariado é, em grande parte, resultado de uma ilusão: as novas unidades industriais, tecnologicamente avançadas, são de menores dimensões, utilizam mão-de-obra que se dispersa habitacionalmente em vez de viver em bairros operários segregados do resto da comunidade. As grandes indústrias, caracterizadas pelo sistema *taylorista* de produção, cedem lugar a pequenas unidades *flexíveis*, desaparecendo as grandes concentrações de “colarinhos azuis”. Podemos inferir daqui que o que decresce, por inexistência de massa crítica de operariado trabalhando e vivendo em espaços concentrados, é a possibilidade de que uma *classe para si* possa resultar da existência desta concreta *classe em si* (cf., *idem*: 300).

<sup>11</sup> Castles e Davidson (2000: 20) apoiam-se na divisão criada por Reich, (1991: 171-184) para defender que “estão a surgir três categorias de trabalhadores: trabalhadores de produção de rotina, o grupo em declínio dos empregados das empresas de manufatura; servidores pessoais, pessoas realizando tarefas simples e repetitivas tais como os trabalhadores de venda a retalho, criadas e criados, pessoal dos cuidados de saúde e o exército crescente dos funcionários de vigilância; e ‘analistas simbólicos’, as actividades de resolução de todos os problemas, identificação de problemas e estratégias de negociação, que requerem alto nível de habilitações e treino”. Cf., também, Estanque e Mendes (1988) e a necessidade de *webberianizar o marxismo*, para construir um quadro conceptual por onde *ler* a sociedade actual.

<sup>12</sup> Drucker ilustra bem esta peleja: contra os que colocam o acento tónico no facto de terem deixado de existir um mundo e uma civilização ocidentais, no trânsito para uma civilização mundial e uma história mundial, ou os que elegem a ascensão do Japão, nos anos 60, como primeiro grande poder económico

*bem-estar*, em certos casos extraordinariamente cumprido (como nas sociedades *escandinavas*), que se vai transformar em instrumento de medida para os sucessos e insucessos do decurso concreto da história recente. A essa sociedade, às suas promessas e aos seus incumprimentos, à sua possibilidade e aos constrangimentos que a tornam (definitivamente?) impossível, se referem grande parte das contendas políticas e dos sofrimentos sociais da actualidade. De facto, as promessas dos *trinta anos gloriosos* do pós-Guerra acabam por esbarrar nas sucessivas crises que se seguem à década mais próspera da história (os anos de 1960). Identificam-se acontecimentos discretos, como o abandono, pelos Estados Unidos, da taxa de câmbio fixa, as desvalorizações do dólar e da libra inglesa, e, como machadada final, a subida do custo das matérias-primas e as duas crises petrolíferas dos anos de 1970.<sup>13</sup>

O Ocidente soma, a estes acontecimentos históricos datáveis, a progressão, lenta mas segura, de medidas estatísticas demográficas que lhe tolhem, também elas, o horizonte.<sup>14</sup> Ao aumento das taxas de trabalho femininas soma-se o aumento da esperança de vida. E estes dois traços, em si mesmo aparentemente positivos, tornam difícil obter um resultado favorável da actual equação da *sociedade-providência*. Vai ter de se articular uma maior correlação entre o sustento e o trabalho dependente, que a deserção da agricultura provocou, e um decréscimo das possibilidades de apoio por parte da *sociedade-providência*, que a migração para as cidades, com quebra dos laços tradicionais de família e vizinhança, operou.<sup>15</sup>

Estas transformações em cascata não afectam apenas estatísticas, têm um efeito directo na ontologia. Muitos ocidentais encontram ainda aconchego numa sociedade de que se pode esperar uma certa regularidade e uma certa previsibilidade. Apesar das notícias da crise, muitos vivem ainda num universo de segurança, de protecção social

---

não ocidental, ou ainda os que apontam o computador – a informação – como o centro da mudança, ele elege um acontecimento da década de 1940: a *Carta dos Direitos do Militar* – o *GI Bill of Rights* –, que deu “a cada soldado americano regressado da guerra [a II Guerra Mundial] o dinheiro necessário para frequentar a universidade [o que representou] a viragem para a sociedade do saber” (Drucker, 1993).

<sup>13</sup> Cf. Judt (2009: 517 ss) sobre as “expectativas diminuídas” do mundo ocidental a partir da década de 1970.

<sup>14</sup> “Em França, as curvas demográficas mostram que os dados mudam fundamentalmente a partir de meados dos anos 60 (...). A formidável baixa de fecundidade e a aceleração do aumento de esperança de vida reduzem a dimensão da família 'imediate' (pais e filhos) e aumentam a dimensão da família alargada: a coexistência de quatro gerações” (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 26).

<sup>15</sup> Giddens (2007: 24) nota que “os padrões de pobreza e de exclusão social, embora certamente afectados pela globalização, são também influenciados pelas mudanças endógenas, em particular pelas transformações na estrutura da família. Na maioria dos países da UE, as taxas de divórcio são mais altas e as taxas de casamento mais baixas do que eram no passado”.



robusta e de emprego para toda a vida.<sup>16</sup> Acresce que, na fase actual, estas realidades (estes percursos) não se limitam a conviver com outros *menos felizes*; servem-lhes, muitas vezes, de amparo. No espaço da família, é cada vez mais vulgar verificar-se que a recepção, por algum dos seus membros, de um *provento certo*, vindo ainda da fase das relações laborais firmes e duradouras (nomeadamente os contratos vitalícios com o Estado), permite suportar a existência, no seu seio, de situações menos favoráveis, como os desempregados, os trabalhadores a tempo parcial, ou mesmo os estudantes que prolongam a vida académica e a inactividade profissional, cada vez mais, muito para lá do que, há pouco tempo, seria aceitável.

A sociedade actual é, pois, de vivências incomensuráveis. Os sujeitos são segregados, separados, já não tanto nem sempre pela sua competência ou formação, mas pela sua história de vida. Ter sido integrado numa empresa ou num serviço estatal em determinado período (e não alguns meses depois), pode determinar uma situação contratual completamente diferente.<sup>17</sup> Tal leva a sentimentos de impotência: as coisas não parecem ter uma razão, limitam-se a acontecer e a determinar o curso da vida. Numa perspectiva *iliberal* – para usarmos a terminologia de Boudon (2005) –, os sujeitos não são livres; mas também já não estão condicionados, apenas, pelas clássicas estruturas e sistemas discriminantes e, no entanto, bem visíveis (a classe de pertença, a educação, o *status*...); o que lhes acontece não lhes acontece sempre *porque*, muitas vezes acontece *porque aconteceu*. Biográfico, o percurso individual pode ser ainda o esperado de uma existência de cariz moderno ou já dela completamente dissociado. Podemos encontrar, também aqui, os condimentos para um sentimento de *privação relativa*, cerceador da iniciativa individual: a privação da sorte não apoia o «faz-te à vida!» das ideologias liberais; e isso pode ter repercussões generalizadas.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Pertencem ainda a um “século XX [que] pôde acreditar por um momento ter definitivamente consolidado este edifício através dos regimes de protecção social. Mas ei-lo doravante abalado pela internacionalização económica e pela crise do Estado-providência” (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 2).

<sup>17</sup> Esta realidade leva Fitoussi e Rosanvallon (1997: 58) a chamarem a atenção para a necessidade de afastarmos as visões tradicionais da protecção social e para reivindicarmos um “Estado-providência ‘biográfico’, que se guie pelos percursos realmente vividos pelos indivíduos”, numa era em que as desigualdades “já não podem ser medidas pelos meios estatísticos tradicionais, dada a individualização crescente dos sujeitos e dos seus percursos, a sua irregularidade e imprevisibilidade”.

<sup>18</sup> Ralf Dahrendorf afirma que a “questão fundamental do nosso tempo não é a justiça, no sentido tradicional da redistribuição, mas a inclusão. Quem fica de fora do mercado de trabalho e da comunidade dos cidadãos ameaça habitualmente o tecido moral das nossas sociedades” (1996: 69).

E a exigência de trabalho remunerado, como princípio para a inclusão, bate de frente com novas realidades, em que o emprego escasseia ao mesmo tempo que se aumenta a idade de reforma, se flexibilizam os despedimentos e se alargam os horários de trabalho, numa racionalidade que, própria e positiva para as empresas em competição, pode ser destrutiva para indivíduos e sociedades.<sup>19</sup>

## 2.2 O modelo social – confrontando possibilidades

Até há bem pouco tempo, poderíamos dizer que, à boleia da globalização hegemónica,<sup>20</sup> a racionalidade dominante se apresentava a todos e em toda a parte. E, ao apresentar-se, mostrava, mais do que a arrogância de uma superioridade triunfante, a naturalidade quase *naïf* da realização final de um estado evolutivo, *natural*, das formas do pensar e do agir, do *cognos* e da *praxis*.<sup>21</sup> As crises recentes não parecem ter posto fim ao processo globalizador. O tempo dirá se as atitudes *iliberais* dos Estados para com a grande finança e, noutra vertente, de apoio social aos carenciados, serão ou não meros *retoques* ao modelo neoliberal até à pouco triunfante, num reajustamento que pretenda evitar as possíveis consequências nefastas dos «excessos liberalizantes» que se seguiram à queda do Muro – que muitos apontam como fatora da libertação do *capital selvagem* das amarras a que o submetia essa existência física, política e simbólica do modelo alternativo. Teria sido o medo de que os excessos do liberalismo (com foros de *libertinagem*) originassem, a prazo, uma violenta reacção de sentido oposto, que levou à adopção dessas medidas *paliativas*. Nesta *teoria da conspiração*, tudo se muda para que tudo fique na mesma.

Sem darmos demasiado relevo a este *cinismo*, cumpre-nos antes sublinhar que, se a caracterização da sociedade ocidental actual, na sua *realidade factual*, pode, só por si, ser pomo de discórdia, há, contudo, formas de pensamento que são (ou são tomadas

---

<sup>19</sup> "Como se não houvesse qualquer relação entre o vazio da exortação de rotina 'levanta-te e faz alguma coisa', dirigida aos pobres num mundo que não necessita de mais trabalho" (Bauman, 1998: 74).

<sup>20</sup> Sobre o conceito de globalização hegemónica, ver Santos (2001).

<sup>21</sup> Como refere Tony Judt: "O debate (...) é por isso logo lançado em termos de segurança, estabilidade e protecção, por oposição à vulnerabilidade e mudança (...) e à hegemonia do modelo anglo-americano de Estado mínimo e lucro maximizado – o que os Franceses rotulam nervosa e elucidativamente *la pensée unique*" (Judt, 2008: 419).

por) dominantes, mormente as que assentam a sua visão na irreversibilidade dos efeitos sociais e humanos da globalização e na necessidade de, respondendo-lhes de forma *reflexiva*, não ignorar que, só aceitando e jogando as novas regras do jogo global, a sociedade ocidental poderá ter futuro.<sup>22</sup>

Parece errado, no entanto, amalgamar numa só – como por vezes fazem certas vozes da *esquerda radical* – duas das posições distintas dessa corrente *maioritária* (a que parece aceitar, como irreversíveis, os desígnios da globalização): por um lado, a corrente neoliberal, com as suas propostas de completa desregulamentação dos mercados e privatização dos serviços públicos;<sup>23</sup> por outro, as *terceiras vias*,<sup>24</sup> que se pretendem reformadoras e prontas a salvar o que puder ser salvo (e só isso), da *herança social europeia*.

De facto, parece existir, no *Ocidente*, uma coincidência de perspectivas sobre a necessidade de manter, pelo menos em parte, o modelo social herdado da *era da abundância*. Os partidos políticos que alternam nos governos da Europa (mesmo ampliando o olhar a Leste, aos *novos europeus*), ainda que se apresentem no lado direito do espectro político, não atacam de frente, e de forma radical, o modelo de alguma coesão social predominante. Esping-Andersen divide os países europeus de acordo com a forma e a extensão com que estabelecem o seu Estado de bem-estar, seja em modelos mais *universalistas*, mais liberais ou mais *neo-corporativos*; mas reconhece uma generalização na diferença: há Estado de bem-estar por toda a Europa.<sup>25</sup> Poderíamos mesmo dizer que a Europa, se tem uma *ideia de si* – um *gene* distintivo que marca a sua diferença –, encontra-a no seu modelo social, por mais versões que este, na ideologia e na prática, apresenta.

---

<sup>22</sup> Podemos ver, neste sentido, muitas das preocupações e das propostas de Giddens (2007) e Dahrendorf (1996).

<sup>23</sup> Que, a serem aplicados à realidade europeia, levarão, segundo Judt, ao aumento do “número dos precários, dos excluídos, e dos pobres (...) porque o trabalho está a desaparecer precisamente nos lugares e nas ocupações e níveis de especialização onde a maioria da população vulnerável da Europa se concentra agora e se manterá durante a próxima geração” (Judt, 2008: 421).

<sup>24</sup> Quando uso o termo no plural, pretendendo «apanhar boleia» da *terceira via* de Giddens, sem, com isso, ficar *ancorado* a uma definição unívoca das alternativas que, actualmente, se apresentam às duas vias *clássicas* dominantes: o socialismo e o liberalismo. Incluo, talvez um pouco abusivamente, os regimes escandinavos, alternadamente social-democratas ou conservadores, mas tidos por serem os mais inclusivos do mundo.

<sup>25</sup> Cf. Esping-Andersen, 1999: 21-25 e *passim*.

Na versão de Giddens – o seu mentor e a sua maior referência – a *terceira via* é, mesmo, uma forma de, não negando o capitalismo enquanto modelo económico, utilizar a políticas públicas, de forma *criativa*, para manter o nível possível de coesão social.<sup>26</sup> Esta *ideologia* – espécie de fiel da balança entre um realismo económico frio, que dilacera o *social*, e a importância de ter esse social em mente no desenho das políticas – não pode deixar, obviamente, de chocar os que, nos extremos do espectro ideológico, acreditam ainda na possibilidade de uma alternância democrática entre visões diametralmente opostas da vida em sociedade e das políticas divergentes que o seu salutar confronto pode originar.

Tenho para mim que o que Giddens pretende propor não é, lá bem no fundo, uma alternativa. O que a *terceira via* faz é, em grande medida, afirmar duas coisas: primeiro, que as outras duas vias, que podemos definir, pelos seus extremos, como o *socialismo radical* e o *capitalismo selvagem* (ou, dito de outra forma, a imensa intervenção do Estado socialista e o imenso absentismo do Estado neoliberal), foram ultrapassadas pela história; que se deu – perdoe-se-me a ligeireza da utilização da dialéctica – um síntese mais alta que, como é do bom-tom pós-moderno, não pretende impor uma visão do mundo (um qualquer *ismo*) totalitária, mas assenta, fundamentalmente, no bom senso pragmático de aceitar o que existe para o tentar condicionar de uma forma *reflexiva*.<sup>27</sup> Não haverá hoje, porventura, maior *totalitarismo* ideológico que este que pretende não ser superior às alternativas, mas se limita a não encontrar, no universo político, competidores racionais ao seu *realismo utópico*. Neste sentido, as *terceiras vias* apresentam-se como uma miríade de procedimentos e políticas bem-intencionadas e, porventura (falta o teste do tempo), eficazes, cujo eixo condutor é essa fusão possível entre o económico e o social.

E é em grande parte com elas que muitos pretendem ser possível superar o grande desafio de, num meio económico global que apela à desregulação e à flexibilidade, conseguir a manutenção de uma coesão social em ambiente de crescimento da riqueza e, mesmo, da acumulação capitalista individual. Este desafio *impossível* – a *quadratura do*

---

<sup>26</sup> A definição sintética que o próprio Giddens nos dá de *terceira via* é a de uma filosofia política defendida por forças democráticas *centristas*, “que está comprometida com a preservação dos valores do socialismo ao mesmo tempo que endossa as políticas de mercado para gerar riqueza e dissipar as desigualdades económicas” (2007: 704).

<sup>27</sup> Esse tipo de agir sobre o social que assenta no acumular do conhecimento que sobre ele temos (cf., *idem*: 700-701).

*círculo*, como apropriadamente lhe chama Ralph Darhendorf<sup>28</sup> – poderá ser levado a cabo, em grande parte, com uma política *experimentalista*, a que podemos colar o princípio circular de que *o que resulta é o que resulta*.<sup>29</sup>

Giddens coloca o *trilema* da governação actual sob o signo inicial do consenso, vulgarizado entre os economistas, de que "numa economia moderna, é impossível ter simultaneamente orçamentos equilibrados, baixos níveis de desigualdade económica e elevados níveis de emprego", asseverando, também, que os governos podem, de uma forma geral, alcançar duas destas metas.<sup>30</sup> Isto representa ter de escolher – entre orçamento, desigualdade e emprego – qual deixar para trás. O próprio Giddens coloca, no entanto, uma reserva: o trilema poderá não ser verdadeiro, como o mostram os *escandinavos*.<sup>31</sup>

Este argumento da resistência à crise do modelo escandinavo exige a honesta constatação de que as suas políticas, longe de constituírem um processo reactivo, têm uma história longa e uma resiliência que é potenciada, em tempos recentes, por uma evolução demográfica bem mais positiva que a das *Europas Central* e do *Sul*. Mas ressalve-se que, mesmo nesse *Norte privilegiado*, as observações de *campo* apontam para um aumento recente das desigualdades, com crescentes dificuldades, não em manter regimes de inclusão superiores aos dos países centrais e do Sul, mas em os manter aos níveis do seu melhor período.<sup>32</sup>

---

<sup>28</sup> "A tarefa que incumbe ao Primeiro Mundo, no próximo e futuro decénio, consiste em conseguir a quadratura do círculo entre criação de riqueza, coesão social e liberdade política. A quadratura do círculo é impossível; mas pode haver uma aproximação, e um projecto realista de promoção do bem-estar social não pode, provavelmente, ter objectivos mais ambiciosos" (Dahrendorf, 1996: 16). Já Judt (2009: 527) descreve o problema dos Estados europeus como a dificuldade de fazer "a quadratura do círculo do pleno emprego, dos salários reais elevados e do crescimento económico".

<sup>29</sup> Elucidativa, a este respeito, a obra de Giddens, *A Europa na Era Global*, que apresenta, para cada problema, a sua receita, com um específico condimento, um tempo de cozedura e uma diferença regional (ali faz-se assim, deu resultado; acolá...). Assim, "os diferentes tipos de sistema distinguem-se em parte porque escolheram combinações variáveis".

<sup>30</sup> Giddens, 2007: 27.

<sup>31</sup> "Anton Hemerijck e colegas contestaram de forma persuasiva que as provas empíricas são «surpreendentemente débeis». A história recente da Escandinávia mostra que é de facto possível ter finanças públicas sãs, baixa desigualdade e altos níveis de emprego ao mesmo tempo. *Per contra* também se pode ter apenas uma dessas três coisas" (*idem, ibidem*).

<sup>32</sup> Como constata um estudo recente na área da imigração e do ensino, "Estocolmo está a conhecer uma polarização geográfica na qual os programas generalistas de preparação para o superior dominam os subúrbios do norte e centro da cidade, onde se concentra a população economicamente mais favorecida, enquanto os programas vocacionais do secundário são concentrados nos subúrbios 'densos em imigrantes' do sul" (Alund e Reichel, 2007: 319).

Neste trilho, não podemos deixar de focar as abordagens sócio-políticas que partem da teorização do risco. A tomada de consciência dos riscos – e das medidas que exigem – está no centro de uma específica reflexividade contemporânea. “Uma sociedade que se concebe a si mesma como uma sociedade de risco está – usando uma metáfora católica – na posição do pecador que confessa os seus pecados, tentando vislumbrar a possibilidade e desejabilidade de uma vida ‘melhor’”<sup>33</sup>. Mas este aparente imperativo não parece resultar, linearmente, em acções racionais; contrapõe-se-lhe o problema da articulação, numa sociedade democrática, entre o desejável e o possível – entre a racionalidade que os *peritos ditam* e os desejos dos cidadãos, podem os políticos optar pela primeira?

### 2.3 O eterno retorno do Estado

Inarredável, deste percurso, o confronto com a figura do Estado e do papel que ele deve desempenhar. Toda a problemática relacionada com o Estado de bem-estar é, também e concomitantemente, a problemática do Estado *tout court*.<sup>34</sup> Se o modelo que tem dominado o espaço anglo-saxónico apresenta características próprias, mais próximas do *laissez faire* liberal e mais tendentes a abandonar o sujeito à sua autodeterminação, não deixa de, também ele, conferir um edifício protector. Por seu lado, Tony Judt<sup>35</sup> refere, com particular veemência, que a origem das políticas sociais foi, em grande parte, obra de partidos conservadores e democratas-cristãos europeus. Existe, de facto, uma universalidade da protecção social ocidental que convive com a multiplicidade dos seus modelos; a existência de um padrão mínimo de coesão, seja ele mais assente numa exigência geral de *igualdade* (mais socializante) ou de *igualdade de oportunidades* (mais libe-

---

<sup>33</sup> Beck, 1999: 138

<sup>34</sup> "Cornelius Castoriadis adverte contra o hábito difundido de confundir o Estado com o poder social enquanto tal: 'Estado', insiste, refere-se a uma forma particular de distribuir e condensar o poder social, precisamente com a finalidade 'de ordenar' em mente. 'O Estado', diz Castoriadis, 'é uma entidade separada da colectividade e instituída de forma a assegurar tal separação" (Bauman, 1998: 61).

<sup>35</sup> Cf. Judt (2008, 2009).

ralizante),<sup>36</sup> pressupõe sempre algum tipo de papel do Estado, seja este papel de *regulador*, de *redistribuidor* ou de *produtor* directo de serviços.<sup>37</sup>

As invectivas ao Estado e à sua inoperância traduzem-se em posições antagónicas: as que querem *menos Estado* – por vezes sob a formulação eufemística de *outro Estado* –, e as que, sob o signo psicológico da *orfandade*, e em contraciclo com a tendência dos decénios recentes, colocam na arena do debate político a reivindicação de *mais Estado*.<sup>38</sup>

A crescente e recorrente falta de meios para manutenção das «políticas sociais de antigamente» determina opções *realistas*, como o regresso das medidas paliativas de carácter essencialmente sócio-caritativo, ou a convocação, insistente, da entrada em campo da chamada sociedade civil, nomeadamente através do terceiro sector. Afasta-se, por pretensão imperativo económico, a ideia da cidadania plena, em que os sujeitos são portadores de direitos inalienáveis e constitucionalmente defendidos. É sintomática desta tendência a transformação, entre nós, dos direitos constitucionalmente consagrados em *tendencialmente gratuitos* (a incongruência de *pagar por um direito* não se aproxima da extinção desse direito?); o que, de facto, abre caminho a uma progressiva, e sempre discricionária, erosão desse *direito* como estando na esfera jurídica de cada cidadão enquanto cidadão. É a esta política de equilíbrios e de soluções *criativas* que se opõem alguns daqueles que ainda pensam que a cidadania deve e pode voltar a ser vivida como um projecto comum.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> Cf. Boudon (2005: 19), a propósito do liberalismo político de Rawls e da exigência de reposição das condições de existência dos sujeitos, dirigida ao Estado liberal, como forma de assegurar a igualdade da participação política. Para o desenvolvimento do tema, Rawls (1997).

<sup>37</sup> Esping-Andersen (1999: 2) defende uma teoria englobante que parta do pressuposto de que "as nações avançadas se dividem, não só em termos de como se constroem as suas políticas de bem-estar, mas também na forma como tal influencia o emprego e a estrutura social em geral", agrupando os Estados em três tipos de regime, de acordo com a sua visão das políticas sociais: conservadores, liberais e 'sociais-democratas.'

<sup>38</sup> "Paradoxalmente, foi a demissão da soberania estatal, e não o seu triunfo, que tornou a ideia de poder estatal (*statehood*) tão tremendamente popular" (Bauman, 1998: 64).

<sup>39</sup> Nas palavras de Žižek, esta "política anti-política puramente humanitária, que consiste na simples prevenção do sofrimento, resume-se de facto, por conseguinte, à interdição implícita da elaboração de um projecto colectivo positivo de transformação social e política" (2006: 14-15).

## 2.4 Liberdade ou condicionamento

Bauman (1998) cita Sennett para dizer que, "numa geração anterior, a política social se baseava na crença de que as nações, e dentro das nações as cidades, podiam controlar as suas fortunas" (p. 55). Hoje, essa *nebulosa* global economicamente interessada, que governa acima dos governos, que lhes dita os caminhos do possível e, com isso, lhes restringe as opções, tolhe o jogo democrático. Segundo muitas perspectivas, essa globalização que deveria *juntar, divide*. Há, assim, duas democracias em confronto: a dos *globais* e a dos *locais*, sendo que, na perspectiva radical de Bauman, aos últimos resta apenas decidir sobre sobras e prejuízos.

Aceitando partir, analiticamente, de uma dicotomia de classes, o novo individualismo pode levar a que a classe dominada, assumindo como seus *valores globais*, abandone a sua solidariedade e consciência de grupo, subsumindo-os nos valores da actual classe dominante:<sup>40</sup> o progresso individual, através da conquista pessoal e da competição, com a consequente quebra da *solidariedade de classe*. Encontramo-nos perante a imposição globalizante de uma ontologia neoliberal: os sujeitos, transformados em actores livres que desenham o seu próprio destino, são, em muitos discursos, assumidos como possuidores de uma total liberdade e de uma total responsabilidade. Vão ser, em resumo e simplisticamente, reduzidos a um princípio único: *levanta-te e anda!*<sup>41</sup>

Esta perspectiva que, levada ao extremo, descontextualiza o indivíduo e lhe desconhece as condições de partida, elidindo as diferenças, parte da presunção-limite de que os sujeitos são, de facto, donos de um absoluto livre arbítrio. E tal proposta convive com um processo de individualização, secularização e perda do controlo, pelas forças da tradição, das estruturas culturais da sociedade. Numa das suas versões actuais (num dos

---

<sup>40</sup> Utilizo o termo dominante e dominada, no actual contexto de globalização, para evitar o jargão mais comum da análise de classes clássica. Poderia talvez, com a vantagem de ter atrás de mim o peso da citação, usar, como Bauman (1998: 80), uma imagem de cota geográfica: "a diferença entre os 'do alto' e os 'de baixo', é que os primeiros podem deixar os segundos para trás –, mas não vice versa". A dicotomia também simplifica a exposição.

<sup>41</sup> Não confundamos esta caricatura do liberalismo – cuja simplicidade, no entanto, serve muitas vezes de princípio de afirmação política – com as diversidades, por vezes profundas, que existem entre os pensamentos liberais mais consistentes. Sobre essa diversidade do pensamento liberal e de alguns mal-entendidos a seu respeito, ver Boudon (2005: 15 ss).



seus *pós*) a modernidade produz, nas sociedades ocidentais, novas formas de construção dos sujeitos, onde a posição central do trabalho é substituída pela do consumo.<sup>42</sup>

Olhando, ora por um prisma mais liberal (a sociedade transforma-se por acção dos sujeitos que, agindo no seu interesse, agem simultaneamente no interesse comum), ora por um prisma mais socializante (a estrutura social condiciona os indivíduos, sendo estes moldados pelas relações que ela, em cada momento histórico, permite), encontramos sempre perante uma relação causal entre sujeito e estrutura social. Esqueçamo-nos de colocar uma direcção nesta linha de causalidade (de a transformar em vector).

As grandes crises do económico e do financeiro, dos finais do séc. XX, vão traduzir-se em crises sociais, com o aumento das taxas de desemprego e a constituição, *estrutural*, de uma *classe excluída*, especialmente nas periferias ou nos centros degradados das grandes metrópoles.<sup>43</sup> Já não é só um problema do desemprego disseminado, e da necessidade de olhar os sujeitos em toda a sua biografia para compreender a sinuosidade de muitos percursos de vida; entra também em campo a constituição de uma categoria de indivíduos persistentemente presos a condições de vida que, mais do que na precariedade do emprego, se estabilizam em formas de existência completamente alheias à relação com o trabalho ou, mesmo, com a sua possibilidade.

Mas é verdade que se origina na escassez do emprego. Quando Wilson identifica a problemática, nos Estados Unidos, e a liga à crise económica dos inícios dos anos de 1970, conclui que os fenómenos conjugados da globalização neoliberal – com a deslocação de empresas – e da alteração do mercado de trabalho – com a emergência dos

---

<sup>42</sup> Na “lógica da personalização (...) a concentração monopolista industrial, ao abolir as diferenças reais entre os homens, ao tornar homogéneos as pessoas e os produtos, é que inaugura simultaneamente o reino da diferenciação (...) é sobre a perda das diferenças que se funda o culto da diferença (Baudrillard, 2007: 89). Também Lipovetsky considera que o consumo ultrapassou a fase de criação de *status* para libertar a auto-construção do sujeito (o *narciso pós-moderno*). “O universo do consumo tende a libertar-se dos confrontos simbólicos (...). Os prazeres passam a estar ligados à aquisição de coisas que têm menos a ver com a vaidade social do que com um «mais poder» sobre a organização das nossas vidas” (Lipovetsky, 2007: 44).

<sup>43</sup> O fenómeno da constituição de uma *underclass guetizada*, constituía por indivíduos submetidos a fenómenos de desemprego estrutural prolongado, subemprego, *subsidiodependência*, fracas condições habitacionais... onde os imigrantes e outras categorias (mulheres, jovens) têm uma representação muito mais que proporcional em relação à sua presença na sociedade, foi tratado de forma muito expressiva na obra de William Julius Wilson, *When work disappears. The world of the new urban poor* (1997). Parecem-me existir claros paralelos entre a constituição de uma *underclass* dos *guetos* americanos, por via da crise económica iniciada da década de 1970, e fenómenos posteriores de subalternização e *guetização* de *minorias excluídas*, na Europa e em Portugal.

empregos ligados às novas tecnologias e a destruição, concomitante e maciça, de empregos de *colarinho azul*, nos sectores da manufactura, dos transportes e da construção civil –, se traduziram na criação de uma gigantesca mole de desempregados, sobretudo entre trabalhadores menos escolarizados que haviam migrado para as metrópoles em busca dos postos de trabalho criados nas décadas anteriores de prosperidade e de afirmação do modelo de produção *taylorista*. A extensão temporal daquelas situações concretas leva ao surgimento, nesta transformação social, de uma nova *pobreza urbana*.<sup>44</sup>

O fenómeno traduziu-se na concentração dessas populações em determinadas zonas das cidades: os *guetos*. O gueto – no sentido que a palavra toma na terminologia anglo-saxónica, como local, numa cidade, onde são confinadas certas minorias raciais ou económicas – terá tradução prática, entre nós, nos bairros da lata e nos bairros sociais degradados. Estes espaços constituem zonas de afirmação de uma nova forma de vida – de uma nova *cultura* –, associada à marginalidade, à *subsidiodependência* e à predominância de minorias étnicas.<sup>45</sup> A transformação destes grupos, colocados à margem da sociedade, numa *classe* – pelo menos do ponto de vista da partilha de uma situação de vida comum, objectivamente constatável –, permite identificar neles regularidades e singularidades. É a partir da existência empírica de um tal grupo social, situado fora das relações de produção que caracterizam a modernidade, que se passa ao reconhecimento da existência de uma *subclasse*. Esta é, nos termos da clássica teoria de classes, e por impossibilidade desta a integrar nas divisões que elaborou, um mero conjunto de indivíduos ditado pela convergência de situações concretas de vida e pela partilha de espaços peculiares de existência e reprodução social.<sup>46</sup> A sua *não-leitura* pela matriz das relações de produção *força* a teoria. Neste sentido, a existência da *subclasse* parece corresponder à emergência de uma sociedade diferente e não ao surgimento de uma *nuance* no seio de uma *velha sociedade de classes*. Para a caracterizar, a noção de exclusão sobre-

---

<sup>44</sup> Termo com o qual identifica “conjuntos citadinos pobres, segregados, nos quais uma maioria substancial dos adultos ou estão desempregados ou foram afastados da força de trabalho” (Wilson, 1997: 19).

<sup>45</sup> “O crescimento da proporção de adultos sem emprego no interior das cidades está também relacionado com mudanças na composição de classe, raça e idade das vizinhanças – mudanças que conduziram a maiores concentrações de pobreza” (*idem*: 42).

<sup>46</sup> Como reconhece Estanque (2006: 11), este conjunto humano situa-se “de ‘fora’ da estrutura convencional de classes”.

põe-se à de exploração;<sup>47</sup> e colam-se a ela toda uma série de resultados, tão negativos como previsíveis.<sup>48</sup>

Ao conjugarmos as proposições de Wilson com as de Fitoussi e Rosanvallon, verificamos que a existência do *percurso biográfico* (ainda e fundamentalmente associado ao trabalho), que os dois últimos assinalam, pode assumir formas radicais nos casos que o primeiro identifica. Se o que Fitoussi e Rosanvallon sobrelevam é a erosão de uma *relação estável* com o trabalho, que afecta aleatoriamente alguns indivíduos e que permite a constituição de uma sociedade em que a situação de muitos já não é, fundamentalmente, ditada pelo emprego e pela remuneração (porque instável um, incerta a outra), o que Wilson detecta é a criação de uma realidade *à parte*. Ao percebermos a existência, simultânea e concreta, no seio das nossas sociedades, das diferentes formas de vida – de todas as diferentes formas de vida – que eles mapearam, e a sua persistência, inclinamo-nos para a atitude *iliberal* de pretender que elas condicionam as subjectividades, as ontologias e, no esteio destas, as atitudes.

A chamada à berlinda da *underclass* é casuística: serve o objectivo de hipotetizar que, neste poliedro teórico, a situação objectiva dos sujeitos, em relação à questão social, poderá ser considerada como a expressão das circunstâncias concretas dos actores de uma existência condicionada. E actor – esse termo tão bem transposto da arte dramática para a Sociologia – quer dizer, simultaneamente, intérprete, tradutor, (re)escritor do drama.

Aqui, uma premissa: “as definições são sempre *corporalizadas*, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores da realidade”.<sup>49</sup> A noção de que as condições objectivas de vida podem ser exteriorizadas, objectivadas e interiorizadas,<sup>50</sup> leva a considerar a possibilidade de os indivíduos serem moldados pela sua vivência e, num processo sincrónico de sentido oposto, moldarem essas condições *objectivas*.<sup>51</sup>

---

<sup>47</sup> Boltanski e Chiapello (2001: 437), advertem para a necessidade de considerar seriamente a “noção de exclusão, desde que ela aponte para novas formas de miséria correspondentes às formações capitalistas que emergiram nos anos 80”.

<sup>48</sup> A *sociedade da exclusão*, ao permitir a reprodução no tempo dos *habitats* estigmatizados que a caracterizam, está “a reproduzir sistematicamente os seus padrões mais profundos de exclusão social, hostilidade inter-racial e violência interpessoal” (Castells, 2003: 141).

<sup>49</sup> Berger e Luckmann, 2004: 124

<sup>50</sup> Cf. *idem*: 137 ss.

<sup>51</sup> Num “duplo movimento construtivista de interiorização do exterior e de exteriorização do interior” (Corcuff, 1997: 40).

Neste *complexo existencial*, por contraponto à existência errática e imprevisível de alguns, outros podem esperar manter situações anteriores à emergência da *crise do social*. Entre eles estarão representados, fundamentalmente, aqueles a quem um Estado de bem-estar, porventura incompleto e insuficiente, mas claramente discriminador, assegurou uma protecção superior.<sup>52</sup> Estas segmentações deverão produzir diferentes subjectividades, com destaque para uma geração mais jovem a quem está destinado o fardo de suportar o sistema actual, com contribuições *pesadas* e a simultânea e concomitante perspectiva de não usufruir das *regalias* que ele hoje, ainda, comporta.

Como poderá tal traduzir-se, também, na criação de subjectividades diversas? Ou seja, como poderá a realidade ser diferentemente interiorizada e constituir-se em diferentes socializações secundárias dos seus membros? Não corresponderá isto a produzir diferentes sociedades pela via da produção de diferentes condições de socialização dos sujeitos?<sup>53</sup> E de, na transformação do indivíduo socializado em agente social, produzir diferentes tipos de acção e reacção, diferentes percepções e atitudes? Vem à mente a forma e o sentido da ligação do ser individual com o viver comunitário, da *subjectividade* com a *cultura*.<sup>54</sup> Esta formulação serve-nos a pretensão de reivindicar, para o nosso quadro de análise, a mesma possibilidade de produção do social por produção do sujeito,<sup>55</sup> que reproduz e produz o mundo social.<sup>56</sup> Da afirmativa à interrogativa: podem os indiví-

---

<sup>52</sup> É nesta discussão que tomam relevo situações de segmentação no interior da sociedade em geral e, mesmo, de muitos grupo profissionais. Assim, a título de exemplo, entre os servidores do Estado português existem, hoje, e por motivos que nem sempre se compreendem, aqueles que têm vínculo permanente e os outros que o têm precário, embora exerçam as mesmas funções; ou os que são protegidos, na doença, pelo sistema geral da Segurança Social e os outros que o são pelo sistema mais favorável da Assistência na Doença aos Servidores do Estado (ADSE); também dentro de um mesmo sector, e consoante o tipo de *vínculo* (que não de atribuições ou de competências), as possibilidades de faltar ao serviço ou o direito a férias são diferenciados.

<sup>53</sup> A transformação de um indivíduo em membro de uma sociedade corresponde à interiorização do mundo em que os outros vivem e o “processo ontogénico pelo qual [esta] se realiza é a socialização (...), completa e consistente introdução de um indivíduo no mundo objectivo de uma sociedade ou de um sector da mesma” (Berger e Luckmann, 2004: 138-139).

<sup>54</sup> Convocando Ulrich Beck (1992: 90), podemos começar por postular que, na modernização reflexiva, o indivíduo, “ele próprio, se transforma na unidade de reprodução do social no mundo concreto”.

<sup>55</sup> Ainda de acordo com Beck, na sociedade contemporânea, a construção do sujeito social resulta de uma “tripla ‘individualização’: o *desincrustar*, o *remover* das formas e obrigações historicamente prescritas, dos contextos tradicionais de dominação e amparo (a “dimensão de libertação”); a *perda da segurança tradicional* ligada ao conhecimento prático, à fé e às normas de conduta (a ‘dimensão de desencantamento’); e – aqui o sentido da palavra é virtualmente transformado no seu oposto – o re-incrustar, conferindo ao sujeito um *novo tipo de papel social*” (idem: 128).

<sup>56</sup> Melhor o diz Norbert Elias: o “ideal do ‘Eu’ (...) faz parte de uma estrutura de personalidade que só se desenvolve em correlação com situações humanas específicas, com formas sociais de determinada estrutura, constituindo algo de muito pessoal e, simultaneamente, sócio-específico” (1993: 164-165).

duos, na sua subjectividade, permanecer incólumes ao contacto permanente com outras (diferentes) formas de agir e pensar, com outras maneiras de organizar o dia-a-dia, de o ver ser estruturado por novos valores? Ou podem, alternativamente, viver lado a lado com essas outras formas de elaborar o quotidiano, utilizando-as como pronto-a-vestir que se põe e tira, a gosto, mas que não penetra a pele? Postulo que esta pele metafórica, fronteira entre o ser e o viver, entre o sentir e o actuar, é uma possibilidade que permite a manutenção, lado a lado, de situações que parecem incompatíveis se analisadas por um prisma racionalista. São estas situações que a sociologia aprendeu a encontrar no dia-a-dia, espantando-se sempre. De facto, acredito que a alegria de algum do espanto sociológico tem muito a ver com este ruir, perante o real, das verdades *racionais*.

A possibilidade de coexistência das urgências de (e dos efeitos da) modernização, com a manutenção de formas de ser (e até de viver) tradicionais, pode assim ser feita através de uma composição harmónica de sons diversos, em que os sujeitos mantêm as suas formas de ser e de pensar, protagonizando uma vida em dois (ou mais) mundos, nos quais se faz a realização, paralela e simultânea, da *modernidade* e da *tradicionalidade*. A harmonização, no quotidiano, dessa dupla filiação, poderá ser efectuada à conta de uma *distanciação ao papel* (no sentido de Goffman), vivendo a existência de forma *cínica*, através de algum grau de dissociação entre a subjectividade e a sua exteriorização.

## 2.5 A questão social pelo prisma dos sistemas

A perspectiva estrutural-funcionalista de Niklas Luhmann, pensando a mesma questão social sobre que nos temos vindo a debruçar, vê-a de um ângulo diferente. O autor “coincide com Spencer, Durkheim ou Parsons ao descrever a evolução social como um processo de *diferenciação*” das sociedades (sendo certo que, em cada sociedade historicamente localizada, persistem traços das que a antecederam). Assim, distingue, em termos relativamente *clássicos*, três tipos de diferenciação social: o segmentário, o estratificado e o funcional.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> Vallespín, in Luhmann (2007: 12-13).

O Estado de bem-estar<sup>58</sup> emergirá da transformação que leva da sociedade tradicional, marcada pelo princípio estratificatório, à sociedade contemporânea, organizada em sistemas sociais distintos,<sup>59</sup> visando a execução de diferentes funções, complementares e cada vez mais especializadas. Estes sistemas complexificam-se e diferenciam-se constantemente, alterando a alocação de papéis aos sujeitos concretos. Enquanto, na sociedade estratificada, se assistia a uma divisão clara entre camadas sociais, à qual correspondia a representação da sociedade pelas *classes* colocadas no topo da pirâmide,<sup>60</sup> vai surgir, em seu lugar, “uma multiplicidade de homens universal e igualmente relevantes, que assumem papéis complementares nos distintos sistemas funcionais”.<sup>61</sup> A definição destes sistemas funcionais é a marca distintiva da teoria de Luhmann; autopoieticos e autorreferenciais, não só *fabricam* os seus próprios elementos e os organizam (marcando, pela diferença, a sua estrutura comunicacional própria), como se estabelecem como limite dos outros sistemas, fazendo parte do seu *meio* e acrescentando-lhe complexidade e intransparência.

No que se refere à questão social e, por extensão, ao Estado de bem-estar, os diversos subsistemas são "resultado de um processo selectivo da multiplicidade de possibilidades, factos e circunstâncias que se apresentam na realidade".<sup>62</sup> A análise da sociedade não assenta, já, no evoluir das forças produtivas,<sup>63</sup> ou no lento mas seguro efeito das realidades demográficas e económicas que, sob o pano de fundo da globalização,

---

<sup>58</sup> Luhmann parte de Wilenski (1975) para uma primeira definição de Estado de bem-estar: "The essence of the welfare state is government processed minimum standards of income, nutrition, health, housing and education, assured to every citizen as a political right, not as charity" (2007: 49).

<sup>59</sup> Diz-nos (*idem*, 31 e 33) que "o Estado de bem-estar que se desenvolveu nas zonas mais altamente industrializadas do mundo não pode ser suficientemente compreendido quando se concebe como Estado social; quer dizer, como um Estado que reage frente às consequências da industrialização com medidas de prevenção social (...). Uma vez que o conceito da compensação é reconhecido e praticado como fundamento das pretensões, põe-se em marcha essa dinâmica particular que conduz do Estado social ao Estado de bem-estar".

<sup>60</sup> Vallespín, in Luhmann (2007: 13).

<sup>61</sup> Luhmann, 2007: 48.

<sup>62</sup> Vallespín, F., in Luhmann, 2007: 14.

<sup>63</sup> "Contra toda a aparência, o marxismo e outras teorias «esquerdistas» similares carecem de toda a radicalidade - não de radicalidade política, mas de radicalidade teórica. (...) O problema único da propriedade dos meios de produção considera-se assim a questão central da sociedade moderna. Isto permite essa transferência da crítica da dominação da política para a economia, mas não permite uma análise penetrante das realidades sociais no final do século XX" (Luhmann, 2007: 39).

estrangulam o futuro. Reside, antes, num movimento de contínuo crescimento de problemáticas e de soluções para elas.<sup>64</sup>

Multiplicação de focos de atenção e, simultaneamente, especialização funcional dos sistemas e subsistemas sociais que tratam de cada um deles, conjugadas com a dificuldade de se articularem uns com os outros por serem, respectivamente, intransparentes,<sup>65</sup> levam a que um mesmo assunto seja abordado diferentemente, na linha das diferenças de pontos de vista desses diversos sistemas, dificultando a construção de soluções estáveis e congruentes.<sup>66</sup>

Resultado inseparável destes pontos de vista é o de que a evolução social é de difícil condução. Pissarra Esteves, na *Apresentação de A Improbabilidade da Comunicação*, afirma que Luhmann é um autor de um "pessimismo de cariz catastrofista"<sup>67</sup> quando se refere às possibilidades de a democracia alterar o destino dos homens (a dificuldade não será só da democracia: o poder, democrático ou não, é apenas um subsistema numa pluralidade de sistemas avessa à existência de uma ordem sobredeterminada por um outro sistema, principal ou hierarquicamente superior).<sup>68</sup> A metarregulação política dos sistemas sociais (a existência de um *governo* que lhes imponha a sua autoridade e os seus desejos) carece, nesta perspectiva, de esperança.<sup>69</sup> O sistema social geral aparece como uma resultante vectorial de comunicações díspares (subsistemas), surpreendentes porque improgramáveis, e que evoluem no tempo, assincronamente.<sup>70</sup> O que a democracia

---

<sup>64</sup> Donde resulta "uma pluralidade de sistemas sociais que combinam uma alta *sensibilidade para determinadas questões com indiferença para com tudo o resto* (...) [o que] há-de sempre pagar-se com a falta de atenção sobre outras perspectivas" (*idem*: 47).

<sup>65</sup> Cf., *idem*: 26. A intransparência resulta da existência daquilo a que, fenomenologicamente, se chama *caixa negra*, o inacessível por detrás da informação que o sistema transmite em *senal aberto*.

<sup>66</sup> "Como consequência destes problemas de fundo saem à luz uma multiplicidade de conhecidos aspectos singulares. Os problemas não se podem tratar ali onde aparecem, mas em outro lugar; não se podem resolver, portanto, remetendo às suas causas; assim só se trasladam, transformam, são diferidos" (Luhmann, 2007: 74).

<sup>67</sup> *In* Luhmann, 2006: 15.

<sup>68</sup> "A sociedade não se pode ser percebida, portanto, a partir de supostas categorias centrais como «sociedade civil/Estado», «sociedade capitalista/sociedade socialista», ou outras. Só a partir da sua definição como sistema funcionalmente diferenciado, integrado por distintos subsistemas (política, direito, educação, religião, família, etc.), pode trazer-se à luz toda a sua multiplicidade" Vallespín, *in* Luhmann, 2007: 13.

<sup>69</sup> Hoje "trata-se, na essência, de transferir a crítica da dominação da política – onde já perdeu o seu poder de persuasão – para a economia" (Luhmann, 2007: 39)

<sup>70</sup> "As diferenças entre esses meios de comunicação [os *meios de comunicação simbolicamente generalizados*, ou, por outras palavras, a *estrutura comunicacional dos principais sistemas sociais*], acentuam-se

tem de característico é a presença constante da dualidade governo-oposição, numa competição pelo *novo* que, tantas vezes, leva ao *curto-circuito*, ao momento repetido em que a actividade de contraposição nada acrescenta à resolução dos problemas.<sup>71</sup>

Outra característica desta sociedade é a passagem do princípio da assistência ao princípio da inclusão,<sup>72</sup> ou, visto do lado dos sujeitos, da transição da protecção e compensação face às consequências negativas dos processos políticos e económicos, à *pretensão* generalizada a bens e serviços cada vez mais diversificados.<sup>73</sup> O próprio Estado vai, respondendo a este processo, desenvolver uma dinâmica aparentemente imparável de multiplicação de esquemas de protecção, de organismos especializados em todos os assuntos, de dispositivos legais *dedicados* a cada particularismo,<sup>74</sup> que não se limitam a responder às demandas da população, mas vão frequentemente antecipar-se-lhes, iniciando "um processo recursivo no qual o mesmo Estado de bem-estar cria circunstâncias e problemas frente aos quais reage".<sup>75</sup> Chegar-se-á, assim e por acumulação, a uma situação que pode aliar a incapacidade económica de satisfazer as pretensões, com a incapacidade política de lhes negar acolhimento. Tal tenderá, sobretudo, à impotência da política enquanto vontade de impor rumos e à consequente transferência do problema para o reino da escassez e da alocação de recursos – a economia.<sup>76</sup> Independentemente de análises contextuais ou prognósticas, é no espaço de contacto entre estes dois grandes subsistemas sociais que se encontram, no essencial, as respostas concretas aos pro-

---

até ao ponto em que chegam a quebrar as premissas de um fundamento único de carácter natural, moral, jurídico" (Luhmann, 2006: 49)

<sup>71</sup> "Um ataque à incompetência do governo demonstra já, quase, a competência da oposição. O curto-circuito consiste na técnica de representar-se a si mesmo na crítica do outro" (Luhmann, 2007: 57).

<sup>72</sup> "Seguindo, sobretudo, T. H. Marshall, formularemos outro conceito de Estado de bem-estar com a ajuda do conceito sociológico de *inclusão*. O conceito de inclusão significa a incorporação da população global nas prestações dos distintos sistemas funcionais da sociedade" (*idem*: 47-48).

<sup>73</sup> Ver Luhmann, 2007: "Pense-se no salto da ideia de «assistência» (onde concedê-la pode ser um rasgo de inteligência política) à de «pretensão» (...) inicia um processo recursivo, no qual o mesmo Estado de bem-estar cria circunstâncias e problemas frente aos quais reage" (p. 37); "Estado que dota de extensas prestações sociais a determinadas camadas da população e que por tal há-de fazer frente a novos custos a um ritmo cada vez mais elevado" (p. 47); "As melhorias decorrem, portanto, não só na direcção do aumento dos níveis mínimos, mas também na da descoberta contínua de novos problemas que competem às autoridades públicas" (p. 50).

<sup>74</sup> Parte daquilo a que, na teoria dos sistemas sociais de Luhmann, se designa por *programas*.

<sup>75</sup> Luhmann, 2007: 37.

<sup>76</sup> Os custos crescentes do Estado de bem-estar "não só constituem um problema de financiamento quotidiano, mas também, como consequência do tamanho do pressuposto estatal, cada vez mais reduzido em relação a outros meios, põem em perigo a diferenciação entre os sistemas político e económico (...). A política encontra-se já numa situação em que deve ocupar-se continuamente de *realidades autoproduzidas*" (*idem*, 2007: 33).



blemas do dia-a-dia na sociedade contemporânea: num sopesar constante, mas de resultados erráticos e contingentes, de carências e possibilidades, de vontades e limitações, de querer e de (não) poder, de promessas e de escassez. E a alternativa que o Estado de bem-estar pode manusear é a da resolução constante de uma outra contingência: a opção entre "um conceito «restritivo» e outro «expansivo» da política". Este último, dominante no Estado de bem-estar, atribui à política o papel rector da sociedade.<sup>77</sup> Desta atitude de expansão pode esperar-se, num esquema de sistemas funcionais crescentemente diferenciados e especializados, o "fracasso da ciência, da educação, da economia, da religião, do direito, da família, etc.; fracasso generalizado, já que nenhum sistema é capaz de controlar suficientemente as interdependências do seu meio".<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> Vallespín, *in* Luhmann, 2007: 25. Leitura aparentemente paradoxal da *hierarquia* funcional do presente: o *papel rector* da política não decreta o fim do primado da economia. Sobre a visão luhmanniana do sistema político, ver Izuzquiza (2008: 298-302).

<sup>78</sup> Luhmann, 2007: 75.



### 3 Definir e desenhar a investigação

#### 3.1 Regressar com um problema

Feita, desde o início, a eleição da questão social como objecto de estudo, e após esta breve e mal iniciada viagem por algumas das perspectivas que, sobre ela, foram sendo produzidas, há que regressar com um problema.<sup>79</sup>

Ao definir, originariamente, a questão social como a percepção de uma *distância à realização do modelo social europeu* – ou à sua mera possibilidade –, produz-se, de imediato, a abertura de todo um leque de problemáticas conexas, hierarquicamente inferiores; tal, na óptica da redução pragmática do campo de estudo, deveria implicar uma opção: a escolha, ora de um ângulo de observação, ora de uma área restrita onde focar a atenção. A dificuldade reside nessa percepção de que a questão social é *tudo*: desemprego e precariedade, demografia e sustentabilidade, desigualdade social e racionalidade económica, saúde e educação, crescimento e crise..., perspectivas e teorias. Esta diversidade nem sempre parece resultar numa acumulação virtuosa, antes numa indecifrável (logo, racionalmente *inútil*) teia de opções, cuja eleição sabe quase sempre a casualidade.

Nesta teia, a proposta luhmanniana de identificação das estruturas que subjazem às existências e às vivências concretas dos sujeitos e, mais especificamente, de *captação inteligível* dos sistemas funcionais que condicionam as possibilidades de opção frente aos problemas concretos, parece trazer *novas*. Pugnando, neste sentido, por conjugar a intenção de iniciar uma investigação *empírica*, com os resultados da breve viagem por alguma da produção científica e filosófica sobre o objecto, atribuo-me, em estado de ancoragem à *Teoria Geral dos Sistemas Sociais*, de Niklas Luhmann, um novo problema que formulo, sinteticamente, sobre a forma de questão:

*De que falam, e como falam, os sistemas sociais que observam a questão social em Portugal?*

---

<sup>79</sup> O trabalho "não começa com a recolha de dados, mas com a escolha apurada de um *problema* promissor – um problema que seja significativo na actual situação *problemática*, que, por sua vez, está inteiramente dominada pelas nossas teorias" (Popper, 2009: 249)

### 3.2 Delimitando opções metodológicas

Partindo da caracterização da questão social em Portugal, e tomando a opção de executar uma *colagem* à teoria luhmanniana, executo uma primeira delimitação. Quase poderia dizer-se que posso, a partir daqui, afunilar os horizontes onde fixar o olhar. E, no entanto, as reflexões seguintes levarão ao imperativo de, contra toda a «boa e comum regra metodológica», *olhar tudo*. Não se trata, nem de uma pretensão exacerbada, nem, realisticamente, de avançar para uma investigação *robusta*. Só o ângulo de partida tem a *abrangência do mundo*; o que nele poderei discernir será limitado por tempo e capacidade, não por exclusão apriorística.

Posto isto (e contra a *boa ciência*), não reduzo o campo de estudo (esse *quase tudo* que é a questão social) a um pequeno, bem identificado e concreto problema, eleito de entre a miríade de perplexidades com que o dia-a-dia me surpreende. Se a busca de causalidades pode ser uma mera contribuição para a nebulosa do real (para um acumular de particularismos e de explicações parcelares que tentam, por exaustão, preencher toda a galáxia das possibilidades, numa inacabável e inextrincável análise multivariada), não menos problemático se torna optar por restringir o campo pela *mera* consideração de que, *não sendo possível conhecer o todo*, há que olhar-lhe para algum pormenor.

No meu entendimento da teoria geral dos sistemas sociais, a inseparabilidade do duo sistema-meio (com os subsistemas sociais a serem *meio* dos subsistemas sociais) e a mútua observação que fazem um do outro, fundamental para a sua própria caracterização como *sujeitos sociológicos*, obriga a esse olhar globalizante (por definição, o meio de um sistema é *tudo o resto* que não é o sistema).<sup>80</sup> Daí esta necessidade de *olhar tudo*.<sup>81</sup>

Teremos ainda que ter em conta, ao pretender captar a comunicação que, em cada momento, estrutura o sistema, o facto de essa estruturação se dar no decurso do tempo. Os sistemas sociais de Luhmann conjugam comunicação e evolução (no sentido

---

<sup>80</sup> Sendo o sistema sociedade a parte do sistema global que se estrutura por comunicação, deixa fora de si, como *meio*, os sistemas orgânico-psíquicos (os *indivíduos* ou, na especificidade da formulação de linguagem de Luhmann, os *sistemas de consciência*) e também os sistemas *naturais*.

<sup>81</sup> "A vantagem e a limitação deste campo de investigação é a impossibilidade de se fixar numa disciplina específica, sendo antes observado a partir da economia, da ciência política, da antropologia, da história, da sociologia, da gestão, etc." (Ferreira, 2009: 188).

darwiniano). Desta forma, um sistema, mesmo que entendido de um prisma funcional, não é uma construção perfeita, com vista a uma determinada finalidade; pelo contrário, transporta em si um passado que fica registado na sua estrutura, não apenas como uma reminiscência de comunicações prévias, mas como constituição, *por excesso*, de um conjunto de possibilidades, presentes e futuras, de selecção contingencial da própria comunicação. Cumulatividade e contingência não se limitam a não ser princípios contraditórios do modelo, representam uma conjugação necessária: os sistemas sociais, ao evoluírem no tempo, acrescentam e acumulam possibilidades de selecção contingencial que, a cada momento, podem ser recuperadas.

Do conjunto destes pressupostos resulta que as possibilidades de *leitura* do sistema aceitam, também, a experimentação e o retrocesso. Podem é ser, em cada *momento histórico, assimetrizadas* na sua contingência.<sup>82</sup> Dicotomias estruturantes como sim/não, igual/desigual, acção/abstenção, inclusão/exclusão..., podem assim ser, pela comunicação, *inclinadas* num dos sentidos, produzindo formas globais de analisar e caracterizar os problemas. É aquilo a que Luhmann chama de "efeitos demográficos" dos sistemas sociais.<sup>83</sup>

### 3.3 Corolários

As estruturas semânticas (a teoria da comunicação), alterando-se no tempo (a teoria da evolução), dotadas de uma grande dose de autonomia (a teoria dos sistemas fechados, autopoieticos e autoreferenciais), constituem o âmago da teoria geral dos sistemas sociais. Uma abordagem aos sistemas que regem a questão social há-de levar em conta estas dimensões. A tradução *empírica* da teoria luhmanniana pode ser feita pela emergência *natural* de diversos corolários. Formulam-se alguns, fundamentais para este

---

<sup>82</sup> As alterações do meio não pressupõem alterações correlativas do sistema. Como refere Luhmann (1998): "A autorreferência, e com ela todas as interdependências estabelecidas em todos os momentos de sentido, mantém-se preservada; mas na relação com o meio agrega-se um interruptor de interdependência. O sistema assimetriza-se a si mesmo" (p. 59) e "(...) passa a formas de causalidade que o subtraem, em grande medida, de uma manipulação exterior certa" (p. 62).

<sup>83</sup> "É possível que exista também a efectividade «demográfica» dos meios de comunicação de massas (...) mediante a qual se formam mentalidades colectivas que dão lugar a condições que todos os sistemas hão-de ter em conta" (1998: 57).

estudo, e que são, e de acordo com a própria terminologia de Luhmann, simples *selecções de entre um excesso de possibilidades*.<sup>84</sup>

Uma primeira e polémica asserção de Luhmann é a de que os sistemas sociais *existem*, não sendo meras construções analíticas destinadas a observar a sociedade a partir de uma matriz pré-desenhada. Então, se os sistemas existem, têm que ser *encontrados*. É um corolário metodologicamente determinante: partindo dele, a pesquisa sociológica de linha luhmaniana *esquece* o método dedutivo, rejeita a formulação de hipóteses, elide a etapa da observação directa dos acontecimentos, descarta as metodologias de recolha de dados em situação de presença e de actualidade (os questionários, as entrevistas, os *focus groups*...). Se o sistema existe e é estruturado por comunicação, então é a *semântica* que constitui o sistema: é ela a sua estrutura. E, enquanto existente, é *dado*, presente e acessível à observação enquanto dado. Se *estrutura é estabilidade*, torna-se inviável procurar discerni-la no fervilhar das relações face-a-face.

Na mesma linha, regista-se uma velocidade diferente entre a *estrutura* comunicacional que constitui o sistema e o *ruído* informativo do seu meio. O sistema é, habitualmente, mais lento e estável. A *efervescência* do meio não tem que provocar, no sistema, uma resposta adaptativa.<sup>85</sup> A comunicação interna do sistema, essa sua *estrutura*, pode sofrer poucas alterações e, eventualmente, sofrê-las na razão inversa da confusão informativa que lhe chega do meio envolvente.<sup>86</sup>

Corolários próximos nas consequências brotam, directamente, da teoria da evolução: o primeiro diz-nos que, para *abarcá-lo cognitivamente* um sistema, há que olhar o seu trajecto temporal, captando a presença de características que, não parecendo *racionalmente* funcionais no momento da observação, permanecem na estrutura por *inércia*; o segundo, filho das noções de *autopoiese*, *autorreferencialidade* e reflexividade, diz que o

---

<sup>84</sup> "O aparelho conceptual e técnico necessário para esta tarefa é bastante extenso e o curso da argumentação não é linear nem circular mas antes labiríntico. Isto corresponde à intenção de produzir verdades contingentes (não necessárias). Na própria teoria surge, através deste procedimento, um excesso de possibilidades de abstracção" (Luhmann, 2006: 124).

<sup>85</sup> "Em cada nova fase de formação de sistemas sociais conserva-se a forma precedente de formação de sistemas sociais e só se completa com novas possibilidades" (*idem*: 151).

<sup>86</sup> Talvez seja em parte por isto que Luhmann é considerado um autor conservador. Descrê da capacidade dos movimentos "revolucionários", talvez porque vê neles esse ruído caótico que, prometendo alterar a história, acaba por se ver reabsorvido pela "normalidade" da estrutura. É a diferença, no tempo, entre os processos céleres, retumbantes e repetidos (por vezes aparentemente dilacerantes) e o paradoxo da preservação, no longo termo, das estruturas sobre os quais pretendem actuar.

sistema elabora os seus próprios elementos, não se estruturando por resposta linear a demandas externas.<sup>87</sup>

### 3.4 Observação e hermenêutica

Escolhemos, na impossibilidade de observar *directamente* a semântica do sistema, captá-la a partir de um tipo específico de objecto (os artigos de jornal), produto, em si mesmo, de observadores de segunda ordem das problemáticas que rodeiam a questão social. *Revelar* a estrutura comunicacional, partindo do texto escrito, leva à selecção do método fenomenológico,<sup>88</sup> à opção por *bater de frente* com o objecto e procurar, na recusa dos conceitos prévios, *revelar*, na consciência do sujeito cognoscente, a sua *objectiva constituição*.<sup>89</sup>

Da impossibilidade de observar, directamente, a estrutura do sistema resulta, como vimos, uma observação indirecta: a de *falas* prenes de subjectividades, de *nuanças*, de intenções primeiras e segundas, até de lapsos e deficiências linguísticas. É sobre elas que avançamos para conhecer o que, *intencionalmente*, queremos conhecer. Temos que chegar à sua *essência*<sup>90</sup>, essa estrutura escondida por trás do evento, do processo, da opinião... E temos também que, em nome da objectividade, afastar, do caminho do conhecimento, a nossa individualidade: a *redução fenomenológica* husserliana far-se-á, desde início, por essa dupla suspensão das teorias preexistentes e dos julgamentos próprios.<sup>91</sup>

---

<sup>87</sup> "A comunicação só ocorre através de uma ligação contínua entre os sistemas conscientes (psíquicos). Mas a reprodução contínua da comunicação através da comunicação (*autopoiesis*) é especificada e condicionada na sua própria rede, independentemente do que ocorre nas mentes dos sistemas psíquicos" (Luhmann, 2006: 70-71).

<sup>88</sup> Luhmann parte do pressuposto de que "à observação subjaz a suposição de que as regularidades percebidas no comportamento do sistema observado remetem a estruturas causais internas que não são susceptíveis de ser observadas" (2007: 68). Tal reconduz-nos à observação fenomenológica e à consideração de que só é possível uma observação em *black box*, dado que os "subsistemas são respectivamente «não transparentes»" (*idem*: 26). Sobre o tema ver, também, Luhmann, 2005: 48 ss.

<sup>89</sup> Exemplo acabado da aplicação prática desta metodologia é a obra de Luhmann, *O Amor Como Paixão*.

<sup>90</sup> "A essência ou *eidos* do objecto é constituída pelo invariante, que permanece idêntico através das variações" (Lyotard, 1986: 18).

<sup>91</sup> A minha participação no mundo vivido está "suspensa, posta fora de jogo, fora de circuito, entre parêntesis. E por esta redução (*epoché*) o mundo circundante não é mais simplesmente existente, mas *fenómeno de existência*" (*idem*: 25).

Vamos em busca do sentido da comunicação, que é a sua integração "em todos mais vastos".<sup>92</sup> É isso a estrutura, e a sua *descoberta* far-se-á, no cumprimento das recomendações de Luhmann, pela utilização da *observação de segunda ordem*<sup>93</sup> que revele, simultaneamente, os elementos autopoieticos *individuais* e as relações e conexões que os estruturam (a *autorreferencialidade*).<sup>94</sup>

Na obediência a estes princípios, regentes da observação do *fenómeno*, recolho e faço a análise de artigos de jornal de três anos distintos (1968, 1988 e 2008) e de um número por mês (o do dia 18 – opção *irracional*). *Intencionalmente*<sup>95</sup>, selecciono textos que, numa primeira e quase intuitiva análise, se relacionem com a problemática.

Em termos hermenêuticos procedo, também, a uma *epoché* que pretende excluir os efeitos do *historicismo* e do *psicologismo* e considerar os eventos e os processos na fugacidade da sua existência.<sup>96</sup> Tal não significa que os textos não têm data e não têm autor, significa que se pretende encontrar neles aquela *invariante* a que vimos chamando *estrutura*. Nesse sentido, proceder-se-á, primeiro, a uma análise sincrónica<sup>97</sup> e que leve em conta a cumulatividade da semântica.

A recolha da informação será, para efeitos de conservação e tratamento, efectuada com auxílio de uma base de dados.<sup>98</sup> Nesse instrumento, imediatamente abaixo da existência de uma primeira unidade física concreta (o exemplar do jornal), utilizarei dois tipos de *unitização* para a busca de sentido da comunicação: o artigo e a frase (ambos de

---

<sup>92</sup> Ricoeur, 2009: 20.

<sup>93</sup> Sobre esta noção de observação de segunda ordem, ver, por todos, Luhmann, 1993: 217-231.

<sup>94</sup> Sobre a centralidade dos relações na teoria de Luhmann, cf. Izuzquiza, 2008: 86-88 e *passim*.

<sup>95</sup> "Na pesquisa do dado imediato, anterior a qualquer tematização científica e validando-a, a fenomenologia revela o estilo fundamental, ou a essência, da consciência deste dado, que é a intencionalidade" (Lyotard, 1986: 11).

<sup>96</sup> Considerando "o carácter fugaz do evento enquanto oposto à estabilidade do sistema, relacionando-o com a prioridade ontológica do discurso, que resulta da actualidade do evento enquanto oposto à mera virtualidade do sistema" (Ricoeur, 2009: 21).

<sup>97</sup> "Uma abordagem sincrónica deve preceder qualquer abordagem diacrónica, porque os sistemas são mais inteligíveis do que as mudanças" (Ricoeur, 2009: 16). Como refere o mesmo autor (*idem, ibidem*: 14), a interpretação dos textos "conseguiu progredir na condição de pôr entre parêntesis a mensagem por mor do código, o evento por mor do sistema, a intenção por mor da estrutura, e a arbitrariedade do acto pela sistematicidade das combinações dentro de sistemas sincrónicos".

<sup>98</sup> Ver Anexos II (*desenho* da base de dados) e III (exemplo de *output* de disposição cronológica). Anexo IV para uma leitura sincrónica e diacrónica do sistema *economia*.



selecção intencional<sup>99</sup> e de sentido captado, quase intuitivamente, através de uma primeira leitura),<sup>100</sup> onde busco, numa imediata e intuitiva captação, a *imanência* do dado.<sup>101</sup>

A estrutura comunicacional dos sistemas (a sua semântica) será captada numa dualidade problema/solução. As relações entre unidades de sentido serão analisadas, tanto pela sua simples e mútua presença no texto, como pelo registo de sinergias ou oposições entre as diferentes perspectivas que transmitem do objecto. A referência contextual (a presença do *evento* comunicacional nas vertentes histórica e individual) é assegurada pelos campos referentes à data, ao título e ao autor. Juntam-se-lhes campos para observações/citações e palavras-chave. No seu conjunto, conservam em registo esse *excesso de significação* que preservamos após a *redução fenomenológica*.

Em linguagem metodológica enveredo, de seguida, por um procedimento analítico-sintético, em que esta fase de registo, compreendendo já operações de sistematização da informação, será o primeiro degrau da operação analítica: a *decomposição do dado bruto* em unidades identificáveis. Da fase de síntese resultará a *recomposição do dado* sob a forma mais abstracta do seu sentido (da estrutura dos sistemas, suas inter-relações, seus *meios de comunicação* e respectivo código dicotómico). E entramos já numa observação de segunda ordem de observações de segunda ordem, numa leitura *luhmanniana*, no verdadeiro sentido do termo. O meu facto não é o acontecimento, mas o acontecimento observado pelos sistemas sociais observados pelos observadores. Os meus dados são essas observações de segunda ordem, que os observadores produzem, e o meu trabalho é efectuar sobre elas as minhas próprias observações. Observo observações, relaciono-as, abstraio e generalizo. Daqui deverá nascer Sociologia, a *mais abstracta e geral das ciências humanas do concreto*.

Ao colocar-se antes da acção, esta Sociologia é estruturalista (os sistemas sociais são estruturas). A contingência resolvida (o *acontecimento acontecido*) apenas fala do evento como podendo dar-se de outra forma. A observação fenomenológica de segunda ordem retira do dado concreto a sua essência, coloca-o entre parêntesis enquanto

---

<sup>99</sup> No sentido de que não são escolhidos em razão de pura aleatoriedade ou por qualquer forma «cega» de amostragem, mas, em termos fenomenológicos, como o resultado de um «tender para», de um prévio *ser consciente de algo* (cf. Mora, 2004: 1878-1884).

<sup>100</sup> "O apreender e o ter intuitivos e directos da *cogitatio* são já um conhecer; as *cogitationes* são os primeiros dados absolutos (...). O conhecimento intuitivo da *cogitatio* é imanente" (Husserl, 2008: 21).

<sup>101</sup> Esse "adequadamente dado em si mesmo é inquestionável, e que me é permitido utilizar" (*idem*: 22).

acontecido (história) e faz emergir a sua totalidade (unidade de diferenças)<sup>102</sup> que é essa estrutura comunicacional. O conhecimento, pelo dado discreto, da forma como o acontecido aconteceu, de como a sociedade se foi resolvendo no dia-a-dia, transmite a perspectiva histórica do *pós*. Na versão sociológica, e mais restritamente na sua linha estrutural-funcionalista, o acontecimento discreto – o *facto* – fala-nos, não só de como foi, mas de como poderia ter sido. A Sociologia, ao contrário da História, não se fica por esse *facto* discreto: revela as estruturas em que ele se integra e as relações de sentido que estas estabelecem. Coloca-se, pois, não no acontecimento, mas antes dele, no ponto de contingência: aquele *local* onde tudo é, ainda, possível. Só aqui se abre o leque das outras possibilidades que foram preteridas pela evolução, que estão latentes, que se oferecem a contingências futuras. Não negar a contradição, captá-la; aceitar o paradoxo como natural e desafiante; não escolher a ideia que dá sequência ao nosso raciocínio, antes interrogar-se sobre as que lhe são antagónicas ou estranhas... Só assim, na sua especificidade disciplinar, a Sociologia é ciente e não acidente, ciência e não incidência, geral e não particular.

---

<sup>102</sup> Sob o conceito unidade de diferenças e sua distinção com uma “soma que anule a diferença”, cf. Izuzquiza, 2008: 259-260.

## 4 Ler a Questão Social Portuguesa pela Imprensa

No que se segue, as remissões para os textos podem criar perplexidade. Os artigos de jornal deram origem ao trabalho de observar, relacionar, abstrair e generalizar. O resultado final está-lhes profundamente *agarrado*; e, em resultado do método, é-lhes tão devedor e tão mimético como Eva o é à costela de Adão.

Numa nota *a posteriori*, fruto da retroacção do processo de investigação sobre a metodologia, devo referir que, na tentativa de passar das observações para a pretendida forma final de generalizações, se deram, muitas vezes, aquilo a que vou chamar de *extrapolações*: viagens do pensamento mais desligadas do *terreno*. Pretendi *amarrá-las ao solo* do real, por regresso aos textos; nisto poderei ter sido, por vezes, menos bem sucedido. No entanto, este movimento dialéctico de extrapolação-objectividade fica-me como parte integrante, e indispensável, do método. Fica também a persistência, neste texto, de muitas dessas extrapolações; atribuo-lhes a funcionalidade benévola de se tornarem parte de um, sempre inacabado, colecionar de problemas a resolver.

### 4.1 Colecionando e relacionando observações

#### *Dividir para ordenar*

A identificação de conjuntos humanos como *grupos* é um fenómeno que reflecte selecção e simplificação, transformação de real *sincrético* em real identificável; é também uma das formas que os sistemas encontram para ordenar o meio envolvente. Os critérios de agrupamento, nem sempre pacíficos,<sup>103</sup> são alvo de discordâncias e um dos fundamentos e argumentos da luta política e das práticas que rodeiam o Estado social.<sup>104</sup>

---

<sup>103</sup> Em 2008024, a mãe, solteira, trabalhadora a recibos verdes, já não é só mulher – primeira identificação de grupo –, é também *discriminada*, porque lhe negam a pretensão ao subsídio pré-natal. A análise de sentido junta as duas: mulher-discriminada.

<sup>104</sup> Avançando um exemplo, ver 2008067 e a polémica em redor das pensões para os ex-combatentes do ultramar.

Agrupar é promover uma união de diferenças, uma homogeneização forçada, que seria socialmente ótima, em termos de «governança» e de simplificação (*standardização*) das relações sociais, não fosse a exploração recorrente das incongruências que estão na base das operações de agrupamento. O momento em que o tratamento do grupo como grupo se torna socialmente viável (o surgimento do grupo como resultado de uma operação conceitual de agrupamento socialmente generalizada), pode resultar num imediato de tratamentos preferenciais ou inferiorizantes para os sujeitos concretos, cuja individualidade é submersa pelo relevar da qualidade agregante.<sup>105</sup>

O grupo subentende distinção: inferioriza ou eleva, subtraindo o sujeito à sua condição de «ser em si». E lança-se a competição pela filiação no grupo conveniente ou pela criação de um estatuto conveniente para o grupo *naturalmente* existente.<sup>106</sup> Deste desligamento do mérito individual e da sua substituição pela presunção de um mérito grupal, resulta prejuízo para o regime meritocrático, assente nas características e no esforço pessoais.<sup>107</sup>

Em termos de grupos sociais, a profissão constitui-se como um factor de agregação. Quanto mais os profissionais executam tarefas de complexidade elevada e socialmente reconhecidas, mais o controlo que se pretenda exercer sobre eles é por si cooptado. É difícil controlar o que não se compreende bem. Médicos ou juizes, por exemplo, podem, com legitimidade simbólica, reivindicar um tratamento distintivo por força de

---

<sup>105</sup> Em 1968024 os «pequenos criminosos» são divididos em “pobres” e “fúteis” e, com isso, pretendem atribuir-se penas diferentes a crimes iguais. Em 1968037 opera-se uma distinção (os jovens filhos de trabalhadores rurais) para, com base numa outra distinção – de classe baixa «honesta» –, os compensar com uma colónia de férias. Em 2008014 encontramos uma distinção dentro de uma distinção: aqueles funcionários, diferentes porque são públicos, são diferentes dentro do funcionalismo público porque são «insulares». Ver também 1988049: a uma pretensão não basta ser justa, está forçada a provir dos justos. Em 2008003 a progressão salarial é ligada ao sector de actividade (diferente no público e no privado, para as mesmas actividades). Em 2008021 “as escolas têm excesso de professores, por isso, têm de os colocar em funções para as quais não estão tecnicamente preparados” (acusa-se a *corporação* de, com a protecção aos seus, criar disfuncionalidades). Em 2008037 os homens *gay* têm um cérebro igual ao das mulheres *hetero*: a ciência redistribui o masculino e o feminino. Em 2008053 ligam-se as más condições do bairro à “origem africana” e à “juventude” dos residentes; na mesma linha, em 2008054 o homicídio num bairro «étnico» explica-se porque os seus habitantes ainda têm “que aprender a viver em comunidade”.

<sup>106</sup> Cf. 2008014. Ver ainda 1988049 e a forma como os jovens exigem, da Câmara Municipal, «direitos dos jovens». Em 1988051 releva-se a tensão entre o número de profissionais numa carreira e a distinção: a quantidade desvaloriza.

<sup>107</sup> Em 2008027 critica-se implicitamente o funcionalismo público por ganhar mais (1550 € contra 819 do privado) sem se cuidar de explicar as diferenças de constituição interna dos dois sectores: eles são o «público» e o «privado», diferença onde se subsumem todas as diferenças.

competências que os separam do vulgo. Assim, nesta formulação (neocorporativa<sup>108</sup>), os interesses de certos sectores profissionais escapam, sucessivamente, às intenções domesticadoras do Estado, numa construção simbólica que mistura interesses sociais colectivos com interesses corporativos, liberdade individual (corporativizada) com necessidade nacional. Nesta retórica, esses profissionais saberão, melhor que os governantes, como governar a sua área funcional. Desta forma, falham sucessivas tentativas de controlo, por parte do Estado, de médicos, juizes, professores...<sup>109</sup> Certos sindicatos bastam-se na representação dos seus associados (são estruturas autónomas e auto-suficientes, especialmente pela dimensão simbólica que está adstrita à profissão que representam); a outros, à falta desta dimensão e da força própria que ela confere, resta o recurso às «jornadas nacionais de luta» (a dimensão da *massa*), promovidas pelas centrais sindicais.

Da constituição de grupos passa-se à generalização, aos seus constituintes, das características agregantes. Tal simplifica a visão de conjunto: «as leis permitem, aos ricos, a fuga ao fisco»; «a tributação das mais-valias é apenas simbólica» para as grandes empresas; os funcionários públicos ganham mais que os «da privada».<sup>110</sup> Esta utilização das distinções está, em si mesma, na base de programas: por exemplo, as «reformas»: a *reforma fiscal* deverá resolver situações de inequidade; a reforma do *rendimento social de inserção* deverá separar necessitados de «malandros».

Num determinado discurso, o Estado social *naturalizou-se*: «é assim» em muitas das suas características. Como tal, pode aspirar a ser indiscutível, inquestionável. É esta *naturalização* que alguns dos seus iconoclastas contestam. Não se atacam, muitas vezes, os «direitos constituídos» *de per se*, mas a diferenciação da inclusão, as *classes* de incluídos e de excluídos. Assim, a propósito da «colagem» da defesa de determinados direitos de certas classes à manutenção do Estado social, emerge a linguagem do privilégio (que é a linguagem da diferença). Certa defesa do Estado social assenta em princípios que parecem ser-lhe antagónicos. O direito adquirido cabe aqui: é, em si mesmo, um con-

---

<sup>108</sup> Sobre a evolução do corporativismo, a sua adaptação aos tempos e as suas possibilidades de evolução, cf. Lucena, 1985.

<sup>109</sup> Ver 1988011 e 1988012. Em 1988050, a situação profissional dos professores é ligada à política geral da educação. Por contraposição, o poder político pode organizar-se, ultrapassando as divergências para lidar com estas forças: ver 2008013 e o “pacto da justiça”.

<sup>110</sup> Cf. 1988038. As empresas surgem como sujeitos sociológicos, entidades separadas dos seus possuidores. Ver 2008027: a distinção público/privado transporta, neste caso, muito mais do que a dimensão económica: são horários de trabalho, condições de aposentação, protecção no emprego...

tra-senso na semântica inclusivista, em especial em conjunturas de diminuição da protecção aos mais desfavorecidos.<sup>111</sup>

Por outro lado, como sublinhei, a busca de um conceito agregante, que permita formar um grupo a partir de indivíduos dissemelhantes, tem muitas vezes um papel de simplificador do social. Os critérios de atribuição do rendimento mínimo garantido, primeiro, e do rendimento social de inserção, depois, criaram essa simplificação: juntaram indivíduos que a sociedade classificava diferentemente (*pobres, excluídos, marginais, desenraizados, dependentes...*), num grupo: os «elegíveis» para a prestação. A evolução da comunicação do sistema teve, assim, repercussões claras no seu meio envolvente. Uma série de conceitos díspares, a que correspondiam sujeitos diferentes, tende a ir-se condensando numa dicotomia excluído/incluído, simplificadora, com um programa social, bem definido, a dizer que se pode tentar a passagem do primeiro grupo para o segundo,<sup>112</sup> numa noção clara de reescrita biográfica vigiada, imposta, sob o eufemismo de “acompanhamento social”. Um acompanhamento que, pretensamente, liberta.<sup>113</sup> Na sua formulação inicial, o rendimento mínimo garantido traduz este refinar programático do agrupamento largo; o rendimento social de inserção, por sua vez, a reintrodução de discriminações mais estreitas.

Esta simplificação simbólica do meio, por evolução da codificação, não permite apenas, aos ora *excluídos*, uma leitura simplificada da sua posição no campo; vai facilitar, também, a par da simplificação e standardização das medidas sociais a oferecer-lhes, a tomada de posição daqueles que, olhando o sistema do prisma político ou económico, se deparam com dualismos como apoiar/liberalizar ou incluir/excluir e lhes aplicam as suas «operações lógicas»: defender/atacar; pagar/não pagar.<sup>114</sup>

Outra separação de sentido é a que se cava entre consumidores e trabalhadores, pretendendo-se que os primeiros querem os melhores preços e os segundos devem aceitar as condições de trabalho que os permitam. No processo, aparentemente, o produtor não é consumidor. A emergência do *low cost*, associado a uma imensidade de

---

<sup>111</sup> A argumentação utilizada para, em 2008081, alterar a fórmula de cálculo das pensões – “toda a carreira contributiva vai contar” – traz implícita, no tempo verbal, esta ideia do direito adquirido: “vai contar” é futuro.

<sup>112</sup> Ver 1988027. Em 2008068, uma comparação valorativa entre os dois tipos de «rendimento». Sobre como a agregação em grupos largos permite tratar da mesma forma os diferentes, ver 2008020 e a afirmação de que a crise é generalizada e “atinge a todos” (embora de forma desigual).

<sup>113</sup> “Adama beneficiou do RSI um ano e pouco, agora até já pode receber as filhas da Guiné” (2008069).

<sup>114</sup> Cf. 2008024 com “uma das várias grávidas a quem foi negado o abono pré-natal”.

actividades, fala de uma sociedade que se contenta, do lado do consumo, com o *barato*; do lado da produção, com a inevitável *flexibilidade*, do lado da retórica, com uma “nova classe de consumidores que exigem”, pelo que “o Governo não pode ceder na flexibilização da legislação laboral”.<sup>115</sup>

### ***Trabalho e conflito laboral***

Em 1968, o conflito laboral aparece suavizado; no campo da produção e do trabalho, as corporações surgem como espaços de diálogo supervisionado, limitado, onde sindicatos e trabalhadores (as "facções sindical e gremial"<sup>116</sup>) «colaboram». Estas organizações apresentam a face positiva do regulamento harmonioso da actividade e a face negativa de uma denegação artificial do conflito. São, assim, fadoras de uma estabilidade estagnada, dando a ideia de uma tensão contida, espartilhada, intrínseca à divisão capitalista do trabalho mas, simultaneamente, indiciadora de que o conflito não pertence ao jogo, foi afastado pelo poder político de um Estado «autoritário e paternalista». Desta forma, direitos e deveres são fixados e não negociados, nunca alvo de disputa pública.

Com o advento da democracia dá-se a institucionalização do conflito como forma de responder às necessidades organizativas de uma sociedade mais complexa, menos dirigida. Surgem as *federações* e *confederações*, patronais e laborais.<sup>117</sup> Visam, não a defesa de um sector, mas de interesses dentro de um sector (patrões e trabalhadores, senhorios e inquilinos...). Com o Governo na posição de arbitragem, surge a solução da *concertação social*, numa pretensa igualdade negocial das partes. Este novo programa social objectiva a noção de síntese dialéctica como mecanismo de progresso. A prática social espalda-se na teoria política para organizar os seus actores. Contudo, o uso do conflito como forma de organização da actividade social pressuporia a conjugação do binómio razão diferente/força igual; sem ele, as soluções tendem a seguir a momentânea relação de poderes.

---

<sup>115</sup> Ver 20008031, onde se cita um grande empresário para se dizer, a propósito dos preços, que “mais do que zero é muito”.

<sup>116</sup> Ver 1968001. Um “sindicato dos jogadores de futebol pedido ao Ministério das Corporações” (1968025) ilustra a verticalidade das relações.

<sup>117</sup> Em 1988008 a Confederação do Comércio representa os interesses patronais na reivindicação do acesso aos «fundos europeus».

À margem desta organização formal hão-de, por virtude desta «razão da força», surgir grupos de pressão, *lobbies*, «interesses instalados ou em fase de instalação»; soluções que servem conveniências formalmente pouco reconhecidos.<sup>118</sup> De facto, a competição pelos recursos joga-se, muito, em termos de interesses, falando a dicotomia do instalado/não instalado, com este último, na dinâmica da evolução, a pretender-se «instalando-se». É neste contexto que as vozes «cívicas» do bem colectivo são desvalorizadas e transformadas em «forças de bloqueio», «inimigas do progresso»,<sup>119</sup> numa argumentação que, traduzindo as ideias de defesa do bem comum por conservadorismo retrógrado, procura estigmatizar, à nascença, a possibilidade de um caminho harmónico, «balanceado» entre os ganhos comunitários e os individuais.

Regressando à concertação social, o debate, que se poderia apresentar como político (do campo da vontade e do poder), é frequentemente invadido pela linguagem da ciência, sob as formas matemática (as estatísticas) e prognóstica (a economia) que, no uso da autoridade da verdade, produzem a abolição do diálogo pela produção de constrangimentos: a verdade que não se pode ultrapassar.<sup>120</sup> O poder decisório auto-limita as suas opções, apelando à crueza racional dos números. Este uso da ciência pela política vai traduzir-se, simbolicamente, no pretender aceitar-se, em nome do realismo (da ciência), o número (a ciência) que interessa a quem o selecciona. A instrumentalização da ciência pela política reduz a ciência à política (a verdade à vontade).

No campo do conflito, desvalorizam-se os opositores, negando-lhes qualidade individual ou grupal para se oporem à nossa própria, e válida, posição.<sup>121</sup> Paradoxalmente, nesse acto, restitui-se-lhes, muitas vezes, o valor. A simples referência é já uma atri-

---

<sup>118</sup> Ver, em 1988009, a forma como os «interesses» procuram ultrapassar a legislação restritiva que protege o ambiente.

<sup>119</sup> Em 1988009 as expressões podem aplicar-se aos movimentos ambientalistas, noutras circunstâncias aplicar-se-ão à defesa do consumidor, aos sindicatos ou, mesmo, aos cientistas e, por arrastamento, aos movimentos políticos que cooptam os seus argumentos.

<sup>120</sup> Cf. 1988036 e a intervenção do Instituto Nacional de Estatística (INE) no debate político.

<sup>121</sup> Cf. 1968023. Os *supostos estudantes* opositoristas são reduzidos à categoria de agitadores. O *supostos* nega a condição de estudante. E exemplifica-se, afirmando que o próprio Partido Comunista Francês ("de obediência moscovita") está contra apoio de grevistas a estudantes ("filhos-família transviados") comandados por um "indivíduo de origem alemã" (Cohn-Bendit) que "só obteve até agora uma única aprovação e pela tangente" (...), "agitador em missão" (1968027).



buição de individualidade. A necessidade de responder à posição do outro confere-lhe existência e, em larga medida, importância.<sup>122</sup>

Mas há, também, a aceitação da positividade do conflito, num sentido de quase síntese dialéctica para a solução óptima ou, pelo menos, momentaneamente possível. Entre instituições (e, nomeadamente, entre instituições do Estado), o conflito de competências para a resolução de um problema pode corresponder a finalidades ou prioridades diferentemente equacionadas e representadas por órgãos diferentes, podendo dar voz a quem não tem os meios práticos (técnicos, financeiros, de decisão...), e permitindo-lhe entrar no processo. A pretensão, corporizada em instituições, ganha força maior na medida em que estas *representem gente*. Assim, uma Câmara Municipal sem meios ou atribuições para a realização de determinado objectivo, pode passar do exercício do poder executivo (a sua funcionalidade expressa) ao do poder reivindicativo.<sup>123</sup>

Outra possibilidade é a abertura de campos de conflito que não pretendam uma solução mas, simplesmente, a manutenção, em aberto e para uso futuro, de alternativas. Uma quase «manobra táctica» que mantém, num marinar temporalmente incerto, o momento para «voltar à carga», num prosaico: «atiro à parede que um dia há-de pegar»: o dia da contingência positiva ou da conjuntura favorável.<sup>124</sup>

A noção negativa do conflito ressurgue recorrentemente sob a forma programática da sua prevenção; são exemplo os «pactos». O uso desta noção procura, na metarregulação das relações sociais pelo aparelho político, retirar do caminho da discussão certos actores. Mais que uma síntese de opiniões antagónicas, o *pacto* coloca em lados opostos da barricada os que o estabelecem e «os outros» (que bem podem ser aqueles a quem o *pacto* mais estritamente se refere).<sup>125</sup> Nesta utilização, o *pacto* reordena o conflito, pretendendo decidi-lo fora da arena própria.

Há situações laborais em que o conflito dificilmente poderá ser resolvido a favor da «sustentabilidade» do Estado social; é o caso dos conflitos do poder com categorias profissionais de elevada especificidade ou prestígio (são exemplo médicos, juízes ou pilo-

---

<sup>122</sup> Ver 1988034 e a contestação a uma obra cinematográfica, pretensamente agressora de certos sentimentos religiosos.

<sup>123</sup> Cf. 1968034. Câmara e Carris, com visões opostas sobre os transportes urbanos; pede-se a intervenção do Governo. Mesmo no Estado *paternalista*, a Câmara exhibe o conflito como forma de atingir os seus desígnios.

<sup>124</sup> Cf. 2008012 e de como, quanto ao conflito, o há bom e o há mau, dependendo dos interesses.

<sup>125</sup> Ver 2008013 e o “pacto da justiça”.

tos da aviação civil). A impotência estatal e dos partidos que, momentaneamente, ocupam o poder, pode usar retoricamente a especificidade e a necessidade social da actividade para provocar uma situação de quase inferioridade moral desses profissionais. O argumento é o de que usam a necessidade social dos seus serviços para conseguir proventos pessoais ou *corporativos* e que, ao fazê-lo, ostentam uma quase desonestidade: chantageiam. Joga-se, contra esta *chantagem*, uma chantagem sob um disfarce moral, pretendendo-se opor direitos (no caso dos médicos, por exemplo, o seu direito à greve – questionável – contra o direito da população à saúde – inquestionável).<sup>126</sup> Neste contexto, a ideia da positividade do conflito quando orientado para a modelação das relações sociais, torna-se contestável. Tal justifica que tão difícil seja, por exemplo, propor greves sem arcar com a «chantagem moral» dos prejuízos causados a outros. A contraposição retórica do benefício de *classe* e do prejuízo social, mais que qualquer constrangimento *objectivo*, é um ónus para a acção dos sindicatos.

Em 1968, associa-se causalmente a escassez de produtividade à falta de formação da mão-de-obra: uma formação técnica/especializada, não obrigatoriamente de níveis elevados mas destinada, funcionalmente, à produção.<sup>127</sup> Não parece ainda premente a necessidade de elevar os níveis educacionais gerais da população a um qualquer alto patamar, preestabelecido como *objectivo*.

A formação virá a tomar, mais tarde, o nome de *educação*, e passará a ser medida, não por uma utilidade prática imediata, mas de forma mais *objectiva* e, simultaneamente, mais distante da vida laboral activa: os anos de escolaridade.<sup>128</sup> Esta forma de *objectivação* poderá dissociar formação de produção, dando valor próprio à educação, transformando-a num *objectivo* em si; o retrocesso a um «ponto de equilíbrio» acabará por se traduzir na recente recuperação dos *cursos profissionais* no ensino básico e secundário, com uma tentativa de re-ligação, *virtuosa*, entre escolaridade e trabalho, a que se junta,

---

<sup>126</sup> Em 1988022, a «classe médica», valer-se-á do facto de ser insubstituível e absolutamente indispensável para exercer uma *chantagem* velada sobre o Ministério da Saúde.

<sup>127</sup> Cf. 1969003.

<sup>128</sup> Em 2008078 o Norte do país perde oportunidades de investimento estrangeiro porque “não há resposta suficiente em número de operários com, pelo menos, o 9.º ano de escolaridade”.

nos tempos mais recentes, argumentação contrária à asserção de que é mais fácil arranjar emprego a quem tem mais habilitações académicas.<sup>129</sup>

A «racionalidade económica» – expressão que serve para alhear o acto económico das suas consequências sociais negativas – é bem patente no fenómeno das deslocalizações.<sup>130</sup> Também a *flexibilidade* se vai explicando porque a há «lá fora».<sup>131</sup> Tal corresponde a um cerceamento assumido do uso das capacidades de opção e traduz-se, genericamente, naquilo a que se usou chamar de rendição ao *pensamento único*.

Os limites a este princípio da racionalidade económica das desnacionalizações assumem a forma de resolução de dois binómios separados: o da qualidade/preço (putativamente inferior nos novos locais de implantação das manufacturas) e o do nacionalismo/globalismo (o apelo ao sentimento de pertença). A relativa incomensurabilidade (a arte) ou a produção de cuidados altamente especializados (a saúde) e localmente consumidos, entram também em tensão com o mesmo princípio. Nestes últimos casos, a elevação de certos sectores acima do «economicismo» e da competição com os mercados externos traduz-se, paradoxalmente, em benefícios para os seus profissionais, resultando numa excepção à necessidade de «gestão racional» imposta aos restantes sectores, à mundana e objectiva consideração da qualidade/preço na sua condução.<sup>132</sup> Tal acontece, especialmente, quando a qualidade é subjectiva (arte) ou analisada pelos próprios profissionais (corporações médicas, de professores, jurídicas...). A possibilidade de se subtrair à avaliação qualitativa e objectiva dos outros (que não são *pares*, mas leigos) tem, pois, implicações que ferem a racionalidade económica.<sup>133</sup> A retórica que afirma a existência de uma pura motivação economicista para muitas transformações laborais (e outras), torna-se de uso generalizado, ganha força e impõe regras na proporção da capacidade dos seus autores para subtraírem a sua *corporação* a esse ditame da globalização socioeconómica.

---

<sup>129</sup> Ver 2008077 e as tendências recentes de mudança na estrutura do emprego em Portugal: “o emprego no quinto mais elevado é agora mais instável e precário”.

<sup>130</sup> 1968035. Deslocaliza-se com o fito único no preço do produto, sem olhar à sua qualidade final.

<sup>131</sup> Em 1988016 a Europa aparece, uma vez mais, como exemplo: é a «harmonização». O termo, conjugado com a recorrente consideração do «nosso» atraso, quer significar «caminho único».

<sup>132</sup> Caso paradigmático é a sempre presente falta de racionalidade da gestão de pessoal da administração pública; em 2008038 procura-se responder-lhe com a Bolsa de Emprego Público.

<sup>133</sup> Cf. 1968035. Em Hollywood a arte cinematográfica sai à rua em protesto: a deslocalização da actividade traduzir-se-á numa redução do “realismo” das produções, em nome da *mera* redução de custos.

Tal retórica pode reflectir-se, também, na escolha de «o quê» manter do Estado social. Desta perspectiva, esse *quê* pode ser definido, não por análise minuciosa das necessidades e escolha criteriosa dos programas que as satisfaçam, mas pela manutenção de sectores inteiros à margem das medidas racionalizantes (a organização do sistema de saúde pode apresentar *disfuncionalidades* elevadas e, contudo, não ser alvo de «cortes nos custos»<sup>134</sup>).

O mundo do trabalho (digo, do conjunto de indivíduos que trabalha para outrem) e as suas organizações são, comumente, vistos como avessos à mudança. Esta identificação com o passado, numa economia que se quer progressiva, coloca-nos perante blocos simbólicos (trabalhismo-travão-trabalhadores *versus* liberalimo-progresso-empresas); o segundo membro da expressão pode ainda juntar a si o charme da ciência e da técnica; o primeiro restringe-se à política (o sindicalismo). Tal autoriza a colagem retórica das lutas sindicais à produção de efeitos sociais globais negativos, o que as poderá conduzir à «impopularidade». A persistência, putativamente *irracional* numa economia *moderna*, desta tríade trabalhista, criará uma «falta de *atmosfera* favorável ao desenvolvimento».<sup>135</sup> Esta identificação permanente do «mundo do trabalho» com o passado, o subdesenvolvimento e o bloqueio ao progresso,<sup>136</sup> pode ser encontrada, por contraposição, na permanente necessidade dos sindicatos de apresentarem um discurso *a contrario sensu*, que frise a necessidade da melhoria das condições de vida dos trabalhadores como condição prévia para a melhoria das condições de vida da sociedade, por um lado, e à necessidade de manutenção de serviços de benefício geral, por outro.<sup>137</sup> Este uso unilateral de relações causais (v.g. o sindicalismo origina atraso económico), num ambiente de elevada complexidade, busca (mesmo no seio da *concertação social*) uma substituição táctica do diálogo imediato e frontal por monólogos, brandidos na praça pública com o objectivo de «criar partido», originando dificuldades ao alcançar de acordos no espaço fechado da negociação directa entre parceiros. A abertura num campo tenta condicionar o destino no outro. Entre o conflito surdo e o diálogo franco, o equilíbrio é difícil.

---

<sup>134</sup> O que pode permitir a reivindicação de mais meios, mesmo em situação de crise financeira (cf. 2008063).

<sup>135</sup> Cf. 1988022, e de novo a comparação, por diferença, com a Europa.

<sup>136</sup> Em 1988032 acusa-se a actividade contestatária, sindical, de ser responsável pela inflação.

<sup>137</sup> Em 1988030 denunciam que se pretende a “redução da função social do Estado”.

De natureza diversa (mas com efeito, nalguns casos, similar), são as confluências da política partidária e do sindicalismo, que podem levar este último a desfocar-se das suas finalidades *naturais*. Se alguns sindicatos e partidos se *alimentam* mutuamente, de tal retira especial *vantagem* uma esquerda «comunista tradicional», *operária*, que produz e reproduz o «movimento sindical» e colhe dele grande parte da sua força. Isto leva, por reacção, ao surgimento de sindicatos ditos paralelos, *amarelos*, de diferentes orientações doutrinárias. Também na base desta *invenção programática* parece estar mais a política do que o trabalho. Os partidos do «arco do poder» (um centro político de meridiano encostado à direita, na tradicional divisão de lugares no parlamento) patrocina sindicatos «democráticos», usando a dicotomia anti-democrático (comunista)/democrático.<sup>138</sup> Neste cosmos sindical, desvirtuado pela cooptação que dele fazem alguns partidos, joga-se um jogo de poder de que outros ficam arredados. Os sindicatos de maior implantação são oposição de esquerda, tradicional, ao «poder burguês»; uma oposição que executam em confusão táctica com os partidos que se lhes colam.<sup>139</sup>

### **Educação**

Em 1968 o ensino parece ser, fundamentalmente, instrumental, no sentido da função económica; a intenção é «formar» mão-de-obra. A falta de qualificação da população portuguesa é apresentada como óbice ao desenvolvimento,<sup>140</sup> e a educação é vista pelo prisma da economia, pelo menos quando nos referimos à educação das «classes populares»: a necessitarem, «a bem da nação», de uma formação técnica especializada, e não, obrigatoriamente, de níveis educacionais (anos de escolaridade) elevados. A subida deste último indicador, sobretudo no período que se segue à Revolução de Abril, leva, na dinâmica progressiva e cumulativa das pretensões a satisfazer pelo Estado social, à

---

<sup>138</sup> Esta forma de conjugar posições surge-nos, também, noutras situações, como quando se torna necessário ultrapassar «constrangimentos corporativos» (ver 2008013 e o “pacto da justiça”).

<sup>139</sup> Cf. 1988035. Em 1988039 é uma central sindical que se insurge contra medidas sociais que não respeitam a relações laborais. Num registo pessoal, sou muitas vezes criticado pelo meu estatuto «inconstitucional» de bi-sindicalizado, quando sei perfeitamente que apenas não posso pertencer a dois partidos e que, no meu entendimento, se os partidos defendem campos opostos (tornando inconciliável a dupla filiação), os sindicatos devem defender um só: os trabalhadores.

<sup>140</sup> Ver 1968003.

necessidade de criação de necessidades.<sup>141</sup> Elegem-se a educação das mulheres e dos velhos – o género e a geração –,<sup>142</sup> na transformação de um problema económico, pretensamente resolvido, em problema social, a resolver (o económico, prevaemente no longo prazo, irá *vingar-se*, recentrando a discussão na capacidade do sistema de ligar educação e formação profissional). Em termos da semântica do sistema social geral, fica esta dicotomia entre o social e o económico que, por generalização a outros campos do concreto, se transforma numa oposição constante entre a ambição do desejável e a escassez do possível.

A educação surge, ainda, como reflexo da situação social de origem: é parte de um destino social. A ligação ao trabalho manual corresponde à ligação à necessidade e, esta, à baixa extracção social. No ensino superior, as humanidades apresentam elevada carga distintiva, que se vai perdendo ao longo do tempo,<sup>143</sup> quer com a chamada «democratização» do ensino, quer com a dinâmica capitalista, que faz ascender socialmente profissões da área das ciências (antes tidas por essencialmente instrumentais). Com a Revolução de Abril, dá-se o avanço para uma educação básica e secundária assente em formações humanísticas e científicas viradas para o conhecimento generalizado, com a difusão desses níveis de ensino e o aumento gradual dos anos de escolaridade mínima obrigatória. Pode discernir-se uma conexão clara entre este progresso do ensino no sentido de uma uniformidade que se inclina para o campo de ensino científico-humanístico (conduzindo a um ensino superior que se quer universal) e rejeita o manual-técnico (que leva a profissões de nível médio ou inferior) e a rejeição da distinção prévia, herdada, que a democracia nascente abomina. O ensino liberta-se do trabalho e, com isto, eleva os que o procuram.<sup>144</sup> Em contradição com outras vozes que ligam ensino e progresso económico, é neste movimento, nesta opção pelo ensino generalista de formação superior, neste passo final que transforma filho do povo em «doutor», assente na simbologia da

---

<sup>141</sup> Bem caracterizada por Sam, Anexo I.

<sup>142</sup> Ver 1988033.

<sup>143</sup> Em 1968038 afiança-se já que o ensino superior deve adaptar-se ao evoluir dos tempos.

<sup>144</sup> É por antítese a uma situação real de prevalência da opção por um ensino de formação mais generalista, que retira os jovens aspirantes a «doutores» do trabalho técnico-manual, que se dará a necessária propagandização reflexiva, mas contracorrente, primeiro do politécnico, depois do ensino profissional de nível secundário, que se havia perdido. Ver, em 1988018, o discurso da necessidade do ensino técnico; é um discurso que, não ignorando a dificuldade da mensagem, procura ultrapassar o complexo simbólico que liga ensino técnico a ensino de *segunda*: a opção dos que não têm acesso à opção de maior *pedigree*.

igualdade, que se resolve uma estranha separação: a de trabalho manual/estatuto, com a fuga ao primeiro.<sup>145</sup>

Como frequentemente acontece, a moeda tem duas faces: à pretendida democratização no acesso corresponde um movimento de re-distinção, de re-ligação simbólica que re-conjuga acesso e estatuto social de origem. O ensino privado pode ser apresentado como uma faceta da «liberdade de escolha», com o uso da dicotomia igualdade/liberdade a pretender desafiar a noção linear de igualdade no acesso. Parece uma divisão simbólica ainda irresolvida e fonte, portanto, de criação informativa e argumentativa, presente e futura.

Permanecendo neste posto de vigia, e avançando no tempo, levanta-se uma questão sobre a recente recuperação, pelo ensino público (e só pelo ensino público, com a conotação de *serviço social*), dos cursos profissionais dos ensinos básico e secundário. Se, na linguagem institucional, reflexiva, o caminho que levou da formação à educação encontrou, para já, uma síntese mais elevada num misto que pretende aliar as duas, na linguagem comum o ensino profissional aparece como um retrocesso ao «antes da democracia»: uma nova institucionalização da distinção numa educação funcionalizada para o trabalho e não para o *homem*, e que, programaticamente, *esquece* a História, a Filosofia ou as Ciências Sociais e elege, como baluartes, a Matemática e o Inglês. E como a opção pelo tipo de ensino (geral/profissional) se faz agora em «verdes anos» (no básico ou na entrada para o secundário), enveredar pela segunda via corresponde, genericamente, ao abandono dos sonhos de distinção das classes mais *baixas* (cujos filhos optam, mais de amiúde, por este caminho). Parece regressar o destino social. Assim, o louvor ao recente restaurar dos cursos profissionais nos ensinos básico e secundário traz consigo esta mácula: a possível legitimação, pelo ensino, de distinções prévias. A reintrodução progressiva e vincada do *mérito* («sou uma súpula do meu esforço com o meu eu herdado») pode ser lida por este prisma. Dentro de um mesmo nível de ensino diferenciam-se os que aparentam maiores competências cognitivas e que ascendem ao ensino superior e, com ele, ao trabalho intelectual, e os que, delas *geneticamente* arredados, se ficam pelo directamente profissionalizante. Existe, assim, uma *genetização* do mérito. Tal constitui um aparente contra-senso: por definição, como vai o mérito ser herdado se é,

---

<sup>145</sup> Ver 1988018. Democratização quer, neste como noutros campos, significar, no mínimo, igualdade no momento da entrada. Cf., também, 2008042: o abandono escolar é estigma do atraso da Região da Madeira. O mesmo se diga em relação à saúde (2008041).

fundamentalmente, esforço? Pode, assim, reabrir-se a qualquer momento a contestação a esta linha evolutiva. O *novo* ensino profissional nasce estigmatizado.<sup>146</sup>

Por outro lado, o ensino deixa de ser uma construção nacional, interna, para se referir, cada vez mais, ao que se passa «lá fora» e às necessidades de um mundo globalizado.<sup>147</sup> A comparação de métodos, currículos e resultados torna-se corriqueira. Em 1988 ainda se fala em alargar o apoio estatal à juventude a áreas que não o ensino e o trabalho,<sup>148</sup> daí evolui-se para uma linguagem de mercado e, da associação da juventude ao mercado, para as novas tecnologias e as linguagens globais que as permitem entender: é a opção pela *banda larga* institucionalizada, numa simplificação programática a cercear outras possibilidades.<sup>149</sup>

A juventude constitui, fundamentalmente, todo um programa social, uma *almofada* de plasticidade invulgar para *encostos* diversos. Conjuga-se abertura à experiência, indefinição, mobilidade. Pode-se adiar-lhe a entrada no mercado de trabalho ou fazê-la em condições de precariedade não extensíveis a outros grupos e, com isso, modificar todas as estatísticas do emprego ou da escolaridade nacionais.<sup>150</sup> A demografia, claro, responde com retrocessos.

## ***Economia***

Em 1968, sob o signo do «fomento»,<sup>151</sup> o problema económico cinge-se, bastante, à linguagem restrita do haver/não haver, e a tal responde-se, por exemplo, com progra-

---

<sup>146</sup> E nem o facto de se aumentar a escolaridade obrigatória para 12 anos (ver 20008058) o livra deste estigma. No «final do dia», o seu currículo vai corresponder à escolaridade mínima.

<sup>147</sup> Ver 1988006 e a necessidade de ministrar, entre nós, o Direito comunitário.

<sup>148</sup> Ver 1988024 e um Ministério da Juventude que se ocupa do lazer, do desporto e da formação extra-curricular. Dentro do nosso Estado social, a *educação*, conotada com ensino oficial, virá a absorver estas funções.

<sup>149</sup> No seio dos programas destinados ao ensino, as tecnologias da informação (TIC) e comunicação aparecem com a dupla carga de problema e solução, numa articulação circular (a instrumentalidade da sua utilização é questionável). Ver 2008019.

<sup>150</sup> Cf. 2008030.

<sup>151</sup> Ver 1968005 e 1968014. Em 1968040 junta-se, à preocupação com o fomento, a da defesa. A “lei de Meios para 1969” faz a transformação destas necessidades em programa de futuro. Tal equivalerá, numa linguagem de «psicologia doméstica», a um «estado de negação» que confunde aspiração com necessidade. Necessidade *de per si*, absoluta, a da defesa; necessidade relativa (realidade tornada necessidade) pela comparação com o exterior, a da prosperidade económica.



mas de expansão das instituições de crédito. O aumento da actividade bancária é, irremediavelmente, tido como positivo. Virá, depois, a racionalização, o reflexo e a reflexividade, a contenção, a introdução da linguagem da melhoria e da especialização contra o *mero* crescimento.

Há, ainda, sobre esta problemática, uma refacção da linha de visão. «Lá de fora» captam-se já as problemáticas ligadas às manipulações financeiras. Enquanto, olhando para Portugal, os agentes falam a linguagem do fomento, olhando para o estrangeiro falam já da necessidade de estabilidade monetária e de controlo dos especuladores internacionais (os especuladores são, *cá*, os pequenos intermediários, *lá*, a grande finança).<sup>152</sup> Nesta linguagem nascente, produzir não exige apenas esforço, formação e investimento (com o Estado a promover o *fomento*); exige já *estabilidade dos mercados*, essa condição que condiciona, que torna os agentes independentes dos seus méritos e, até, do seu esforço, e que é, a certa altura, o estado do Estado (um estado de impotência). Se o fomento visa o desenvolvimento (a articulação harmoniosa e crescente dos factores), o patamar seguinte traduz-se na gestão do contexto, com o Estado colocado na defensiva frente à adversidade.<sup>153</sup> Curioso o regresso, sob o novel signo das finanças globais, do *fado*, que resulta da cedência do binómio poder-activismo ao do impotência-passividade. Mais que «encolher», o poder eleito redirige-se para campos onde é efectivo, ainda que essa efectividade se expresse em bandas marginais à grande estrada social; o poder adapta-se às suas possibilidades, «realisticamente» encolhe-se.

Entre 1968 e os tempos mais recentes, a linguagem da economia parece criar novo vocabulário. Se falava a dicotomia do paga/não paga, passa a falar também a do rende/não rende. A «crise financeira» é um ente relativamente obscuro, longe da experiência quotidiana da gestão corrente e escondida em espaços globalizados (o que é o mesmo que dizer «em toda a parte e em parte nenhuma»). Torna-se possível verificar a simultaneidade de melhoria geral dos níveis de vida e a iminência da crise: o paradoxo de uma crise no seio da abundância, sem um culpado identificável. Essa linguagem do rende/não rende, só do domínio dos peritos dos *mercados*, parece ultrapassar a capacidade do controlo político nacional e escapar, escorregadia, à reflexividade económica tradicional.

---

<sup>152</sup> Cf. 1968005 e 1968011, com o apelo ao controlo dos especuladores por instituições internacionais. Também 1968013, e o recurso à memória para evitar a repetição da “crise de 31”. Em 1988003 especulação é o *outro nome* para actividade económica.

<sup>153</sup> Em 1968042 os Estados devem tentar “resistir” à especulação. A posição quase passiva de resistência é contrária à proactividade e quer significar que a situação transcende as possibilidades do Estado.

Escapa a uma racionalidade linear, também, a distinção entre rendimento e qualidade de vida. “Os maiores salários nominais do mundo”, dos japoneses, correspondem à fraca qualidade de vida dos que “não têm tempo para se dedicar à família”, dado que “trabalham mais horas”.<sup>154</sup> A qualidade de vida, de medida multifactorial, reage à restrição da sua submissão ao factor económico. Pagar/não pagar é diferente de ter/não ter, quando este último binómio inclui factores distintos, como o lazer ou a ecologia. O Estado social terá que ver com esta última definição de uma qualidade de vida integradora de diferentes dimensões, ultrapassando ou esbatendo o mero problema da remuneração do trabalho e dirigindo-se à segurança na saúde, na educação, na velhice, no meio ambiente, na promoção dos tempos livres.<sup>155</sup>

A semântica do fomento vai permanecer como contraponto dessa existência contextual, quase aleatória, que parece escapar à vontade e ao controlo,<sup>156</sup> dessa sobre-determinação pelas condições, pelas finanças, pela globalização; essa demissão da vontade de futuro pela rendição a condições pouco definidas, especialmente quando, às circunstâncias objectivas, se ligam factores tão *etéreos* como a «confiança dos agentes» ou o «clima económico».<sup>157</sup>

Há, pois, uma multiplicidade de características indígenas negativas (*v.g.* falta de formação, de capacidade exportadora e de crescimento) que são medidas, amiúde, pelo exemplo dos «países civilizados».<sup>158</sup>

A relação com o *estrangeiro* evolui de fase selectiva de exemplos positivos, pontuais e específicos, sob um pano geral de rejeição da sua influência (em 1968), para um outro discurso, também ele ambíguo, que surge no contexto da adesão à Comunidade Económica Europeia: é o de um aproveitar dos «fundos», já que "todos os outros o fazem".<sup>159</sup> É a negação da nossa capacidade positiva de relação com o outro, a negação da exemplaridade singular e afirmativa do nosso carácter. Se a melhor explicação para

---

<sup>154</sup> Ver 1988029.

<sup>155</sup> Assim em 1988048.

<sup>156</sup> Cf. 1968005.

<sup>157</sup> Ver 2008049; 2008051 sobre a irreflexividade dos portugueses.

<sup>158</sup> Vide 1968017. O recurso ao exemplo estrangeiro é recorrente; encontramos-lo também em 2008012, a propósito de boas práticas médicas; em 2008027, na abordagem do Rendimento Social de Inserção; em 2008029 na fixação do preço dos combustíveis.

<sup>159</sup> Ver 2008013 e o aproveitar das "migalhas" europeias.

um comportamento medíocre, nos domínios económico e social, é a de que não estamos sós – de que estamos a juntar-nos *aos* –, vamos, num êxtase de comunhão negativa, perder a capacidade de nos fecharmos (de reflexivamente nos caracterizarmos) para nos afirmarmos «com personalidade».<sup>160</sup> Essa incapacidade que resolve uma outra dicotomia, a do perene/imediato, a favor do imediato, do inconstante no tempo porque deixado ao sabor dos ventos que sopram «de lá de fora».

Neste sentido, a dicotomia dependência/independência, sempre presente, vai-se inclinando, na resolução da sua contingência, para o primeiro membro da expressão. No entanto, a dor da cedência convoca o bálsamo da *astúcia* táctica: a do «aproveitar», que afasta o progredir conseqüente. A dependência é, pois, um problema de fundo, especialmente porque se converte em fatalismo quando a rendição à circunstância molda negativamente o carácter. Está presente, por contradição, nas declarações de «nós podemos», que mais não parecem que o desafio *bazófi*as, inconseqüente, à fatalidade da governação de *cá* por *lá*.<sup>161</sup>

Desta forma, e a uma certa altura, a dicotomia independência/dependência, em que o próprio Estado se enreda (a capacidade própria para governar e se governar sem o encosto aos outros), parece resolver-se por um terceiro termo, que julgaríamos mais próximo dos sistemas de consciência: a indigência.<sup>162</sup>

Curiosamente, caminhar-se-á para uma grande convergência de opiniões políticas, no «arco do poder», quando as decisões sobre que elas versam provêm da Europa. O «destino europeu» do país assume laivos de resignação. Contra outras formulações do Portugal fora de Portugal (do império, por exemplo), que fazem crescer a ideia de si do país, a Europa aparece como uma opção cerceadora, resumida ao vector socioeconómico, que se impõe naturalmente e não se discute. Uma opção sem opções.

---

<sup>160</sup> Ainda 2008013 e a pequenez do imitar o pior que há nos outros, sendo que é nesse nível que «somos iguais». Em 2008036 a admiração pela capacidade dos outros de dizer *não!* (a propósito da rejeição irlandesa ao Tratado de Lisboa).

<sup>161</sup> Em 1988024 apresenta-se-nos uma expressão desta forma desafiante de lidar com essa força maior que é a *Europa*, quando criticamos a sua *curta* política de juventude e nos afirmamos como vanguarda (como o *novo*) perante a inércia e a falta de visão.

<sup>162</sup> Repousar nas soluções da Europa para não ter que assumir uma posição própria, tal a solução para um problema como a captamos em 1988015. Em 1988037 associam-se miséria e arquitectura política mundial, numa imagem da impotência dos Estados. Também 2008017 e a globalização como produtora da fatal dependência nacional. Ao sector das pescas não resta senão ser dirigido pelas vozes da Europa (2008039). Em direcção contrária segue a argumentação de que devemos aproveitar a nossa *pequenez*, "tirar proveito da aparente debilidade" (2008044).

A licitude ou ilicitude do acto económico aparece, em 1968, ligada a uma dialéctica do moral/imoral: os agentes económicos devem pautar a sua conduta pela rectidão, num *ethos* simples. A economia aparece como servindo a produção e o consumo populares e, portanto, afastada da complexa trama financeira que encontraremos mais tarde.<sup>163</sup> O lícito (a observação da norma) liga-se ainda a uma ortodoxia prevalecente: está contido no «ser das gentes»; numa fusão de direito e moral (não basta ser legal; há que ser justo e socialmente aceite).

Subjacente à complexificação das actividades, que necessitam libertar-se dos preceitos morais e acolher-se sob bandeiras mais firmes, mais generalizadas e abstractas (as leis, paradoxalmente, libertam a actividade económica, ao subtraí-la dos preceitos religiosos e morais – onde não há abstracção suficiente – e, desse modo, soltam a economia que regulam). As qualidades de abstracção e generalização da norma legal conjugam-se assim, progressivamente, com a sua incapacidade de previsão do facto concreto. Julgado pela lei, e não pela moral, o *homo economicus* ganha liberdade de acção. Tal traduzir-se-á na passagem da litigância para o meio jurídico e do seu afastamento progressivo do foro de intervenção da moral (o espaço do quotidiano). Abriga-se a actividade económica sob um direito mais desligado da *vida*, mais técnico, mais disperso porque mais dirigido a problemas específicos. A lei e a economia encontram-se, sinergicamente, com a primeira a potenciar a segunda; ao mesmo tempo, o *leigo* é afastado, ostracizado, tornado ignorante pela separação crescente entre a sua linguagem e a linguagem que falam aquelas estruturas.<sup>164</sup> A crescente pulverização, em caleidoscópio, dos valores e, com eles, dos costumes, em virtude de uma moral mais fluida, mais dada à opção individual, corresponde à possibilidade de relativizar *tudo*.<sup>165</sup>

Um certo grau de fusão entre as ciências sociais e económicas e a política – a mistura das linguagens da verdade e da vontade – descredibiliza as primeiras. A ciência, politicamente *enviesada*, afirmando e negando os mesmos factos e a sua interpretação, no mesmo momento, pode parecer descer ao nível do palpite, promovendo-se um errático

---

<sup>163</sup> Ver 1968004.

<sup>164</sup> Cf. 1968005.

<sup>165</sup> Cf. 2008011 e a forma como problemas de solução antes aparentemente estabilizada são trazidos à discussão pública sob novos prismas.

«navegar à vista», sob os ditames da conjuntura e dos estudos de opinião.<sup>166</sup> Assim, embora no campo das previsões *científicas* o léxico pretenda ser o *acerta/não acerta*, dá-se um deslocamento para o campo das intenções e dos interesses prévios: é um saber preconceituoso. Nesta translação, os números deixam de ser a linguagem da ciência e passam a ser alvo de disputa e desconfiança,<sup>167</sup> nada impedindo que as decisões se tomem, não com base neles, mas na dúvida que eles deixam. Desconfia-se das análises e desconfia-se da desconfiança nas análises.<sup>168</sup> Mas a ciência (nomeadamente a económica) surge, aqui, ainda, com outra função: a de não-decisão. É o ponderar, o reequacionar, o apresentar alternativas para transferir o problema para o futuro.<sup>169</sup>

Emerge um dueto: o de conjuntura/rumo.<sup>170</sup> O segundo termo é reservado para o quando for possível. Assim, dá-se a queda nos ditames da conjuntura, na resposta defensiva que tolhe as capacidades de decisão política, as limita ou desvia para assuntos laterais. Esta submissão da política à conjuntura, que é descrita ora como submissão da política à economia ora à globalização, e é apresentada como fatalidade, pode esconder uma submissão do interesse público a interesses outros, numa transformação comunicativa que pretende dirigir as decisões individuais (uma objectivação do *poder simbólico* de Bourdieu).

Neste contexto, e em aparente contradição com a sua natureza, o direito dilui a positividade. A dispersão, a tecnicidade, a direccionalidade para os casos e as situações concretas, vão produzindo um direito disperso, não integrado, polémico e litigante, de

---

<sup>166</sup> Em 1988004 propõe-se uma «estratégia de corcovas» para a economia. Em 1988025 esta apresenta-se como disciplina não fiável, passível de «leituras» diversas: aqui, a ciência desce já – abaixo do nível do palpite – ao degrau do manipulável. Em 2008001 usam-se previsões discutíveis para sustentar a «política salarial». Em 2008004 temos as estatísticas «à medida»: diferentes as do Instituto do Emprego e da Formação Profissional das do INE. 2008009 prevê o futuro pelas opiniões: com esta democratização o saber cai ao nível da ignorância leiga. Em 2008083, dois estudos de opinião «credíveis» chegam a conclusões diametralmente opostas sobre os efeitos da televisão nas crianças. Em 2008061 fala-se da "incerteza dramática que rodeava os especialistas" em finanças.

<sup>167</sup> Em 2008007 trata-se do "clima (...) de volatilidade"; numa construção redundante, vai-se da dúvida à dúvida, sem propor soluções. Em 2008025, sob o olhar da economia, "tudo se move, ainda, no escuro", o que não inibe que se preveja um possível "efeito de contágio" (e pode instalar-se, com base nesta «escuridão», uma «histeria dos mercados»). É uma ciência que duvida de si.

<sup>168</sup> Em 2008079, "o facto inquietante é que não aparece nenhum sinal de a perspectiva de curto prazo advertir para os sinais da crise" por estar pretensamente "viciada pelas correntes inimigas da democracia".

<sup>169</sup> Ver 20008043. Em 2008046 esperam-se os dados, já com uma previsão: "quando forem conhecidas as contas de um primeiro semestre negro [que] ainda não se viu em Portugal".

<sup>170</sup> Que se transforma, também, em expectativa dos sujeitos: a de viver em permanente capacidade de escolha. Ver 2008047 e o "ganho aventureiro, incerto" que deve levar à fuga das aplicações de risco para os depósitos a prazo.

uma litigância que, antes de chegar à barra dos tribunais, é circular: do direito sobre o direito. O direito cria e altera realidade, não se limita a regulá-la; perde-se, nesta evolução, a noção generalizada de que o direito é fundamentalmente reactivo, que «corre atrás» de uma realidade que permanentemente lhe escapa, mas que lhe é preexistente. Em vez disso, fala da política; não rege relações, cria-as ou, pelo menos, patenteia essa intenção, mesmo quando falha o objectivo.<sup>171</sup> Não é o direito-balança, regulador de uma sociedade estabilizada.

### ***Solidariedade***

A caridade ocupa, em 1968, um papel importante na resposta à desigualdade e ao infortúnio; esta função passará, depois, a *obrigação* estatal. E, de *esmola*, passará a direito. À medida que o Estado vai crescendo e assumindo funções várias na protecção e na prevenção do risco e reparação do infortúnio, o espaço de intervenção do privado vai sendo limitado, por *desnecessário*, tornando-se fundamentalmente complementar (de «sensibilidade» ou de «dever moral»). Mesmo no campo do privado, a solidariedade irá passando do particular para as grandes empresas. Tal é sinal de um país mais moderno, em que o poder passa do «rico», do «senhor», para o «capital», em parte socializado pela dispersão ou anonimidade dos detentores.

Mas está-se ainda, regressando a 1968, numa sociedade em que o espaço da *solidariedade* é um espaço extremamente aberto, menos ocupado por instituições dedicadas e especializadas. Oferece-se à iniciativa de órgãos, instituições e «pessoas de bem».<sup>172</sup> Há reserva de um espaço a ser ocupado, ainda e preferencialmente, por quem pode (e, *moralmente*, deve porque pode). É uma área de intervenção que é zona de afirmação de distinção. Surge ainda o «senhor» que detém, simbolicamente, o poder de «ajudar», porque detém o «ter» com que ajudar. É um *poder-dever*, num Estado mínimo para este efeito.

---

<sup>171</sup> Em 2008026, a legislação que dissuade os funcionários públicos de se reformarem cedo, penalizando-os, falha o objectivo.

<sup>172</sup> Cf. 1968002.

À figura do «pobre» como alvo da caridade associam-se o «senhor» e a igreja;<sup>173</sup> esta última, para além das actividades directas, próprias, de caridade e solidariedade, medeia as ofertas das empresas privadas, ainda não imbuídas do conceito de *responsabilidade social*.

Em fase posterior, já marcada por uma tentativa de reserva simbólica, pelo Estado, do direito de intervir no social, a Igreja e, com ela, diversos tipos de associações ditas de solidariedade social, vão continuar no campo e disputar o espaço de intervenção, contestando a primazia centralista do Estado.<sup>174</sup> Tal acentua a dicotomia caridade/solidariedade (a dimensão individual/moral e a dimensão colectiva/ética).

A solidariedade virá a ser subsumida nas vestes do Estado, ficando a caridade nas margens, como resquício, como resíduo de falta de modernidade,<sup>175</sup> como característica incómoda de uma sociedade que se quer à imagem de um estrangeiro civilizado onde, putativamente, a pobreza foi eliminada pela criação de riqueza, pela redistribuição e pela intervenção do Estado social. Por cá, caridade, religião e moral (Portugal tradicional), contrapõem-se a economia, ciência, capitalismo (Portugal moderno). Esta é uma divisão sempre presente. A sua resolução a favor do Estado de bem-estar manifesta-se em programas específicos, como o subsídio social de desemprego ou o rendimento mínimo garantido, figuras da estatização da solidariedade.<sup>176</sup>

A tensão permanente entre o tradicionalismo e a modernidade não parece resolvida, por mais que se vá inclinando, simbolicamente, para esta última, sem concretização absoluta no campo dos programas.<sup>177</sup> O *normal* é fazer como os outros<sup>178</sup> e o outro do português não é tanto um português futuro, uma qualquer realização, dentro de fronteiras, de um específico ideal de «homem novo», mas o estrangeiro, o evoluído, o outro exemplar. Na saga da modernidade, a sociedade rasga-se entre os que se globalizam e os

---

<sup>173</sup> 1968033. A Igreja medeia a intervenção de empresa na resolução de problemas habitacionais de «pobres». Em 2008062 admoesta-se o Estado por pretender controlar, pela via legislativa, o "privado social sem fins lucrativos".

<sup>174</sup> Em 1988001 encontramos esta disputa pelo «social».

<sup>175</sup> Em 1968006, a *nobre arte da tauromaquia* na reparação do infortúnio. Por contraposição, o Estado, ao intervir, não fala de caridade (da pobreza como condição) mas de «erradicação» (ver 2008064 e um *programa europeu* de combate à pobreza).

<sup>176</sup> Cf. 2008006, a propósito do desemprego de longa duração.

<sup>177</sup> Caso paradigmático é o da evolução do conceito de rendimento mínimo garantido para rendimento social de inserção, usando as diferentes linguagens da cidadania plena e da exclusão.

<sup>178</sup> 1968008. O exemplo do aplauso à medida inglesa de adoptar a "hora da Europa" traduz esta visão da normalização como meta, e da meta como o ultrapassar das fronteiras do tradicionalismo.

que se arrastam no tempo, se atrasam, permanecem no antigo «viver habitualmente». O que é normal passa a estar, no tempo, não só para além do que é tradicional, mas mesmo do «habitual quotidiano». Existe uma cisão entre *normalidade* e *habitualidade* que rompe com o seu sentido sinonímico e produz uma separação de significado, a caminho de uma inesperada dicotomização.

Em 1968 é ainda o ideário caritativo católico que aparece à transparência, por trás das iniciativas de solidariedade. O *dar* sem a obrigação legal de dar, não mediado pelas contribuições para o Estado social, é diferente do Estado que apoia porque assumiu a obrigação de apoiar.<sup>179</sup> Na resistência posterior a esta hegemonia do Estado como prestador de assistência, não estará também a sobrevivência de um estatuto (o de quem pode dar já que dar é para os «senhores») que é colocado em perigo no trânsito da caridade para a solidariedade, da necessidade apática para a necessidade que exige, da exclusão individualizada para a pretensão generalizada? Parece um paradoxo que, na sociedade contemporânea, pretensamente moderna, sobreviva esta outra pretensão de *classe*: o «querer poder dar» como forma tradicional de assegurar uma «distinção». Dar é dos ricos, dar-se é dos pobres.<sup>180</sup> Como na história da «mãe-coragem» que, embora não tendo com que alimentar os próprios filhos, se coloca fisicamente em risco para salvar os filhos alheios. A salvação pode caber num acto único, próprio do *ethos* católico da redenção; uma acção orientada por valores, no sentido weberiano, que redime mas não exige continuidade. O sacrifício é, pois, também ele, uma característica de classe. Divisa-se uma *naturalização* de deveres e poderes de acordo com a localização social dos sujeitos: o poder de dar e o poder de dar-se; o dever de dar e o dever de receber. A seu tempo, a separação progressiva dos ricos da sua condição de «senhores» de carácter moral vai subtraí-los, pelo menos parcialmente, de poderes e deveres. Aos pobres, na sua transição para excluídos, do poder de dar-se. A indigência não é compatível com a nobreza de carácter.

Haverá, mais tarde, uma outra assistência do Estado, que tem pouco a ver com a necessidade extrema. Aparece quando o Estado transcende o apoio directo aos necessi-

---

<sup>179</sup> Sobre a competição entre Estado e «privado», ver 1988001.

<sup>180</sup> Cf. 1968009. De entre os necessitados, ganham estatuto de “exemplares” os que, não tendo para dar, se dão. Substituem o dar material pelo sacrifício pessoal. Substituem o pedir do necessitado pela imolação do herói: dão, não pedem (mesmo que a sua situação de vida objectiva os pareça inclinar para isso).



tados pelo apoio às condições para apoiar.<sup>181</sup> Numa reflexividade extrema, limite, que ultrapassa o imediato perceptível e brande a ciência económica e o longo prazo como argumentos principais, o Estado vai apoiar instituições financeiras e empresas. Dois tipos de agentes, que não cessam de pedir, em simultâneo, água e vinho: protecção e liberdade de acção.<sup>182</sup> Faz-se por transferência da discussão do plano do real próximo para o plano dos *princípios racionais*, que permitem equacionar determinadas «medidas». É a semântica da *sustentabilidade*, que afirma o económico sobre o social.<sup>183</sup> Curioso é que muitas das vozes que se levantam contra este tipo de ajuda o não fazem pelo princípio (liberal) da livre concorrência e da auto-responsabilização pelo próprio destino, mas ainda por um princípio de carácter moral: «não beneficiar os culpados», muito menos com meios que fazem falta à solidariedade social. No balancear desta situação, encontramos a falta de uma visão estratégica capitalista que branda como princípio o liberal «ajuda-te» que, numa perspectiva idealista, se esperaria encontrar como vocábulo básico do léxico destes actores.<sup>184</sup> Quando se olha, especificamente, para o *aparelho* bancário, ressalta uma imagem de poder sobre o povo e de poder sobre o poder: um estatuto de superioridade.<sup>185</sup>

A função social do Estado define-se no seio desta teia de interesses e solicitações transformados em pretensões.<sup>186</sup> E define-se numa pluralidade de cooptações do seu sentido, que permite a sua tradução simbólica sob a forma de diferentes conceitos (ou solidariedade ou eficácia económica ou justiça social ou...) e corporizado em diferentes instituições (neocorporativas, trabalhistas, patronais...). Esta convivência conceitual

---

<sup>181</sup> Em 1988039 juntam-se notícias de novos apoios sociais a outros apoios que se dão às empresas. Em 2008015, os bancos centrais acorrem à necessidade de apoiar as instituições financeiras.

<sup>182</sup> Assim em 2008060. O exercício de “pressão para que os bancos não travem os empréstimos” (2008085), só revela a impotência de um Estado que não é capaz de lhes impor comportamentos mas, simultaneamente, lhes concede “garantias para se financiarem no exterior”.

<sup>183</sup> Cf. 2008051 e a reforma «inevitável» da Lei de Bases da Segurança Social. Ver também 2008055 e a necessidade de os idosos com famílias de maiores rendimentos contribuírem mais para as IPSS que os acolhem.

<sup>184</sup> Acusados, por sua vez, de «capitalismo perverso», que representa a necessidade como «castigo»: a “imagem da miséria como punição da tristeza, da falta de brio, enquanto a abundância seria o justo prémio da imaginação e da criatividade” (1988037).

<sup>185</sup> Ver 2008040: na crise que se abate sobre os bancos, são os clientes os penhorados.

<sup>186</sup> Que vão ao extremo de se deixarem de exercer *direitos* porque se pode fazê-lo (o caso de quem vai ao estrangeiro para uma cirurgia porque «cá» demora, em 2008010 – à erosão das fronteiras para quem pode, corresponde o ficar dentro delas para quem não tem outra opção. O Estado social é optativo em determinados níveis).

permite assim que às pretensões redistributivas se responda com a necessidade de ter o que distribuir, ao aumento salarial com a competição externa.

Perante as situações de necessidade e miséria cruzam-se, quase sempre, dois planos: o da necessidade da ajuda emergente e o do imperativo da «erradicação estrutural». Mas a ajuda emergente, inimiga dessa alteração estrutural, não pode, moralmente, ser negada (entra no campo semântico do certo/errado).<sup>187</sup> A moral surge, assim, como forma de negar a razão pela invocação de bons motivos para se ser irracional. O confronto entre o preconceito humanista e o realismo reflexivo estabelece um campo de contingência adequado à representação no palco da política.

Podem assim conjugar-se generosidade e irresponsabilidade. E no «circo mediático» que é a existência exteriorizada, teatral, do multipartidarismo democrático, a generosidade como irresponsabilidade pode ser, também, pronunciada pelo poder. Entra no jogo com um estatuto de *leveza* proposicional, a fazer parte mais da representação eleitoral que da governança «séria».<sup>188</sup>

### ***Modernidade e tradicionalismo***

Contra o afirmativo «orgulhosamente sós», emergirá uma combinação *cedentista* de exemplo estrangeiro, modernidade e alienação de soberania. Esta cedência *ridiculariza* a conservação de valores e atitudes, e torna difícil inclinar o campo das opções a favor da estabilidade e do viver tradicionais. O *novo*, enquanto diferença ao *antigo*, ganha na assimetria desta dicotomia.

Mas modernidade e tradicionalismo conjugam-se com uma facilidade só aparentemente contraditória. É exemplo a posição do Centro Democrático Social sobre algumas prestações sociais, que liga posição *conservadora* – apoio privilegiado aos idosos, por via das pensões –, com perspectiva *liberal*: os «arrumadores que trabalhem», em vez de se «encostarem» ao rendimento social de inserção.<sup>189</sup> O apoio discricionário do Estado

---

<sup>187</sup> Cf. 1988037. A necessidade pode levar o campo de opção a ignorar o raciocínio económico (ver 2008014).

<sup>188</sup> Ver 1988047.

<sup>189</sup> Sendo, curiosamente, esta a posição expressa por técnicos do RSI, que elogiam quem, "ao contrário de muitos que ainda insistem em encará-lo como um rendimento e um direito adquiridos, se esforça" (2008067). Cf. também 2008070, sob a argumentação de que há que "reforçar o apoio a quem não tem capacidade para trabalhar".

social é, nestes termos, baseado em distinções morais apriorísticas. Esta linha de pensamento há-de confrontar-se com diversos registos de reflexividade hodierna, quer para lhe conferir uma coesão teórica necessária ao debate político (v.g. o neoconservadorismo), quer para lhe apontar a inexistência dessa linha ideológica e a ligar ao mero preconceito social.

Há, por outro lado, uma retroacção das políticas sobre as políticas. Exemplar, aqui, o apelo à Constituição para obviar a «avanços contrários às conquistas democráticas». A lei chamada a evitar o retrocesso quando se retrocedeu ao avançar no tempo, ou seja, e numa formulação paradoxal, quando o passado quer assegurar que se pode regressar aonde nunca se esteve.<sup>190</sup>

Com o Estado social em posição defensiva, a aplicação do dualismo progresso/retrocesso faz com que o primeiro não se distinga do *status quo*, ao passo que o segundo pode ser identificado com um antigamente retrógrado (de antes da revolução), que se cola, simbolicamente, a uma proposta de futuro diferente, amalgamando as duas numa só.<sup>191</sup> Os campos políticos liberal e conservador são, nesta partição de águas, desviados para o mesmo caneiro, numa solução que só chocará os «politicamente esclarecidos».<sup>192</sup>

Mas a dicotomia tradicionalismo/progressividade coloca-nos, amiúde, perante o carácter etéreo do segundo componente do dueto. As propostas de mudança vão, tantas vezes, desacompanhadas da necessidade simbólica, sentida, dessa mudança, que a sua formulação se some, rapidamente, no vácuo. É o que se passa, por exemplo, com a proposta da alteração da designação de «emigrante» para «não residente», que não vinga na linguagem comum (a do sistema sociedade) e fica destinada a refugiar-se numa obrigatoriedade burocrática, de «letra sem substância».<sup>193</sup> Este procurar do termo distintivo, novo, para forçar a realidade a acompanhá-lo, corresponde a uma proposta do meio ao sistema, o qual, sem a descartar de imediato, a «congela» para possível consumo futuro.

---

<sup>190</sup> Em 1988032 apela-se à lei fundamental para recuperar antigos estatutos que são, no caso, mais progressivos que os que se pretendem, ora, impor.

<sup>191</sup> Assim em 1988002.

<sup>192</sup> Colocando-se a direita política numa situação de negação de diferenças de identidades. A simplificação que tal introduz na arena política casa-se com a prevalência de uma dicotomia esquerda/direita a ser cooptada pelos partidos eleitoralmente mais representativos (os do *centro*).

<sup>193</sup> Ver 1988015. A sociedade não fará a transição semântica que os políticos lhe pretendem impor.

## *Política e ordem*

A dispersão de perspectivas convive com o entrelaçar das suas visões, num movimento de confronto, de aproximação de posições ou de conquista de espaços. Se as ideias são similares, disputa-se a sua autoria; se não se pode disputar essa autoria, clama-se a importância do pormenor diferente, introduzido em artigo ou argumento.

Se a questão social ou, mais prosaicamente, a qualidade de vida, é a prioridade mais evidente, é possível eleger prioridades distintas que, num raciocínio banal, desviam o olhar daquilo que é essencial. E, no entanto, as opções, dadas à eleição dos agentes, podem não ser concorrentes ou inconciliáveis: podem ser *comensais* ou *indiferentes*. Mas é possível fazer colidir prioridades (a dicotomia do político não é só a de poder/oposição, mas também, muito, a do prioritário/não prioritário, ou, como se diz hoje, do agendado/não agendado). O não prioritário é, no entanto, recorrentemente chamado a sustentar a minha diferença.<sup>194</sup> E a isso, essencialmente, vem. Mesmo fazendo a proposta, com base em evidência escassa, de que se regressa recorrentemente e sem remissão aos problemas prioritários, uma característica essencial do sistema é a de passar à frente, propor, fazer competir focos de atenção.

O poder político e a sua acção devem traduzir-se em decisões vinculantes. Mas o vínculo deixa de ser agregante, socializador, tranquilizante e estabilizante, pelo uso sistemático da dialéctica poder/oposição num ambiente instável de alternância democrática. A opção política já não é só o resultado de uma escolha, de uma inclinação ou assimetriação de opções contraditórias; ela é também temporal, de uma perenidade que vive na medida inversa da estabilidade de um poder instável pela omnipresença das alternativas. Assim, a oposição faz-se tanto em termos de grandes opções de tipo de sociedade como, e já principalmente, em *micro-opções*, em pormenores. A política sofre uma mudança de paradigma: a tradicional dicotomia poder/oposição (assente na definição clara de actores – *partidos* – ligados a posições não menos claras – *ideologias*) transita para uma semântica mais fluida, mais *líquida*, de minúcias. Noutros termos, podemos concluir que se abdica da diferença de visão estratégica para se resumir o «jogo político» à «guerra táctica», a uma luta pela posse e pela autoria do mesmo, em que deixam de se

---

<sup>194</sup> Em 1988024 vemos este jogo quase alienante do novo, da criação, do «passar a haver». Em 1988039, ao discurso governativo da «multiplicação dos pães» na segurança social, responde a oposição com o do «miserabilismo» dos aumentos das prestações.

identificar, claramente, ideias e opções de mundo e passam a divisar-se, principalmente, interesses. A dicotomia mesmidade/alteridade, herdada da política moderna, mantém-se; o que se estreita é a sua capacidade de produção de políticas alternativas, porque se *alter* é o outro, não é, para o caso, o outro doutrinariamente antagónico: ideologicamente, opta-se entre o *mesmo*.<sup>195</sup> A resolução da dicotomia diz, essencialmente, respeito ao poder pelo poder.

À redução de certas diferenças a pormenores aparentemente irrelevantes corresponde, em termos de estratégia organizativa, a multiplicação de actores institucionais: são os micro-partidos, os *sindicatos amarelos*, as organizações cívicas; são ainda as *tendências* – dissidências sem ruptura institucional –,<sup>196</sup> sob o ponto de vista da clareza do campo de debate político, estas existências constituem uma nebulosa que autoriza a desfocagem dos conflitos principais. O número de intervenientes aumenta o número de interpretações e interesses; a dinâmica pode levar a momentos de inextrincabilidade das opções em confronto, tal a sua dispersão.<sup>197</sup>

Esta dificuldade de discernir claramente entre posições cresce quando os sistemas estabelecem «alianças». Quando a economia e a política (ou o realismo e o poder), por exemplo, chamam a si campos mais «atraentes» como a ecologia ou a solidariedade, o dinheiro passa a ser florido e a decisão transporta compaixão.<sup>198</sup>

Por outro lado, a dicotomia poder/oposição, que levará ao emergir daquilo a que, em linguagem corrente, usa chamar-se de «medidas populares», confronta-se, mesmo em democracia, com uma outra dicotomia: a de realista/irrealista.<sup>199</sup> É o caso das medidas «drásticas» (mais austeridade, mais impostos...) tomadas “sem qualquer consideração pelo aumento do custo de vida”<sup>200</sup> e que nos levam a procurar resolver o paradoxo

---

<sup>195</sup> Assim em 2008034: "a pretensa salvação da esquerda é a aproximação ao centro (...) os partidos comunistas ficam reduzidos a uma espécie de «travão social»".

<sup>196</sup> Exemplo em 2008065.

<sup>197</sup> Ver 1988025 e a utilização política das *tendências*.

<sup>198</sup> Em 2008028, os biocombustíveis são económicos e ecológicos mas retiram campo ao cultivo do *pão* – arrisca-se a fome; a política deve decidir contra eles.

<sup>199</sup> Em 1988047 fala-se da proposta de uma «fábrica do futuro» em que um 3.º salário, referente à participação nos resultados da empresa, será uma «realidade». A utopia desta realidade não lhe retira «realismo» (no sentido de *possibilidade possível*), quem lho virá a retirar será o realismo da omnipresente «crise». Em termos de confronto político, a proposta tenderá a ser tratada como «devaneio irresponsável» quando, sobre ela, incidir o olhar do económico.

<sup>200</sup> Ver 1968017.

de como o *impopular* sobrevive no seio da democracia e o *popular* pode ser apontado como o ponto fraco do *regime*.

Neste contexto, os sistemas de consciência vivem, de facto, para lá dos limites do sistema político e observam-no, ao mesmo tempo que observam o sistema económico e usam as dicotomias vigentes do sistema científico (verdade/mentira). Vivem, assim, opções complexas que não se esgotam em preferência ideológicas claras, as quais são, antes, encaradas com um misto de adesão/rejeição complacente, lassa, bem expressa no popular «não vou em políticas». Esta *ligeireza* de posições não atribui aos sistemas de consciência qualquer défice cognitivo; certos sujeitos podem simplificar o seu meio, marcando posição – aí tomam partido; deixam depois aberta a porta à opção, ao avanço ou ao retrocesso, e, assim, no acto político de optar, intervindo, podem dar-se ao confronto com uma leveza despreendida, que subsume as diferenças ideológicas substantivas num jogo de avanços e recuos, de luzes e sombras, de momentos.

Deste modo, as opções políticas (no sentido das decisões individuais – votos – que ditam a conquista do poder democrático) não se esgotam, já e cada vez menos, no campo exclusivo da decisão vinculante livre, assente em ideologias claras, fracturantes. Tomam em consideração outros sistemas. Tal origina a possibilidade de os políticos, imersos numa linguagem própria, não conseguirem nem «decidir o essencial» nem perceber que o não fazem. Estão submetidos, funcionalmente, ao sistema pelo qual olham o mundo, e só quando o *impopular* for *popular* (no sentido de permitir jogar com vantagem o jogo da manutenção/alternância do poder) o adoptarão como programa. Nesta democracia, as «políticas correctas» têm um tempo eleitoral.

Certo é que a «força da razão» (o emergir do impopular como popular) surge, por *norma*, do lado da perda de valor para os desfavorecidos (é com *realismo*, com um misto teatral de compaixão humana e inflexibilidade técnica, que se adoptam as «medidas duras» do corte salarial, da subida de impostos ou da redução dos serviços públicos). À modernização e ao progresso sucede-se a articulação de uma componente triádica: crise-sacrifício-futuro. Assim, o futuro está, cada vez mais, pendente do sacrifício do presente.<sup>201</sup>

---

<sup>201</sup> Cf. 1968017. Ver 2008005 a propósito da reorganização da administração pública, com o PRACE (Programa de Reorganização da Administração Central do Estado).

Ao argumento *realista* opõe-se, entre outros, o de que destrói o mito, promovendo a erosão simbólica da possibilidade de um «futuro maior».<sup>202</sup> Desloca-se a contraposição realista/irrealista, imediatista e tecnocrática, para uma teleologia, para uma possibilidade, uma meta longínqua que não impossível: a de uma realidade *alta* por oposição à realidade *baixa*, sem ambição, que corresponde a uma *mera gestão* das existências. Coloca-se assim a possibilidade de um destino para lá da existência chã, que se define a si própria como (pobre) horizonte. E a política pode surgir, aqui, como contraposição entre a arte do tornar o sonho possível ou a da mera gestão (no sentido generalizado de rendição à economia). O dueto de sonhar-planear opõe-se ao outro de refrear-gerir. Contrapõem-se, assim, uma política do «bom senso» e do pragmatismo a uma plêiade de aspirações que, a par do mito, usa outras expressões como «sonho», «ideal», «utopia possível», «aspiração mobilizadora».<sup>203</sup>

A cedência ao *realismo* transparece, também, na entrega «sob reserva» aos modelos globalizados. O *pensamento único* é aceite com uma resignação disfarçada de opção: seremos iguais na nossa diferença.<sup>204</sup> A diferença, que pode ser de pormenor, surge como o valor que legitima a rendição.

A linguagem do mito, ou do renascimento pelo que foi, traduz-se na ideia de que um homem «diferente», renascido, de um renascimento desligado das realidades socioeconómicas objectivas e assente em história e vontade, pode moldar o futuro.<sup>205</sup> Assim, a relação entre os valores comuns, socialmente partilhados, e o «homem em si», é de sentido dúbio. Aqui, procura-se reconstruir o homem reconstruindo os valores; ali, reconstruir os valores pela reconstrução do homem (o mito da Europa reconstrói o homem; o

---

<sup>202</sup> Cf. 1968021. Em 1968027, a necessidade do renascimento europeu é ligada ao mito de um “tipo de homem” próprio. O ser ou não ser possível um homem europeu, recuperado das cinzas de antanho, é condição para o ser ou não ser possível, à Europa, evitar o declínio.

<sup>203</sup> Seria fácil conjugar aqui, de rompante, diversas manifestações desta última posição, sucedendo-se na história: descobrimentos, 5.º império, último estertor colonial, Estado social, Europa, desenvolvimento. E sempre, no meio, uma voz cerceadora, uma espécie de pessimismo *cru* (um *velho do Restelo*) que tudo reduz num termo de bom senso, de meias-tintas, desencantado..., de uma sem ambição que argumenta ser a ambição do equilíbrio, da possibilidade realizável. Num registo mais mundano, a ciência económica assegura que as decisões políticas não se agarram às aspirações mas às razões, separando possível de desejável – ver 1988036.

<sup>204</sup> Assim 1988028, onde a *perestroika*, rendida às leis do mercado, seguirá contudo um caminho independente: nem o da velha União Soviética, nem o do ocidente capitalista.

<sup>205</sup> Ver 1968029. O apelo ao renascimento do «mito» europeu é, aqui, um apelo a valores consubstanciados num «homem europeu». Tal terá que resultar num investimento no homem e deverá traduzir-se em programas específicos (nomeadamente de educação e «propaganda») que *construam* esse mesmo homem.

mito do homem europeu pode reconstruir a Europa – diga-se o mesmo se se fala de Portugal).

Esta indefinição do sentido a dar às relações de causalidade (é o homem ou são os valores a causa da decadência?), prejudica a clareza na adopção de quaisquer políticas. O colocar-se num dos lados da equação e declará-lo «culpado» e a necessitar de correcção (de *investimento*), pode traduzir diferenças consideráveis de programa político.

O regresso recorrente às imposições da conjuntura aparece como freio sistemático a medidas político-económicas *progressivas*. No entanto, num contexto de promessas e avaliações, o que se dá é uma selecção dessas medidas.<sup>206</sup> O impulso para o *progresso*, resiliente,<sup>207</sup> pode deslocar-se para os domínios onde se acentua o poder de impor mudanças. Nas forças determinantes dos resultados poderão pontuar «organismos oportunistas», que vivem da conjuntura adversa e que compreendem a possibilidade de dela tirar proveito.<sup>208</sup> Desta forma se trilha um progresso enviesado, sem um *the-los* social de vontade comum, a realizar ou prosseguir. Será este desfecho inesperado? Só na imprevisibilidade dos seus resultados práticos. O que é exactamente previsível é a sua imprevisibilidade, que vai no sentido da constatação de bom senso de que as sociedades contemporâneas, mais do que serem construídas, se constroem a partir de acções diversas, e que o resultado de um tal processo (uma arquitectura alheia a prumos e esquadrias) dificilmente poderá ser justo e equilibrado (muito menos igualitário).

Nos programas da política entra, ainda, a cooptação das propostas alheias. A posição reage às propostas da oposição propondo o que esta propôs. Na impossibilidade de levar promessas à prática, a posição pode propor metas ainda mais ambiciosas, a cumprir «lá mais para a frente».<sup>209</sup> Ocupa-se o espaço do outro, retirando amplitude à dife-

---

<sup>206</sup> Em 1988039, o Governo legisla simultaneamente sobre o “seguro social”, o “regime geral” da segurança social e os seus “regimes não contributivos”, o “regime especial agrícola”, a “pensão social”, o “complemento de cônjuge a cargo”, o “seguro social”... A oposição, corporizada nos sindicatos, considera “escandalosos” e “inadmissíveis”, por escassos, os montantes económicos envolvidos. Em 2008006, o subsídio de desemprego é “normal” ou é “social”. Em 2008059, um jornal faz o balanço do cumprimento das promessas governamentais.

<sup>207</sup> Como exemplo, 1988033 e a possibilidade de erradicação do analfabetismo, a nível mundial, até ao ano 2000. Não se acredita no atingir da meta, mas cria-se Comissão para a organização dos Dia e Ano Internacionais.

<sup>208</sup> Em 1988038 alerta-se para a fuga ao fisco de *actores privilegiados*.

<sup>209</sup> Cf. 1968023. O governo francês compromete-se a dar aquilo que o Partido Comunista, na “tentativa de tomar o poder”, propôs. Ver 2008035 e as promessas sobre políticas ambientais futuras que já foram promessas no passado. Ver, também, 2008057.



rença proposicional. No campo dos direitos sociais, este caminho leva, primariamente, ao acolhimento de mais pretensões, de mais regalias; no campo mais estrito da política, estreita, por contraponto, a diferença das propostas, reduzindo o jogo político à disputa do poder pelo poder (a disputa pelos «lugares» e «influências» na «máquina» político-partidária).<sup>210</sup>

O «debate público», que se vai adensando com o regime democrático, surge amiúde como forma de retirar o poder de representação às organizações políticas especialmente constituídas para o efeito (os partidos). Não basta a eleição para que a legitimidade seja indubitável; o «sufrágio popular» raramente é suficiente para apoiar a legitimidade das opções de governo. O poder pode ser apresentado como despótico, sem se lhe negar a legitimidade *formal*; nega-se-lha em função da matéria (a política sectorial deve ser debatida com os sectores), ou da competência (só os especialistas ou os interessados são capacitados; logo, haverá assuntos que, pela especificidade e complexidade, ultrapassarão os constrangimentos da legitimidade política democrática).<sup>211</sup> As alegações de despotismo do poder democrático, parecendo um contra-senso, marcam uma vida política em que as eleições podem assemelhar-se a designações de uma parte com que dialogar, a quem confrontar, mais do que de um poder decisório e (temporariamente) inquestionável. É o emergir de um poder-compromisso contra a naturalidade clássica de um poder-discricionariedade.

Por outro lado, o debate sobre as opções políticas torna-se mais *surdo* se não existe uma aceitação comum de certas bases para o diálogo. A primeira delas poderia ser, racionalmente, a de que se pode discordar dos princípios, não dos dados; estes devem ser partilhados, no sentido de possuídos e lidos da mesma forma. Quando os dados escapam ao crivo da verosimilhança (quando se pode discutir o dado como dado e não a sua interpretação), o debate em que assentam está, já, baseado em preconceitos e não em objectividade, é parcial e não total, pode corresponder à busca da verdade ou da manipulação ideológica.<sup>212</sup>

Ter ou não ter informação adequada e partilhada é, assim, requisito de entendimento. E o entendimento, percebe-se, nem sempre se quer. Num certo sentido, a ine-

---

<sup>210</sup> Assim em 2008075, com a “distribuição de benesses entre PSD e CDS”.

<sup>211</sup> O que ganha reflexo em produções teóricas. 2008072, falando do “povo-eleitor”, diz-nos que “as últimas décadas viram emergir por todo o lado outras declinações da vontade popular (...) uma ‘democracia impolítica [com] autoridades independentes”.

<sup>212</sup> Sob o título “As certezas da inflação” encontram-se, em 1988025, tudo menos certezas.

xistência de informação pode ser, também, taticamente explorada. Exigi-la ou afirmar esperar por ela conferem um poder de abstenção, uma capacidade de dilatação das opções ou das decisões no tempo. A exigência de um «decidir informado» acolhe, no seu seio, a certeza de que a informação nunca é suficiente, e confere, assim, uma inabável capacidade de estase à decisão.

Por contraposição à exigência do decidir informado, que corresponde amiúde a não decidir, aparece uma semântica da realização que, surgindo como valor supremo, eleva a simplificação informativa a valor. O «eu faço» aparece como contraponto ao «eu penso».<sup>213</sup>

Também neste campo, o novo e o diferente se vão assumindo como valores dominantes, o que permite a permanência, nas suas margens, do antigo e clássico pensamento estabilizado em doutrinas. *Este «velho quadro mental desactualizado» dá referência e oportunidade ao novo, que lhe actualiza os princípios para o ajustar ao «evoluir dos tempos».*<sup>214</sup>

O exercício do poder coercivo (da prosaica «manutenção da ordem»), é assumidamente um exercício contido, pelo menos nos regimes democráticos.<sup>215</sup> Os limites do direito (o legal/ilegal) tornam-se elásticos na prática diária. Decide-se, ora ser *complacente* e *compreensivo*, ora agir de forma *exemplar* e rígida. Em regra, o poder agita o «primado da lei e da ordem», mas acrescenta-lhe um «mas».<sup>216</sup> A opção reprimir/não reprimir conjuga, em geometria variável, os limites do direito e a vontade da política, acrescentando-lhes, em doses quase aleatórias, pontos de vista humanísticos ou religiosos. Prever o comportamento do poder constitui-se, neste contexto, num exercício difícil, de quase adivinhação.

---

<sup>213</sup> Em 1988026, a demora de informação tida por *indispensável*, leva a decidir pela sua dispensa. Por contraposição, em 2008033, o *mal-pensar* resiste ao tempo: "passados 34 anos sobre o 25 de Abril ainda não existe Autoridade Metropolitana".

<sup>214</sup> Em 1988028, a propósito da *perestroika*, afirma-se que "a velha dicotomia sociológica marxista entre burgueses e proletários há muito tempo que está ultrapassada. Em sentido contrário, ver 2008011, onde se esgrime a possibilidade de um *não* à novidade.

<sup>215</sup> Em 1988034, as manifestações contra um determinado acontecimento artístico deverão decorrer dentro das regras legais e cingir-se a processos "legitimamente garantidos a todos os cidadãos".

<sup>216</sup> Cf. 1968019. O mesmo crime pode, em 1968024, ser visto como originado pela pobreza ou pela "futilidade". O primeiro a requerer clemência, o segundo punição severa. Em 2008002 a *lei do tabaco*, assim que nascida, é alvo de uma "machadada" – corre o sério risco de ser excepcionada para diversos casos.

Mas a necessidade de ordem pública não se justifica a si própria, de forma linear: é muitas vezes ligada ao progresso.<sup>217</sup> Entre as diversas «demandas» da crise económica, emerge a da existência de uma base social ordeira, que pode, a qualquer momento, substituir-se, como *telos*, ao progresso social medido pelas condições económicas de vida.

O contínuo exercício da diferenciação (sob o lema de tratar desigualmente o desigual) desagua na aspiração a uma justiça, no limite, individualizada, contrariando a tendência jurídica histórica para a generalização e para a abstracção. A discricionariedade que se agarra a esta linha evolutiva parece poder conduzir a uma justiça que, sob uma aparência da volubilidade (de insegurança jurídica) esconde a arbitrariedade (a segurança de se ter a decisão que se quer ter).<sup>218</sup>

Noutros casos, o momento seguinte à tomada da decisão vinculante, consubstanciada na letra da lei, é já, tanto o momento da contradição dialéctica, como o da busca da *ressalva*.<sup>219</sup> O geral e abstracto esvaem-se nas excepções: são os «casos», os «grupos», os «particularismos». Cai-se, sob o signo da especificidade, num regime do pormenor, da «consideração das situações concretas». A norma nasce para ser, de imediato, contestada, alterada e excepcionada.

Em 1968, a distinção legal/ilegal está menos sujeita à arbitragem jurídica; não se verifica a obrigatoriedade do uso sistemático dos termos «suspeito» ou «presumível» ou – redundante – do «presumível suspeito».<sup>220</sup> É ainda uma justiça sem questionamento, onde uma detenção é, no essencial, acompanhada por uma declaração incontestada de culpa. Não transparece, ainda, toda a dimensão conflitual que o judicial assume na actualidade, e que vai transitar para a própria disputa, interna ao *sistema*, por prioridades e competências entre polícias, entre magistrados, entre ministérios.<sup>221</sup>

---

<sup>217</sup> Ver 1968031. Crise socioeconómica e ordem interligam-se: a ultrapassagem de uma pressupõe a existência da outra.

<sup>218</sup> Em 1988038, as leis fiscais são feitas para beneficiar ricos e grandes empresas. Assim, associa-se o poder legislativo à condição social dos destinatários.

<sup>219</sup> Ver 2008002 e a forma como uma lei recente começa a conhecer excepções particulares.

<sup>220</sup> A PIDE (Polícia de Intervenção e Defesa do Estado) detém, sem uso de parêntesis ou expressões de dúvida (1968026).

<sup>221</sup> Ver 2008052 e a forma como a ineficácia no combate à criminalidade é atribuída à má distribuição de competências no seio das polícias.

## 4.2 Programas, instituições, organizações

Em 1968, o risco pode aparecer como «natural», inerente às coisas, a constatar depois da ocorrência, que se lamenta.<sup>222</sup> É uma sociedade de reacção e reparação, não uma sociedade de antecipação. À ocorrência de calamidades que afetem bens e vidas responde a *caridade*. Mas vai surgindo já a noção de que os problemas são socialmente criados; apela-se à história para que não se repita a história,<sup>223</sup> com a presença de uma reflexividade, de um controlo social do perigo, que configuram a emergência de uma *sociedade do risco*, com a generalização progressiva do conceito de responsabilidade social e a sua tradução em soluções judiciais, administrativas e técnicas, que opõem à irresponsabilidade individual (o arriscar) o travão social (o prever).<sup>224</sup>

As soluções programáticas para os problemas sociais assentam em várias dicotomias; para além das veiculadas pelos sistemas político e económica, uma outra, distinta de ambos mas mais próxima do último, é aquela a que designarei de tecnocrática (para não usar o termo burocrática, com conotações distintas em Sociologia e na linguagem corrente). É o funciona/não funciona, o resulta/não resulta, que parece pretender ultrapassar discussões mais profundas, quer sobre a finalidade última das opções, quer sobre a razão profunda que deveria suportar o funcionamento dos aparelhos que as prosseguem. É uma perspectiva fenomenológica que, no seu estado *puro*, olha exclusivamente para os resultados.<sup>225</sup>

Em 1968 assistimos a uma organização corporativa, aparentemente autónoma mas tutelada pelo Estado. As corporações, englobando as “facções gremial e sindical”,<sup>226</sup> des-

---

<sup>222</sup> Em 1968041, surge o *lamento*, não a atitude reflexiva que impõe a medida preventiva. Em termos da sociologia do risco está-se, ainda, no mero registo, na observação de primeira ordem que não produz a necessária distinção entre prevenir e não prevenir (ter e não ter consciência prévia). Nesta terminologia teórica não se passou, ainda, da fase do *perigo*.

<sup>223</sup> Em 1968013, a “crise de 31” é citada com a intenção de evitar a repetição. Na mesma linha, sobre o caso do *subprime*, ver 2008016.

<sup>224</sup> Em 2008016, empresas financeiras e consumidores *colaboram* na criação de risco social, pela prossecução de interesses egoístas (gerando a crise do *subprime*). O poder deve opor-se-lhes.

<sup>225</sup> Assim em 1968018.

<sup>226</sup> Em 1968001, vemos como a corporação da indústria, agrupando sindicatos e patrões sob supervisão do governo, consegue que “250 mil operários da construção civil [sejam] abrangidos pelo contrato colectivo de trabalho e (...) beneficiários do seguro de sobrevivência”. Ver 1968020 sobre as “políticas” dos transportes e a *harmoniosa* articulação dos diferentes interesses.

tinam-se à gestão integrada e não conflitual de um determinado sector de actividade. Apresentam o papel «positivo» de regulação da actividade e o «negativo» de inibir o conflito. Pretendem englobar, nas suas atribuições, a totalidade da vida dos que lhes estão ligados (no caso da *facção laboral*), promovendo um bem-estar geral: dos salários e da formação, às férias para os filhos.<sup>227</sup> O «tique» corporativista vai permanecer no tempo, sob uma forma diferente: passa-se da defesa dos interesses de um sector, para a defesa dos interesses dos diversos grupos que constituem o sector. Há uma permanente tensão entre o agregar corporativo e este agregar desagregando, *neocorporativo*, que leva, muitas vezes, a oposições dentro de um sector de actividade (médicos/enfermeiros, pilotos de aviação/pessoal de terra), com certos grupos profissionais a cooptarem para as suas causas, em detrimento de outros, a importância social ou económica do seu sector de actividade.

Encontramos uma clara divisão do acompanhamento dos problemas por diversos subsistemas do sistema social. A partição funcional das intervenções leva a que, por exemplo, polícia e Santa Casa da Misericórdia intervenham, com funcionalidades diferentes (a repressão e o apoio social), no mesmo processo de abandono de recém-nascido que a Directora *sensível* de uma determinada instituição se propõe acompanhar com um interesse enlevado.<sup>228</sup>

Esta metodologia não assegura equidade de tratamento. A problemas similares pode responder-se mais com a repressão ou mais com a caridade ou, ainda, com o apoio médico *adequado*. A ênfase no tratamento diferenciado descamba, no limite, no tratamento diferencialmente discricionário. É isto que permite que se fale, comumente, em intervenções *exemplares*, que são, tantas vezes, aquelas que não acolhem o equilíbrio e a integração das diversas perspectivas, olhando a situação de um só prisma (por exemplo, no judicial, a *pena exemplar*).

Ao dividir funcionalmente a sua intervenção por órgãos e serviços, o Estado procura responder melhor e de forma mais *sensível* a situações específicas (por natureza necessitadas de um olhar especializado). A divisão funcional, contudo, vai originar problemas de conflitualidade de perspectivas e de delimitação das competências: a conjuga-

---

<sup>227</sup> Em 1968037, os actores corporativos – Estado, Câmara Municipal, Corporação da Lavoura, padre e individualidades locais –, juntam-se na criação de uma colónia de férias para os filhos dos trabalhadores rurais. É o crescimento de um específico Estado social, por sectores e paternalista.

<sup>228</sup> Ver 1968022.

ção das eternas conotações da especialização com o conceito de fracção de uma solução para um problema fraccionado.<sup>229</sup> Para a sua resolução serão criadas equipas *multidisciplinares* e *interdisciplinares*, perspectivas *holísticas* e abordagens *integradas*. No todo, o Estado social, parecendo simplificar-se, evolui no sentido de uma maior complexificação técnica, articulando *saberes* e tornando-se mais apto e mais *total*.<sup>230</sup> No entanto, esta multiplicação de funções e intervenções especializadas, díspares, pode colocá-lo em dificuldades: *amarra* a decisão aos estudos dos peritos, sob pena de se colar ao Estado o adjectivo *irresponsável*.

A ambição de totalidade do nosso Estado social tem-se aprofundado nos últimos decénios. Há um permanente escrutínio de problemas e a criação, concomitante, de instituições e organismos que os enfrentem.<sup>231</sup> Numa dinâmica em que criar é mais fácil do que extinguir, pode esperar-se encontrar um sem-número de organismos que persistam para lá do cumprimento da função para que foram criados, sobrecarregando o Estado social nos seus custos, inventando e reinventando problemas e necessidades, ainda que não socialmente emergentes.

A *perspectiva humanista* (por contraposição a *tecnocrática*) pode surgir com a conotação dos bons princípios que negam as soluções óptimas. Há um conflito entre as duas perspectivas que termina, amiúde, com a sua denegação através de um argumento funcional: é *irrealista*.

Na alocação das responsabilidades pelas realizações práticas do Estado social usam-se separações funcionais. Apartam-se o legislar do fazer, a ideia da concretização, a visão *larga* do calor próximo. O autárquico, o próximo, fará; o Estado legislará.<sup>232</sup> O local pode menos mas sente mais e ouve mais. Há uma hierarquia que alinha, hierarquicamente, global, estatal e local e lhes faz corresponder traços crescentes de sentir e tra-

---

<sup>229</sup> Sobre a forma como um problema se fragmenta e dispersa, ver 2008048, onde, a propósito da sustentabilidade da economia portuguesa, se «ataca tudo o que mexe».

<sup>230</sup> Cf. 1988048 e a articulação de trabalho, saúde e higiene, sob um único programa (*Comet*). Em 2008022, a violência nas escolas exige a criação de equipas multidisciplinares (do poder político, da justiça, da educação, da psicologia...). Em 2008080, além da diferenciação, “2009 será o ano da aposta no apoio domiciliário”. 2008084 afirma que “ficámos a 1000 camas dos objectivos para 2008”, o que se desculpa pela ousadia que esses mesmos objectivos constituíam.

<sup>231</sup> Ver 2008006 e como o desemprego de longa duração obriga a juntar, ao subsídio de desemprego tradicional, o “subsídio social de desemprego”, a apoiar situações de exclusão prolongada do mercado de trabalho, que se vão tornando vulgares nas últimas décadas.

<sup>232</sup> A esta separação funcional não é, também, alheia a noção de maior racionalidade dos estratos mais elevados de decisão, presente em 1988020.

ços decrescentes de poder.<sup>233</sup> Num mundo assim hierarquizado, construir um bairro social está no fundo da linha do poder e no topo da linha do sentir.<sup>234</sup> Não admira que, em 1968,<sup>235</sup> se conjuguem Igreja e «senhores» – o local caridoso, humano e identificável – na resolução de problemas como a habitação, ainda não *social*, mas «para pobres». À transição de *pobre* a *necessitado* vai corresponder uma transição da função de socorro, do privado para o colectivo. É a passagem do dever caritativo individual ao dever de solidariedade geral, da obrigação moral facultativa e íntima, à obrigação social da nação.

Contudo, esta não é uma transição por absoluta obsolescência e abandono da situação prévia. À emergência do colectivo (Estado) como devedor da solidariedade, vai continuar a somar-se a presença do caritativo. Há uma ligação das semânticas a um *quem*: quem propõe ou proporciona cada um dos tipos de apoio. A esse *quem* associam-se, *naturalmente*, os diversos sentidos: a sua posse é sinal de espaço próprio no Estado social. Neste campo da solidariedade temos, em 1968, os «senhores».<sup>236</sup> A caridade *voluntária* que protagonizam passará para o Estado, como *obrigação*. Se, de 1968 para a pós-democracia, a responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos passa para o Estado, não se extingue por completo o modelo caritativo e os programas que o suportam: associações, igrejas, mutualismos. Curioso é notar que as instituições particulares de solidariedade social e, no seu esteio, o *terceiro sector*, aparecem, simbolicamente, muito mais ligados a este cariz caritativo (*a-económico*) que àquilo que se vem designando como economia social.

A sociedade vai, assim, compatibilizar programas de auxílio de índole quase antagónica, sem ter de optar: o Estado republicano obriga-se a integrar; Igreja, associações diversas e particulares, a auxiliar. A resposta administrativa-burocrática e a resposta individualizada acodem, muitas vezes sem qualquer articulação, à identificação dos necessitados por observação *científica* de características gerais (no primeiro caso) ou por identificação vicinal.

---

<sup>233</sup> O que pode levar à consideração *racional* de que as soluções práticas encontradas, marcadas pelo sentir, pela necessidade e pela *pequenez reflexiva* do *local*, não são as mais adequadas (2008053).

<sup>234</sup> Ver 1968015, sobre o espaço ocupado pelo poder local na resolução dos problemas habitacionais. Nesta linha de raciocínio, em que o sentir é uma forma menor de racionalidade, o local é o ponto de resistência à frieza racional da economia global. Ver, ainda, 2008014.

<sup>235</sup> Cf. 1968033. Também em 1968036, a propósito do apoio social e económico que presta, à sua terra de origem, um indígena ilustre protesta o “amor a este rincão”.

<sup>236</sup> Ver 1968002. Em 1968036, a obrigação de apoiar as instituições locais é ligada à condição ilustre adquirida com “a vontade firme com que Deus me dotou”.

Por sua vez, a divisão funcional das intervenções – e a sua multiplicação e diversificação –, em tensão com a exigência moderna de racionalização, obriga a integrar programas diferentes sob uma mesma solução legal/institucional. Em 1988 encontramos os «pacotes», terminologia que fala da tentativa de reagrupar programas e que dá, pela simples existência, direito a diagnosticar a sua dispersão prévia. São um esforço para englobar uma área socioeconómica sob um conjunto integrado de soluções técnicas e jurídicas. O Estado social vive este permanente pulsar de extensão/compressão, de análise/síntese, de solução singular/solução integrada. É um conflito permanente entre a racionalidade moderna da síntese e a prática hodierna funcional e, em si mesma, paradoxalmente, disruptiva (porque, ao dirigir-se a funções especializadas, perde a noção do todo).

Particularmente identificador das características cumulativas do sistema é a implementação de programas por «fases». A fase não corresponde, muitas vezes, à implementação racional e hierárquica das soluções mas, antes, a uma conquista progressiva de posições. É uma evolução por tomada de trincheiras. Uma «primeira fase» é, normalmente, um «meter o pé à porta», para partir para outras conquistas, assegurado já um mínimo da pretensão. E a solução implementada traz consigo, quase inevitavelmente, a fase seguinte.<sup>237</sup>

Por outro lado, em termos organizativos, o fazer corresponder áreas de governação (v.g. ministérios) a campos funcionais, resulta na perda do ponto de mira que deveria ser característica distintiva dos sistemas sociais. O sistema educação fala de currículos e de pedagogia, mas a organização de que, entre nós, se dotou, passa mais tempo a tratar das questões laborais dos professores, funcionalmente melhor resolvidas por outros sistemas (economia e direito);<sup>238</sup> os próprios actores tenderão, assim, a não diferenciar patamares de existência e a transportar, para as relações simbólicas que mantêm com um determinado sistema, os problemas que são da área funcional de um outro sistema. Desta forma, as «condições de trabalho» (v.g. as remunerações) podem substituir-se, como selecção de prioridades, aos resultados do trabalho (a transmissão de

---

<sup>237</sup> Ver 2008029 e como “a expectativa é a de que o sistema seja alargado numa segunda fase aos táxis e eventualmente aos pesados de mercadorias”. Num registo diferente, uma meta atingida – “somos um dos países onde o número de pobres mais se reduziu” – propõe enfrentar “o sentimento de empobrecimento relativo de estratos da classe média” (2008071).

<sup>238</sup> Em 1988023, a propósito da reforma educativa, fala-se, quase exclusivamente, do Estatuto da Carreira Docente. Em 1988050, conjuga-se avaliação funcional, salários e formação, para dizer que o Ministério não trata da educação porque não trata dos professores.



conhecimentos); os interesses de um sistema tornam-se prévios ou preponderantes no campo prático em que o outro sistema deveria impor a sua semântica: o sistema funcional *adequado* vê dificultada a sua capacidade para apresentar a selecção informativa *certa* aos «sistemas psíquicos» que a ela deveriam aceder.

É neste quadro racional que a solução técnica dos «pacotes»,<sup>239</sup> tentando integrar diversas medidas destinadas a determinado sector, ao agrupar funcionalidades restritas numa funcionalidade mais global, pode resultar *disfuncional*. O sistema ensino resolve-se no campo do ensino, o sistema saúde resolve-se no campo da saúde, o trabalho no do trabalho. Esta solução equivale a utilizar as funções últimas primordiais (ensino, educação, laboração), como campo de resolução de problemas *menores* (a progressão profissional e salarial de médicos ou professores). Tal acarreta que os problemas laborais destes profissionais se resolvem na saúde e na educação (sistemas não dotados de uma codificação apropriada para essa finalidade). Campo e sistema divergem. Há, aqui, um curto-circuito do sistema, na translação das suas funções simbólicas para os seus programas (da comunicação para a legislação), que o impede de se focar nas atribuições que lhe são próprias e para as quais possui os códigos semânticos adequados. Tal permite, ainda, a «vitimização» («herdamos os problemas, mas não os meios adequados»), com a correspondente desresponsabilização pelo mau desempenho funcional.<sup>240</sup>

Do *fomento* para o *pacote*, passa-se de uma solução teleologicamente orientada (a finalidade de progresso, imanente ao fomento), para uma solução de gestão de um todo (a articulação das partes, pela sua integração no «pacote»). É uma etapa evolutiva imposta pela complexificação social que, ao adicionar, cumulativamente, interesses a interesses e programas a programas, originou a necessidade da contrapartida de um mecanismo de simplificação (a agregação das partes). Tal vai acabar por propor, reflexivamente, a criação, para além dos programas já referidos, da *regulação* institucionalizada, numa diluição

---

<sup>239</sup> Em 1988002 e 1988007, o «pacote laboral»; em 1988005, o «pacote agrário».

<sup>240</sup> Ver a forma como as escolas devem resolver problemas sociais que lhes estão a jusante (v.g. discriminação racial ou problemas familiares). Em 2008073, o argumento *racional* de que a «actividade docente não depende das provas a que os sindicatos se opõem», não obsta a que elas tenham reflexo na vida académica.

programática da dicotomia teórica liberalista/socialista – a protecção do funcionamento dos mercados concorrenciais é, em si mesma, protecção social.<sup>241</sup>

Consentânea com a evolução para a organização em «pacotes» é a transição da meta-regulação corporativa (o Estado «paternalista») para a *concertação social*. O diálogo, assente na tríade sindicatos-patronato-Estado, é um programa baseado na ideologia positiva do conflito, e assenta na criação de um espaço para a sua institucionalização. Tal supõe o objectivo de atingir, não a solução óptima ou consensual, mas a solução negociada. A sua teleologia é, pois, a de uma síntese dialéctica de posições antagónicas (resultado amorfo de cedências recíprocas), e não a da vitória da reflexividade de uma «solução melhor».

Na falta de um princípio rector, diferentes soluções podem ser equacionadas para problemas de lógicas similares. É o caso da que permite a evolução da pretensão da existência de serviços sociais direccionados para os mais necessitados, para a linguagem do *acesso* (da generalidade como equidade). É o movimento do desfazer dos grupos, da des-diferenciação que promove a entrada no sistema dos que dele estavam, por condição, arredados. Por contraposição, este mesmo tema do *acesso* estabelece ligação a uma outra dicotomia: a de público/privado. A proposta programática de que um serviço tradicionalmente «público» pode ser gerido por privados (falo de escolas, hospitais, tribunais...), é deslocada para a questão do acesso: o privado, por definição, é de *quem é*; o público é de *todos*.<sup>242</sup> Na entrada em cena do «realismo» e na acção reflexa de condicionamento económico sobre a expansão dos serviços públicos, o Estado social pode retirar-se aqui para trincheiras que havia deixado para trás: abandona a vanguarda, economicamente minada, da resposta igualitária a todas as pretensões, rumo à retaguarda mais segura da assistência na exclusão.

Um regresso ao local – por contraposição ao nacional – traduz-se numa outra dicotomia, a de centralização/subsidiariedade. O local usa a alocação de meios e a proximidade como argumento para contraditar a dimensão centralista histórica do Estado, quer no sentido de reivindicar uma *igualdade* que o aproxime do «todo nacional», quer

---

<sup>241</sup> Ver 2008018 e a forma como a Autoridade da Concorrência intervém na regulação dos preços dos medicamentos, num papel de «protecção social liberalizante» (acção *anti-cartelizante*). Noutro registo, também a actividade do Procurador Geral da República assume esta faceta reguladora, agora entre o poder discricionário do Governo e os trabalhadores independentes (2008023).

<sup>242</sup> Ver 2008041 e a possibilidade de hospitais privados encerrarem serviços antes contratados com o Ministério. Em 2008055 a assistência a idosos pretende separar os que têm famílias que podem pagar dos que não têm. Em 2008056, os lares cobram indevidamente (incumprindo a lei) aos idosos.

no do reconhecimento das particularidades locais, que o afaste dele.<sup>243</sup> O discurso da alocação dos recursos ao local (e também dos recursos políticos – *vide* capacidade de decisão sobre questões importantes), embate numa desconfiança que liga local e mesquinhez de interesses.<sup>244</sup> A desconfiança na regionalização é a desconfiança nos poderes «tacmanhos» que promovam a disseminação e a generalização, a níveis mais altos (na medida dos recursos afectos), da pequena corrupção já dada por generalizada. Se, na fase final do Estado Novo, o poder local, extensão do poder central, parece comungar o seu *angélico* desprendimento pelos bens terrenos, «a bem da nação», a sua libertação democrática parece trazer-lhe, como presente envenenado, a conjugação sinonímica de poder autónomo com corrupção.

A proximidade, a relação estreita, suficientemente familiar para utilizar outros caminhos que não os da lei (coisa que rege relações frias, distantes e conflituais), está presente e vive-se nela. Comunga-se a ideia de que o nível mais elevado é mais ímpoluto, mais capaz da decisão conforme à lei e aos princípios e da solução tecnicamente competente. Num limite, a Europa que «mande em nós»; nestes anos de oitenta, talvez o Governo nos possa governar; o local, no outro limite, governa-se. Neste quadro, o apelo ao povo vigilante começa a emergir, ainda como proposta tímida; por exemplo, sob a forma dos "orçamentos participativos". O próximo que governa e peca é apenas uma parcela menor do «bom povo» que fará regressar os bons costumes.<sup>245</sup>

---

<sup>243</sup> Em 1988011, o interior geográfico procura meios humanos médicos que o Estado central não parece capaz de lhe proporcionar. A legislação é acusada de fracassar sucessivamente. 1988012 refere-se, também, a essa dificuldade de orientação dos meios humanos pelo Estado. Em 1988014, aborda-se a questão do tratamento diferenciado dos funcionários públicos insulares, que devem ser beneficiados em relação aos do continente. Em 1988040, o espaço regional surge, em vez do Estado, como localização das intervenções: “mais de vinte por cento da população da Comunidade Europeia vive em regiões com atraso de desenvolvimento”.

<sup>244</sup> Ver 1988019 e a desconfiança na regionalização. 2008075 e a “avença principesca” ao familiar do presidente de Câmara.

<sup>245</sup> A ligação simbólica do autárquico a interesses económicos, tão inconfessáveis como omnipresentes, encontra-se na aplicação prática do princípio da subsidiariedade, que coloca em campo, simultaneamente, os meios financeiros necessários e a vigilância à sua utilização (a *inspecção*).



## 5 Conclusão em forma de arremedo final de generalização

Em termos da teoria luhmanniana, o fim da investigação é passar da observação à generalização. E assim quero terminar. Apenas uma reflexão: este passo deveria ser deixado para o depois de um estudo mais profundo, assente num acervo empírico muito maior. Tal não significa que exista uma dimensão ideal para a *amostra*; apenas a clara noção de que o que há é pouco e de que o artifício que utilizei, de dividir os artigos de jornal por três períodos distintos, tentando captar o processo evolutivo da semântica relativa à questão social, é isso mesmo: um artifício. A consolidação do estudo pressuporia desfazer a *artimanha*, cobrir as soluções de continuidade e permitir que a evolução se *desse* a conhecer, imanentemente, naturalmente, pela constatação de que num certo momento a estrutura havia mudado numa especificável transformação da comunicação que a constitui. Se me perguntassem que seguimento poderia dar a este trabalho, que pistas principais abre ele, é nesta deficiência, na sua correcção e em todo o subsequente trabalho de rearticulação do pensamento, de relacionamento e de generalização mais profundas, que encontro caminho.

Numa atitude contra-fenomenológica defini, inicialmente, a *questão social* actual, em Portugal, como a da constatação de uma distância à realização plena do *Estado social europeu*. Estimei, então, não a vir encontrar como a podem encontrar os *nórdicos* (uma eventual distância ao que já foi), mas, mais, como a distância a um ideal-tipo (o que *deveria ser*). A pesquisa configurou-a, a certa altura, como uma distância ao *outro* (im)possível. A referência permanente ao *outro* surge como indício de um estado evolutivo diferente, de uma solução de continuidade a preencher com o passar do tempo. Acontece, no entanto, que a evolução recente da problemática a transformou numa viagem no tempo, ao passado: a um passado mais evoluído. Essa referência ao outro transforma-se assim, também ela e em larga medida, numa referência ao passado do outro. E, neste sentido e circularmente, a um outro pretérito, apreendido como ideal objectivado.

Num certo sentido, a afirmação do Estado social europeu como modelo concretizado, generalizável e possível, só aconteceu nos *30 anos gloriosos* (o tempo) e nas democracias estáveis (o espaço). Passado o tempo, ressurge em tentativas sem meios,

transformando-se em proposta teórica modelar mas inatingível. Assim, a crítica ao Estado social aparece, fundamentalmente, sob a forma argumentativa *crua* da impossibilidade económica. *Ele* defende-se, no essencial, com a existência de uma má distribuição dos recursos, a corrigir em nome da mesma sustentabilidade de que o afirmam arredado. Os pessimistas (ou *realistas?*) são, por ora, conotados com a defesa da «razão prática, pragmática», e olham-no pelo prisma do sistema económico. Os seus defensores são conotados com um «passado utópico», e olham-no pelo prisma do sistema político. Para os *realistas*, o Estado social mata, pelo lado dos custos, o Estado social. Para os outros, a relação positiva benefício/custo é evidente; tudo assenta em gestão, distribuição e vontade política. Mas mesmo estes acabam por ser forçados a deslocar o ângulo de visão para um sistema económico cuja *ditadura*, paradoxalmente, querem rejeitar. O idílico quero/não quero (posso/não posso) político cede ao pago/não pago (tenho/não tenho) económico.

Nesta divisão do olhar a sociedade, ora pelo sistema económico, ora pelo político, ficamos, com o primeiro, na dicotomia da impossibilidade/possibilidade prática; o segundo liberta-se para falar, essencialmente, do *sentir*, da possibilidade/impossibilidade onírica, que se solta das amarras do *concreto*. Ao ditar as suas leis, o primeiro atira o segundo para voos de regresso marcado: o retorno ao império da escassez. É neste contexto que a economia, sob o signo da crise, pode falar predominantemente a linguagem do *não pago*, reduzindo as ambições sociais nos mais diversos âmbitos. Com a crise como palavra-chave, e sob o pano de fundo de um Estado de bem-estar em instalação instalada, chegamos, não a uma redução generalizada das disponibilidades económicas para o crescimento, mas a uma competição entre micro-focos funcionais: hoje privilegia-se o apoio aos desempregados, amanhã ao emprego (desapoioando os desempregados para que o procurem).

Esta *esquizofrenia* do Estado social *real* esquece a definição clara do que são, pragmaticamente, as funções sociais *inegociáveis*. Com isto, fica aberta a porta à emergência das restrições irrestritas. E como a linguagem prevalecente é a da economia, com a dicotomia inclinada para o lado do *não paga*, a faceta programática dos sistemas interessados no social acaba por ter que se reajustar internamente para fazer com que a máquina institucional se adeque às possibilidades do seu financiamento. Cresce, assim, a competição entre funções na alocação dos recursos. Esta competição é mediada, não pela mera consideração dos méritos comparativos dessas funções, mas pela acção das

*máquinas* institucionais e organizacionais que os diversos programas foram criando. Há, assim, a criação social do risco de que, no seio desta competição pelos recursos, se esqueça a finalidade última do Estado de bem-estar (um *idílico* proteger *todos e tudo*), não no sentido de uma mera compressão das possibilidades de apoio e do seu direccionamento para os mais necessitados, mas na da resolução de uma opção, quase aleatória, sobre quem e o quê proteger: desvalidos ou instalados, situações emergentes ou *privilégios adquiridos* (e, com isto, da manutenção, criação ou extinção de que *programas* ou *máquinas institucionais*).

Este Estado social vive, fundamentalmente, da acumulação das pretensões, do *novo*, que se traduz em mais serviços, em mais qualidade, em mais exigência. Numa formulação circular, depois do novo pode ter-se mais novo sob a forma de mais qualidade e, depois, sob a forma de maior atenção ao *cliente*, e por aí fora, até ao esgotamento dos meios. Neste movimento contínuo, falta leme. Pode, pois, construir-se a sociedade contra ou a favor do *thelos* igualitário, mas pode construir-se, também, contra ou a favor da livre iniciativa privada. Habitualmente, vagueia-se entre possibilidades, fica-se num equilíbrio indeciso ou, como diria Mário de Sá Carneiro, em “qualquer coisa de intermédio”.

Presas, a sociedade, neste meio-termo, e mesmo em situação de dificuldade financeira (a *crise*), as possibilidades de opção política são, quase, ilimitadas, não na escolha fracturante entre grandes linhas ideológicas, mas na forma como se misturam e matizam todas as *micro-opções* que se constituem em programas de intervenção e em propostas políticas. Esta possibilidade de opção, condensada na actividade governativa, consubstancia aquilo a que muitos chamam «arte da gestão»: um sopesar permanente de alternativas que resultam na possibilidade de fazer opções discricionárias, todas, simultaneamente, defensáveis e atacáveis retoricamente.

## 5.1 Partir com um pequeno alforge de problemas

Já citei Popper, ou de como a investigação deve *partir de problemas para chegar a problemas*. Para o efeito, interrompo agora, definitiva e conscientemente, a *suspensão do juízo* em que me pretendi. Permito, assim, um exercício de intersubjectividade entre dois *eus*, numa tentativa de fuga ao proverbial *solipsismo* fenomenológico. E constato

que, da torre de vigia em que me instalei, o eu observador de sistemas não vislumbrou, como o eu cidadão esperava, a saúde. Registei-lhe – e quase só isso –, a problemática, partilhada com outros sistemas, do *acesso*. Será falha ou força do método de pesquisa empregue?

Talvez força! Ao *olhar tudo* não caí no enviesamento causado pela fixação numa variável dependente (se procuro só a saúde, a saúde *ocupa o mundo*; o mesmo se diga do mamífero em extinção); antes deixei que os *sistemas* afirmassem, naturalmente, a sua presença no campo; e a saúde não compareceu. Por este lado, a sua ausência é um achado. Contra-fenomenologicamente, posso hipotetizar uma enorme caixa *negra* (esta fenomenológica) que oculte o essencial do sistema (será a tecnicidade, a simbologia hermética, o *status* social dos médicos...). E vou daqui com problemas.

Por outro lado, talvez fraqueza! Contra-fenomenologicamente, ainda, hipotetizo que o método necessita de uma enorme acumulação de evidência. Não vi porque, procurando, não procurei o suficiente.

Talvez fraqueza e força! Na identificação cumulativa das estruturas dos sistemas sociais, os que mais se *dão, imanentemente*, constituirão o âmago da problemática. Na questão social portuguesa, a saúde constituirá, assim, uma preocupação individual e organizacional, que não sistémica. Terá talvez resolvido a dicotomia em que a coloca o sistema ciência, com uma profunda inclinação para a *verdade*. Terá resolvido a dicotomia da exclusão, clamando: incluído!...

Mas o método é ditatorial e sem retrocesso. Se quiser encontrar a saúde, devo continuar a observar *tudo*, acumulando evidência sobre evidência. E vou-me daqui com problemas.



## Referências Bibliográficas

- Alund, A., & Reichel, I. (2007). Civic Agency for Social Inclusion: Reflections on Swedish Citizens' Associations Established on Ethnic Grounds. In E. Berggren, B. Likic-Broric, G. Toksöz, & N. Trimikliniotitis, *Irregular Migration, Informal Labour and Community: A Challenge for Europe*. (pp. 314-331). Maastricht: Shaker Publishing.
- Baudrillard, J. (2007). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (1998). *Globalization. The Human Consequences*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U. (2001). Ecological questions in a framework of manufactured uncertainties. In S. Seidman, & J. Alexander, *The new social theory reader: contemporary debates* (pp. 267-275). Londres: Routledge.
- Beck, U. (1992). *Risk Society. Towards a New Modernity*. Londres: Sage Publications.
- Berger, P. L. (2006). *Invitation à la Sociologie*. Paris: La Découverte.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento (2.ª ed.)*. Lisboa: Dinalivro.
- Boltanski, L., & Chiapello, È. (2001). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Gallimard: Paris.
- Boudon, R. (2005). *Os Intelectuais e o Liberalismo*. Lisboa: Gradiva.
- Bourdieu, P. (1985). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico (2.ª ed.)*. Lisboa: Difel.
- Castles, S. (2000). *Ethnicity and Globalization*. Londres: Sage.
- Castles, S., & Davidson, A. (2000). *Citizenship and Migration*. Londres: MacMillan Press.
- Corcuff, P. (1997). *As novas sociologias. A realidade social em construção*. Sintra: VRAL.
- Dahrendorf, R. (1996). *A quadratura do círculo*. Lisboa: Edições 70.
- Drucker, P. F. (1993). *Sociedade Pós-Capitalista*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Elias, N. (1993). *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote.
- Esping-Andersen, G. (1999). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Cambridge: Polity Press.
- Estanque, E. (2006). A questão social e a democracia no início do século XXI. *Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo*. Finisterra, 55-56-57, pp. 77-99.
- Estanque, E., & Mendes, J. M. (1988). *Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
- Ferreira, S. (2009). A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual. *Revista Crítica de Ciências Sociais*.
- Fitoussi, J. P., & Rosanvallon, P. (1997). *A Nova Era das Desigualdades*. Oeiras: Celta.

- Giddens, A. (2007). *A Europa na Era Global*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (2007). *Sociologia* (5.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gramsci, A. (1974). *Obras Escolhidas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Hobsbawm, E. (2008). *A Era dos Extremos. História breve do século XX - 1914-1991* (4.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Husserl, E. (2008). *A Ideia da Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.
- Izuzquiza, I. (2008). *La sociedad sin hombres. Niklas Luhmann o la teoría como escándalo*. Barcelona: Anthropos.
- Judt, T. (2008). *O Século XX Esquecido. Lugares e Memórias*. Lisboa: Edições 70.
- Judt, T. (2009). *Pós-Guerra. História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70.
- Lipovetsky, G. (2007). *A Felicidade Paradoxal. Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70.
- Lucena, M. d. (1985). *Neocorporativismo? - Conceito, interesses e aplicação ao caso português*. (I. d. Sociais, Ed.) *Análise Social*, 87-89-89, pp. 819-865.
- Luhmann, N. (2006). *A improbabilidade da comunicação* (4.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Vega.
- Luhmann, N. (2005). *Iluminismo Sociológico*. In J. M. (org.), *O pensamento de Niklas Luhmann* (pp. 19-70). Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Luhmann, N. (1993). *Risk: a sociological theory*. Berlin: Walter de Gruyter.
- Luhmann, N. (1998). *Sistemas sociales. Linamientos para una teoría general*. Barcelona: Anthropos Editorial.
- Luhmann, N. (2007). *Teoría política en el Estado de Bienestar*. Madrid: Alianza Universidad.
- Liotard, J.-F. (1986). *A Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.
- Mora, J. F. (2004). *Diccionario de Filosofía*. Barcelona: Ariel.
- Popper, K. (2009). *O Mito do Contexto. Em defesa da ciência e da racionalidade*. Lisboa: Edições 70.
- Rawls, J. (1997). *O Liberalismo Político*. Lisboa: Editorial Presença.
- Ricoeur, P. (2009). *Teoria da Interpretação. O Discurso e o Excesso de Significação*. Lisboa: Edições 70.
- Santos, B. d. (2001). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento.
- Sassen, S. (1999). *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Sennett, R. (2007). *A Corrosão do Carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Terramar.
- Sennett, R. (2007). *A cultura do novo capitalismo*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Villemus, P. (2007). *As deslocalizações de empresa: ainda teremos emprego amanhã?* Porto: Edições Asa.
- Wilson, W. J. (1997). *When work disappears. The world of the new urban poor* (1.<sup>a</sup> ed.). New York: Vintage Books.

Zizek, S. (2006). *Elogio da intolerância*. Lisboa: Relógio D'Água.

Santos, José Manuel (org.) (2005). *O pensamento de Niklas Luhmann*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

### Artigos de Jornal – *Diário de Notícias*

- 1968001, *250 mil operários da construção civil abrangidos pelo contrato colectivo de trabalho e novos beneficiários do regime do seguro de sobrevivência*, 18-01-1968, 7
- 1968002, *É já na próxima terça-feira o leilão de arte a favor das vítimas das inundações*, 18-01-1968, 7
- 1968003, *Organização de Estaleiros de Construção Civil*, 18-01-1968, 8
- 1968004, *Venderam Carne Imprópria Já Rejeitada pela Inspeção Sanitária*, 18-01-1968, 13-14
- 1968005, *A Produção Industrial Está a Nível Inferior ao da Plena Utilização de Capacidade*, 18-02-1968, 1-2
- 1968005, *A Produção Industrial Está a Nível Inferior ao da Plena Utilização de Capacidade*, 18-02-1968, 1-2
- 1968005, *A Produção Industrial Está a Nível Inferior ao da Plena Utilização de Capacidade*, 18-02-1968, 1-2
- 1968006, F.P., *Toiros e Picadores Espanhóis num grande festival taurino a favor das vítimas das inundações*, 18-02-1968, 1, 5
- 1968007, F.P., *O fim de uma Obra Benemérita. Josephine Baker foi vencida pelos credores e terá de dissolver o seu lar infantil*, 18-02-1968, 8
- 1968008, R.J., *A Inglaterra Entrou na Hora da Europa*, 18-02-1968, 9
- 1968009, *É Viúva e Mãe de Seis Filhos*, 18-02-1969, 9
- 1968010, ANI, *Um General Francês Afirma sem Rebuço: cada discurso de Robert Kennedy é uma vitória para o Vietcong*, 18-03-1968, 1, 5
- 1968011, R., *A Última Palavra. O Dólar Não Será Desvalorizado. O Oiro Terá Dois Preços*, 18-01-1968, 1, 5
- 1968012, F. Otto Miksche, *Perspectivas para os Anos 1970-1980*, 18-03-1968, 1, 2
- 1968013, ANI, *Banqueiros Americanos consideram necessário que seja oposto em vigor novo imposto sobre o rendimento*, 18-03-1968, 5
- 1968014, *Em Évora. Dias de Estudo sobre o III Plano de Fomento*, 18-03-1968, 5
- 1968015, *O Município de Almada despendeu mais de seis mil contos na construção e reparação*, 18-03-1968, 6
- 1968016, FP e ANI, *O Governo Francês dissolverá a Assembleia Nacional se a oposição bloquear o Projecto de Lei que permite a publicidade na televisão*, 18-03-1968, 16
- 1968017, *Apertar o Cinto... Maior Austeridade: aumento de impostos e congelamento de salários*, 18-03-1968, 1, 15
- 1968018, *Concessão de Auxílio para Realização de Obras de Electrificação Rural*, 18-04-1968, 7
- 1968019, R., *Crise na Alemanha. O Governo de Bonn Responde com Firmeza aos Agitadores*, 18-04-1968, 1, 9
- 1968020, *Corporação dos transportes e turismo*, 18-04-1968, 4
- 1968021, António Quadros, *Mito Inconsciente e Razão na História Portuguesa*, 18-04-1968, 17,18
- 1968022, *O Caso do Abandono da Menina Recém-Nascida*, 18-06-1968, 4
- 1968023, ANI, *Pompidou acusa: não devemos esquecer o grande perigo: a tentativa do Partido comunista para tomar conta do poder*, 18-06-1968, 1, 7
- 1968023, ANI, *Pompidou acusa: não devemos esquecer o grande perigo: a tentativa do Partido comunista para tomar conta do poder*, 18-06-1968, 1, 7
- 1968023, ANI, *Pompidou acusa: não devemos esquecer o grande perigo: a tentativa do Partido comunista para tomar conta do poder*, 18-06-1968, 1, 7
- 1968023, ANI, *Pompidou acusa: não devemos esquecer o grande perigo: a tentativa do Partido comunista para tomar conta do poder*, 18-06-1968, 1, 7
- 1968024, *Tribunais*, 18-06-1968, 8

- 1968025, *Um Sindicato dos jogadores de futebol pedido ao Ministério das Corporações*, 18-06-1968, 11
- 1968026, *Mal sucedida uma tentativa de emigração clandestina*, 18-05-1968, 4
- 1968027, *Agitação estudantil*, 18-05-1968, 1, 8
- 1968028, R, *Aviso à N.A.T.O. - Não podemos conservar 300 000 soldados na Europa - dizem os Estados Unidos aos seus aliados*, 18-05-1968, 16
- 1968029, *Com uma comunicação do prof. Adriano Moreira encerram-se os trabalhos do colóquio sobre a Europa*, 18-05-1968, 6
- 1968030, *Lisboa: uma grande "garagem". Limitar a circulação no centro da cidade - solução alvitrada (mas não estudada) pelos técnicos*, 18-07-1968, 1, 9
- 1968031, *Revolução. A primeira declaração do Chefe do Governo Francês*, 18-07-1968, 7
- 1968032, *O Problema Habitacional da Cidade do Porto*, 18-07-1968, 10
- 1968033, João Salvado, *Experiência Admirável em Salvaterra de Magos. Milagre da Juventude. Estudantes universitários portugueses e estrangeiros constroem casas para pobres*, 18-07-1968, 15, 16
- 1968034, *O pedido de aumento das tarifas dos eléctricos*, 18-09-1968, 4
- 1968035, R, *O "outro lado" de Hollywood. Um filme realista (e desagradável) sobre a "Meca" do cinema*, 18-09-1968, 12
- 1968036, *A Freguesia de Louro prestou calorosa homenagem ao sr. Artur Cupertino de Miranda, durante a cerimónia do lançamento da primeira pedra da igreja paroquial*, 18-08-1968, 5
- 1968037, , 18-08-1968, 5
- 1968038, *Numa era de contínuas mutações, não podemos instruir os nossos filhos com os padrões que serviram aos nossos pais*, 18-10-1968, 2
- 1968039, Sabino Alonso Fueyo, *Reflexão sobre a Universidade*, 18-10-1968, 1, 8
- 1968040, *Encarando com confiança as dificuldades do futuro. A Lei de Meios para 1969*, 18-11-1968, 1
- 1968041, *A família (pais e dois filhos) viajava toda na mesma motorizada. Aconteceu um desastre e houve cinco feridos*, 18-11-1968, 2
- 1968042, *Optimismo em Basileia. Os banqueiros estiveram reunidos mas recusaram-se a fazer declarações*, 18-11-1968, 3, 13
- 1968043, *Aumentados os vencimentos dos professores de vários graus de ensino*, 18-12-1968, 1
- 1968044, *A medicina portuguesa perante o momento que vivemos*, 18-12-1968, 4
- 1968045, *Aumento das tarifas dos táxis*, 18-12-1968, 10
- 1968046, *É estudante a quarta parte da população do Barreiro*, 18-12-1968, 8, 17
- 1988001, *Solidariedade social não passa só pelo Estado*, 18-01-1988, 4
- 1988002, *Pacote laboral viola dignidade humana*, 18-01-1988, 4
- 1988003, *Empresas contestam acção do Governo. Ministro prometeu isenções mas aplica os impostos*, 18-01-1988, 3
- 1988004, *Economia portuguesa vista por Cadilhe*, 18-01-1988, 4
- 1988005, *Governo e PS debatem o «pacote agrário»*, 18-01-1988, 20
- 1988006, *Leis comunitárias nas universidades*, 18-02-1988, 2
- 1988007, *Governo vai rever o «pacote» laboral*, 18-02-1988, 2
- 1988008, *Sector terciário precisa de apoios - diz a Confederação do Comércio*, 18-02-1988, 5
- 1988009, *Há grupos empenhados em construir na Ria Formosa*, 18-02-1988, 15
- 1988010, *Banco Mundial analisa ajuda ao Terceiro Mundo*, 18-02-1988, 21
- 1988011, *Hospitais podem abrir concursos*, 18-03-1988, 1, 2
- 1988012, *Portugal auxilia saúde angolana*, 18-03-1988, 2
- 1988013, *Já não há desculpas para subdesenvolvimento*, 18-03-1988, 3
- 1988014, *Negado subsídio de insularidade à Função Pública nos Açores*, 18-03-1988, 4
- 1988015, *Há hostilidade para emigrantes*, 18-03-1988, 15

1988016, *Os consensos possíveis*, 18-03-1988, 6

1988017, *Acção inadiável*, 18-03-1988, 6

1988018, *Política de ensino congrega oposição*, 18-03-1988, 11

1988019, Saúde, *Melhorar saúde no Algarve passa por regionalização*, 18-03-1988, 16

1988020, *CEE quer harmonizar impostos indirectos*, 18-03-1988, 20

1988021, *Portugal «europeu» parte em desvantagem*, 18-05-1988, 1-2

1988022, Romeu de Melo, *A greve dos médicos*, 18-06-1988, 7, 14

1988023, *Reforma educativa não pode esperar por documentos da comissão nomeada*, 18-06-1988, 3

1988024, *Política da Juventude da CE criticada por Couto dos Santos*, 18-07-1988, 3

1988025, *As certezas da inflação*, 18-07-1988, 4

1988026, *Índice de carência nas escolas do País*, 18-07-1988, 1

1988027, Mário Sampaio, *Solidariedade em França é nome de imposto*, 18-07-1988, 7

1988028, JTG, *Uma revolução a longo prazo*, 18-07-1988, 12

1988029, *Japoneses em «Livro Branco». Ganham muito e «vivem» mal*, 18-07-1988, 18

1988030, *Os preços e as previsões*, 18-08-1988, 6

1988031, *Cartoon de Sam "O Guarda Ricardo"*, 18-08-1988, 17

1988032, *Acção psicológica de parceiros sociais acentuou subida da taxa de inflação*, 18-08-1988, 17

1988032, *Falta de diálogo do Governo agrava tensões na função pública*, 18-08-1988, 5

1988033, *O direito à alfabetização*, 18-09-1988, 4

1988034, *A convivência democrática*, 18-09-1988, 4

1988035, *Pereira Lopes contrário a nova central sindical*, 18-09-1988, 27

1988036, *Rendas de casa aumentam 7,3 por cento em 1989 - deliberou ontem o Conselho de Concertação Social*, 18-10-1988, 4

1988037, *Uma fome intolerável*, 18-10-1988, 6

1988038, *IRS favorece maiores rendimentos*, 18-10-1988, 21

1988039, *Governo aumentou pensões entre 10 e 12,8 por cento*, 18-11-1988, 3

1988040, Fernanda Gabriel (correspondente em Estrasburgo), *Acesso a fundos estruturais alterado pelo Parlamento Europeu*, 18-11-1988, 7

1988041, F.G., *Espaço social relançado em Rodes*, 18-11-1988, 7

1988042, *O «Dia D»*, 18-11-1988, 8

1988043, *Seria Grave faltarem verbas para o ensino*, 18-11-1988, 15

1988044, *Câmara de Oeiras aloja retornados*, 18-11-1988, 16

1988045, *Jovens deficientes de Mira têm escola para uma vida*, 18-11-1988, 16

1988046, *Crianças com idade inferior a 12 anos não podem viajar no banco da frente*, 18-11-1988, 16

1988047, *Fábrica do futuro pagará «3.º salário» e não dispensará a pessoa humana*, 18-12-1988, 4

1988048, *Bruxelas aprova normas de higiene*, 18-12-1988, 7

1988049, Artur Sardinha, *Juventude da Azambuja desanimada com monotonia e falta de emprego*, 18-12-1988, 16

1988050, *Afirma dirigente da Fenprof: Ministério da Educação vazio de soluções*, 18-12-1988, 18

1988051, *Magistrados admitem greve administrativa*, 18-12-1988, 32

2008001, *Funcionários públicos perdem 6,2% em dez anos*, 18-01-2008, 1

2008002, *A lei do tabaco já corre um sério risco*, 18-01-2008, 6

2008003, *Rudolfo Rebêlo, Salários com perdas*, 18-01-2008, 14

2008004, *Desemprego do IEFP caiu 7% em 2007*, 18-01-2008, 14

2008005, António Perez Metelo, *O bom uso da margem ganha*, 18-01-2008, 7

2008006, Manuel Esteves, *Subsídio social duplica pedidos em 2007*, 18-01-2008, 8

2008007, Rita Silva, *Incerteza sobre dimensão da crise*, 18-01-2008, 18

2008008, Pedro Marques, *"A experiência não se consegue comprar"*, 18-01-2008, 48

2008009, *Davos. Países menos prósperos*, 18-01-2008, 48

2008010, *Família 'mudou' para Espanha para tratar o filho*, 18-02-2008, 7

2008011, João César das Neves, *A diferença entre um direito e um bebé*, 18-02-2008, 10

2008012, FN, *Ministra responde no Parlamento ao BE*, 18-02-2008, 15

2008013, Eva Cabral, *Menezes promete não fechar serviços públicos*, 18-02-2008, 16

2008014, Júlio Almeida, *Famílias contam os dias para abandonar barracas*, 18-02-2008, 25

2008015, Pedro Ferreira Esteves, *Maior crise pós-II Guerra gera novo 'minicrash'*, 18-03-2008, 6

2008016, P.F.E., *Impacto da crise financeira na vida das famílias*, 18-03-2008, 6-7

2008017, Rudolfo Rebêlo, *Portugueses já sentem na pele falta de dinheiro no mundo*, 18-03-2008, 7

2008018, Rute Araújo, *Novo cartão pode colocar ANF em abuso de posição dominante*, 18-03-2008, 14

2008019, *Governo promete verbas sem precedentes para a educação*, 18-03-2008, 16

2008020, Ferreira Fernandes, *Nestes dias accionistas somos todos*, 18-03-2008, 64

2008021, Maria João Caetano e Pedro Vilela Marques, *Sindicato recebe perda de técnicos com gestão das autarquias*, 18-04-2008, 8

2008022, *Ministério acusado de desvalorizar armads ns escolas*, 18-04-2008, 8

2008023, Carla Aguiar, *Abono discrimina famílias*, 18-04-2008, 13

2008024, *Uma grávida sem direito a abono pré-natal*, 18-04-2008, 13

2008025, António Perez Metelo, *O ano de (quase) todos os perigos*, 18-04-2008, 5

2008026, Sociedade, *Funcionários públicos reformam-se antes dos 60 apesar da nova legislação*, 18-04-2008, 6

2008027, M.E., *Salário médio da função pública ronda os 1550 euros*, 18-04-2008, 6

2008028, Cátia Almeida, *Alta dos cereais espalha fome e preocupação*, 18-04-2008, 8

2008029, Ana Suspiro, *Estado e petrolíferas sem acordo para diesel barato*, 18-04-2008, 15

2008030, Manuel Esteves, *80% dos primeiros empregos são de vínculo precário*, 18-04-2008, 42

2008031, Jorge Fiel, *As empregadas da loja das sopas*, 18-05-2008, 42

2008032, Política, *Cidadãos devem ser mais integrados pelas câmaras*, 18-05-2008, 8

2008033, *Não ceder à crise e mudar de energias*, 18-06-2008, 8

2008034, Baptista-Bastos, *Onde pára a esquerda?*, 18-06-2008, 9

2008035, Rita Carvalho, *Novas metas para lixo são recuo na reciclagem*, 18-06-2008, 15

2008036, JPH, *PS quer urgência na resolução do problema*, 18-06-2008, 27

2008037, Filipa Ambrósio de Sousa, *Cérebro dos 'gays' semelhante ao das heteros*, 18-06-2008, 45

2008038, Manuel Esteves, *Pedidos de emprego no Estado triplicam ofertas*, 18-06-2008, 49

2008039, *Medidas extraordinárias para as pescas*, 18-06-2008, 49

2008040, *Duplicam casas leiloadas por dívidas aos bancos*, 18-07-2008, 1

2008041, Carla Aguiar, *Veto a Cascais por ter deixado cair oncologia*, 18-07-2008, 13

2008042, Lília Bernardes, *Estudo sobre o abandono gera polémica na Madeira*, 18-07-2008, 14

2008043, *Cavaco quer Portugal a estudar hipótese nuclear*, 18-07-2008, 16

2008044, António Perez Metelo, *O possível e o indispensável*, 18-07-2008, 5

2008045, Joana de Belém, *Autarcas receptivos a moradores do Aleixo*, 18-07-2008, 22

2008046, Pedro Ferreira Esteves, *Banca sob fogo cerrado*, 18-07-2008, 2

2008047, Pedro Ferreira Esteves, *Caça aos depósitos penaliza fundos*, 18-07-2008, 2

2008048, Rudolfo Rebêlo, *Portugueses têm de baixar o nível de vida*, 18-07-2008, 6

2008049, *Clima económico "agrava-se"*, 18-07-2008, 6

2008050, *O papel dos fundos de pensões no sistema de Segurança Social*, 18-07-2008, 14

2008051, *Estes tempos exigem prudência nos gastos*, 18-07-2008, 6

2008052, *Polícias defendem uma única base de dados*, 18-08-2008, 1

2008053, *Um bairro nascido da descolonização*, 18-08-2008, 3

2008054, *Família de vítima mortal quer ser realojada*, 18-08-2008, 3

2008055, Carla Aguiar, *Mudanças nos lares de idosos afectam os filhos*, 18-08-2008, 9

2008056, *Cobrar dinheiro por uma vaga num lar passa a ser ilícito*, 18-08-2008, 9

2008057, Márcio Alves Candoso, *PT tem acordo com o Governo para criar emprego*, 18-08-2008, 26

2008058, Pedro Sousa Tavares, *Oposição defende que meta do 12.º ano era viável*, 18-09-2008, 3

2008059, *Metas do sucesso e escolaridade por cumprir*, 18-09-2008, 4

2008060, *A difícil escolha entre o mercado e o Estado*, 18-09-2008, 8

2008061, Pedro Lomba, *A salvação do capitalismo*, 18-09-2008, 9

2008062, Maria José Nogueira Pinto, *De César e de Deus*, 18-09-2008, 10

2008063, Carla Aguiar, *Mais greves de enfermeiros*, 18-09-2008, 12

2008064, Carla Aguiar, *Portugal recebe 12 milhões da UE para dar comida aos pobres*, 18-09-2008, 13

2008065, Eva Cabral, *TSD contra revisão "neoliberal" do Código*, 18-09-2008, 22

2008066, João Pedro Henriques, *256 mil ex-combatentes vão ver pensões reduzidas*, 18-10-2008, 1, 16

2008067, Rita -Carvalho e Eduardo Negrão, *Um cheque de oportunidades*, 18-10-2008, 2-3

2008068, *Há seis mil pedidos de RSI por mês*, 18-10-2008, 4

2008069, *"Uma vida dura?! Xi... Não tenho tempo para parar"*, 18-10-2008, 4

2008070, *CDS quer tirar cem milhões ao RSI para pensões mínimas*, 18-10-2008, 4

2008071, *Demónios do passado e do presente*, 18-10-2008, 8

2008072, Manuel Maria Carrilho, *A Democracia em Transformação*, 18-10-2008, 10

2008073, Bártolo Paiva Campos, *Seleção de professores*, 18-10-2008, 11

2008074, António Rodrigues, *Um judeu de esquerda para vencer a crise peruana*, 18-10-2008, 14

2008075, F.M., *Avença "princesca" na Câmara do Porto*, 18-10-2008, 38

2008076, Catarina Almeida Pereira, *Norte é a 2.ª região da Europa em despedimentos colectivos*, 18-11-2008, 1, 33

2008077, *Portugal conseguiu inverter a estrutura de emprego*, 18-11-2008, 33

2008078, *A crise, o desemprego e a qualificação do trabalho*, 18-11-2008, 6

2008079, Adriano Moreira, *A falência das análises*, 18-11-2008, 8

2008080, Patrícia Jesus, *Mais de cinco mil ficaram fora da rede de cuidados continuados*, 18-11-2008, 11

2008081, Ana Tomás Ribeiro, *Famílias tiram idosos dos lares e ficam com reformas*, 18-11-2008, 13

2008082, Eva Cabral, *Governo muda pensões de invalidez*, 18-11-2008, 18

2008083, Paula Brito, *Pessoas infelizes vêem mais televisão*, 18-11-2008, 56

2008084, Patrícia Jesus, *Ficámos a mil camas do objectivo para 2008*, 18-11-2008, 66

2008085, Paula Cordeiro, *Banca perplexa rejeita pressão do Governo*, 18-12-2008, 2

2008086, Jorge Bateira, *Associações industriais queixam-se da actuação da banca*, 18-12-2008, 3

2008087, José Reis, *Crise trouxe novos consensos*, 18-12-2008, 3

2008088, Jorge Bateira, *Bancos ignoram interesse público*, 18-12-2008, 3

- 2008089, Padre Lino Maia, *Temo que o fosso se mantenha...*, 18-12-2008, 5
- 2008090, Diana Mendes, *Única médica de Montargil vai de férias*, 18-12-2008, 15
- 2008091, Licínio Lima, *Autarca da Amadora critica construção de bairros sociais*, 18-12-2008, 22
- 2008092, Patrícia Viegas, *Manifestantes gregos pedem um protesto a nível europeu*, 18-12-2008, 28
- 2008093, Ilídia Pinto, *Desempregados sem 71 milhões*, 18-12-2008, p. 40



## Anexos

### Anexo I

#### O Estado de bem-estar, um Estado cumulativo



Sam, "O Guarda Ricardo", in *Diário de Notícias*, 18-08-1988. 17



## Anexo II

### Estrutura da Base de Dados

|   | Nome do campo      | Tipo de campo           | Descrição   |
|---|--------------------|-------------------------|---|
| ? | Lançamento         | Número [ NUMERIC ]      | Número sequencial dos registos na base de dados   |
|   | Nartigo            | Número [ NUMERIC ]      | Identificação do texto - ano + 3 casas a iniciar em 001   |
|   | Nome da publicação | Texto [ VARCHAR ]       | Identificação da publicação   |
|   | Data               | Data/Hora [ TIMESTAMP ] | Data da publicação  |
|   | Ano                | Número [ NUMERIC ]      | Ano da publicação   |
|   | Título             | Texto [ VARCHAR ]       | Título do artigo/texto  |
|   | Autor              | Texto [ VARCHAR ]       | Autor   |
|   | Páginas            | Texto [ VARCHAR ]       | Páginas   |
|   | Artigo             | Sim/Não [ BOOLEAN ]     | Unidade de sentido em análise, neste registo, é o texto completo                                  |
|   | Frase              | Sim/Não [ BOOLEAN ]     | Unidade de sentido em análise, neste registo, é a frase   |
|   | Ideia geral texto  | Texto [ VARCHAR ]       | Sentido geral do texto como um todo   |
|   | Sistema texto      | Texto [ VARCHAR ]       | Sistema ou subsistema principal a que remete o texto, numa perspectiva luhmanianna                |
|   | IdFrase            | Texto [ VARCHAR ]       | Identificação topográfica da frase (parágrafo, coluna...)   |
|   | Ideia geral frase  | Texto [ VARCHAR ]       | Sentido encontrado em frases determinadas   |
|   | Sistema frase      | Texto [ VARCHAR ]       | Sistema ou subsistema principal a que remete a frase, numa perspectiva luhmanianna                |
|   | Problema           | Texto [ VARCHAR ]       | Identificação do problema/tema essencial presente na unidade de sentido em análise                |
| ▶ | Solução            | Texto [ VARCHAR ]       | Identificação da solução/proposta essencial presente na unidade de sentido em análise             |
|   | Organizações       | Texto [ VARCHAR ]       | Output organizacional - identificação da presença de estruturas organizacionais ou institucionais |
|   | Relações           | Texto [ VARCHAR ]       | Relações entre sistemas   |
|   | Observações        | Texto [ VARCHAR ]       | Armazenamento de ideias, impressões avulso e citações   |
|   | Pc1                | Texto [ VARCHAR ]       | Palavra-chave   |
|   | Pc2                | Texto [ VARCHAR ]       | Palavra-chave   |
|   | Pc3                | Texto [ VARCHAR ]       | Palavra-chave   |
|   | Pc4                | Texto [ VARCHAR ]       | Palavra-chave   |
|   | Pc5                | Texto [ VARCHAR ]       | Palavra-chave   |
|   | Pc6                | Texto [ VARCHAR ]       | Palavra-chave   |

**Figura 1 – Definição dos campos**

|  |         |                                   |            |   |               |
|--|---------|-----------------------------------|------------|---|---------------|
| Lançamento   | Nartigo | Nome da publicação                | Data       | Ano   |               |
| 1  | 1968001 | Diário de Notícias                | 18-01-68   | 1968  |               |
| Título   |         | Autor                             | Páginas    |   |               |
| 250 mil operários da construção civil abrangidos pelo      |         |                                   | 7          |   |               |
| Ideia geral texto  |         | Sistema texto                     |            | Artigo <input checked="" type="checkbox"/> Frase <input type="checkbox"/> |               |
| Contrato colectivo de trabalho, patrocinado pelo Govern    |         | Trabalho                          |            |   |               |
| Ideia geral frase  |         | Sistema frase                     |            | IdFrase   |               |
|  |         |                                   |            |   |               |
| Problema   |         | Solução                           |            |   |               |
| Condições de trabalho e reforma                            |         | Autoregulação corporativa         |            |   |               |
| Organizações   |         | Relações                          |            |   |               |
| Corporação da indústria (patrões e sindicatos) / Governo   |         | Trabalho supervisionado por poder |            |   |               |
| Observações  |         |                                   |            |   |               |
| Facções gremial e sindical em autoregulação supervisionada |         |                                   |            |   |               |
| Pc1  | Pc2     | Pc3                               | Pc4        | Pc5   | Pc6           |
| Corporação   | Grémio  | Luta de classes                   | Arbitragem | Convenção   | Sobrevivência |

**Figura 2 – Formulário de introdução dos dados**



Anexo III  
Exemplo de *output*

Título:  
Autor: José Alfaiate  
Data: 10/25/10

**Sistemateixo Política**

|  |  |   |  |  |  |   |
|--|--|---|--|--|--|---|
| <b>Título</b><br>PS quer urgência na resolução do problema | <b>Identificativo</b><br>Política externa é pretexto para conflitos internos | <b>Problema</b><br>Rejeição do Tratado de Lisboa pelos irlandeses | <b>Solução</b><br>Aproveitamento para o combate político interno | <b>Organizações</b><br>Tratado de Lisboa, Democracia irlandesa, BE, PS, PSD, PCP | <b>Relações</b><br>Política europeia vs Política interna | <b>Observações</b><br>"O «nãão» irlandês ao Tratado de Lisboa". "O PCP, pelo contrário, acha que o Tratado está «arrumado»". Não há "posição nacional". |
|--|--|---|--|--|--|---|

Narrigo 2008037

**Sistemateixo Ciência**

|   |  |  |                                   |  |  |  |
|---|--|--|-----------------------------------|--|--|--|
| <b>Título</b><br>Cérebro dos "gays" semelhante ao das heteros | <b>Identificativo</b><br>Características individuais socialmente perturbadoras" são hereditárias | <b>Problema</b><br>Opção entre explicações (biológica ou social) | <b>Solução</b><br>self-service vs | <b>Organizações</b><br>National Academy of Sciences. | <b>Relações</b><br>Biológico (determinista) vs Social (maleável) | <b>Observações</b><br>"O cérebro dos homens gays é fisicamente semelhante ao das mulheres heterossexuais". O diferente é igual ao seu diferente. A semelhança que inferioriza uma das partes |
|---|--|--|-----------------------------------|--|--|--|

Narrigo 2008038

**Sistemateixo Trabalho**

|   |   |  |                              |   |                 |   |
|---|---|--|------------------------------|---|-----------------|---|
| <b>Título</b><br>Pedidos de emprego no Estado triplicam ofertas | <b>Identificativo</b><br>Menos emprego na administração com aumento das formas de gestão do pessoal | <b>Problema</b><br>Emprego na função pública | <b>Solução</b><br>Mobilidade | <b>Organizações</b><br>Boisa de Emprego Público | <b>Relações</b> | <b>Observações</b><br>Mobilidade geral, especial, interna. "Com uma excepção: os concursos para selecção de dirigentes intermédios aumentaram". Diminuição de admissões na Administração pública. |
|---|---|--|------------------------------|---|-----------------|---|

Narrigo 2008039

**Sistemateixo Economia**

|   |  |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|--|
| <b>Título</b><br>Medidas extraordinárias para as pescas | <b>Identificativo</b><br>Há sectores ineficientes se entregues a si mesmos | <b>Problema</b><br>Ineficiência do sector das pescas | <b>Solução</b><br>Cessação provisória das pescas e aumento do preço do pescado | <b>Organizações</b><br>Comissão europeia, Conselho de Ministros de Agricultura e Pescas da UE. | <b>Relações</b><br>Eficiência vs Condição europeia | <b>Observações</b><br>Há sectores que parecem viver sempre em "emergência" |
|---|--|--|--|--|--|--|

Página 47/63



## Anexo IV

### Output para as leituras sincrónica e diacrónica do sistema economia

| Data       | Lançamento | Problema   | Solução   | Relações   | Organizações   |
|------------|------------|--|---|--|--|
| 18-07-1988 | 37         | Procura habitacional por "pessoal menor" e incapacidade dos poderes públicos<br>Especulação financeira | Colaboração da iniciativa privada   | Carencia vs Dever (das empresas)                       | Municípios. Instituições de crédito e seguros.<br>Empresas. Capitalistas   |
| 18-11-1988 | 47         |  | Solidariedade internacional - empréstimos                                     | Economia vs Especulação                                | Empresas. Governo  |
| 18-01-1988 | 54         | Putativo incumprimento de promessas do Governo (que este devolve sob a forma de acusações)             | Campo de confronto aberto cria oportunidades futuras de soluções alternativas |  |  |
| 18-01-1988 | 55         | Debilidades económicas   | Hierarquizar sequencialmente as medidas                                       | Ciências vs Política (conjuntural)                     | Ministroleconomista (autoridade científica).   |
| 18-03-1988 | 64         | Subdesenvolvimento   | Fundos europeus bem aproveitados  | Desenvolvimento vs Fundos Comunitários                 | Presidente da República.<br>Fundo Social Europeu   |
| 18-03-1988 | 65         | A compensação da insularidade exige meios  | Lamentar não ser possível (o primado da economia)                             | Periferia vs Economia.<br>Necessidade vs Possibilidade | Governo Regional.<br>Sindicatos  |
| 18-07-1988 | 76         | O dado económico (nível de inflação) não é «dado» mas variável   | Rigor   | Política vs Economia vs Ciência                        | Partidos. Governo.<br>Centrais sindicais.<br>Conselho Permanente de Concertação Social   |
| 18-07-1988 | 80         | Qualidade de vida  | Olhar para a multiplicidade dos factores que a afectam                        | Qualidade de vida vs Poder económico                   | Ministério japonês do Trabalho. Livro Branco   |
| 18-08-1988 | 81         | Falta de acordo quanto às metas e aos números da economia  | Constituição  | Credibilidade vs Eficiência económica vs Contestação   | UGT. CGTP.<br>Concertação social - acordo de rendimentos e preços. Governo   |
| 18-10-1988 | 88         | Atualização dos preços das rendas  | Concertação   | Economia vs Política vs Ciência (economia - INE)       | Conselho de Concertação Social.<br>Reforma Fiscal. Governo.<br>INE. Confederações patronais. Centrais sindicais (CGTP e UGT)<br>PRACE. Administração Pública |
| 18-01-2008 | 108        | Défice público   | Sacrifício  |  |  |
| 18-01-2008 | 110        | Incapacidade para "ler" a evolução económica   | Expressar a incerteza   |  |  |
| 18-01-2008 | 112        | Prever o futuro  | Perguntar às pessoas  | Opinião vs Economia                                    | Instituto Gallup   |
| 18-03-2008 | 118        | Crise financeira mundial ameaça «economia real»  | Intervenção dos bancos centrais   | Economia vs Globalização                               | Reserva Federal (Fed).<br>Bancos. Alan Greenspan (um ex-)  |